

94

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO MUNICÍPIO DE OVAR 2016



OVAR
CÂMARA
MUNICIPAL

- a) A Comissão Especializada de Finanças e Emprego para a avaliação;
 - b) A Assembleia Municipal.
- Pedro Baptista Cruz
170404

Handwritten signatures and initials on the right side of the page, including 'SC', 'A', 'M', 'V', and others.

CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR
REUNIÃO DE 31/03/2017
DELIBERAÇÃO
n.º 278/2017
Deliberado, por unanimidade, por omissão dos
deputados, a favor do PS, a favor o Relatório de
Gestão e Prestação de Contas de 2016, e a nomeação
da Assembleia Municipal.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OVAR
REUNIÃO DE 07/04/2017
DELIBERAÇÃO
Deliberado Aprovar e/ 13 votos a
favor, do Grupo Municipal do Partido social de-
mocrata e 13 abstenções do Grupo Municí-
pal do Partido socialista, do GM do Bloco
de Esquerda e do GM do Partido Comunista Português.

(Esta página destina-se aos carimbos da Câmara e Assembleia Municipal de Ovar)

Glossário

- ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde, IP
- ADRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.
- ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses
- APMCH – Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico
- CEI - Contratos Emprego-Inserção
- CEFA - Centro De Estudos E Formação Autárquica
- CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado
- CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro
- CPCJ - Comissão de Proteção de Jovens e Menores em Risco
- CRP – Constituição da República Portuguesa
- DGAL - Direção Geral das Autarquias Locais
- DGAI - Direção Geral da Administração Interna
- DGESTE - Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares
- ERSUC – Empresa Resíduos Sólidos Urbanos do Centro
- FBCF - Formação Bruta de Capital Fixo
- FAM – Fundo de Apoio Municipal
- FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro
- FSM - Fundo Social Municipal
- GIP - Gabinete de Inserção Profissional
- IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional
- IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP
- IHPC - Índice Harmonizado dos Preços no Consumidor
- IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis
- IMT - Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis
- IMTT – Instituto de Mobilidade e Transportes Terrestres, I.P.
- INE - Instituto Nacional de Estatística
- IRC - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas
- IRS - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
- IUC - Imposto Único de Circulação
- LCPA - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso

BC SM
A
V
J
A
A

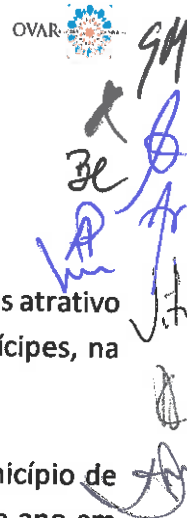
- LOE - Lei do Orçamento do Estado
- PAEF - programa de assistência económica e financeira
- PAEL - Programa de Apoio à Economia Local
- PIB – Produto Interno Bruto
- POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais
- QREN - Quadro Referência Estratégico Nacional
- RASMO – Regulamento de Ação Social do Município de Ovar
- RFALEI - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais
- RGTAI - Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais
- RLE - Resultado Líquido do Exercício
- SIIAL - Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais
- SIMRIA – Águas do Centro Litoral

Be SM
W J
V. L.
SM

Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including '3L', 'GM', 'h', 'd', 'j', and 'A'.

Índice

1. Eixos Estratégicos - Principais Atividades.....	1
2. Introdução	13
3. Execução Orçamental.....	16
4. Movimentos Financeiros.....	30
4.1. Movimentos Financeiros	30
4.2. Saldo da Gerência de Operações Orçamentais	31
5. Análise Económico – Financeira 2016.....	32
5.1. Demonstração de Resultados por Natureza.....	32
5.2. Evolução dos Proveitos 2016.....	34
5.3. Evolução dos Custos 2016	53
5.4. Análise Comparativa da Evolução da Estrutura do Balanço.....	65
5.5. Dívida Total do Município.....	84
6. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício 2016	89
7. Balanço e Demonstração de Resultados.....	90
8. Contabilidade de Custos.....	93
9. Certificação Legal de Contas	96



1. Eixos Estratégicos - Principais Atividades

Fazer do Município de Ovar um território mais empregador, mais inclusivo, mais coeso, mais atrativo e mais sustentável é o grande compromisso desta Câmara Municipal para com os munícipes, na sequência da escolha livre e inequívoca resultante do processo eleitoral democrático.

O presente documento constitui o Relatório e Contas de Gerência do Ano 2016 do Município de Ovar e sintetiza, no plano económico e financeiro, a atuação da autarquia, no decurso do ano em apreço, com respeito pelos imperativos impostos na Lei.


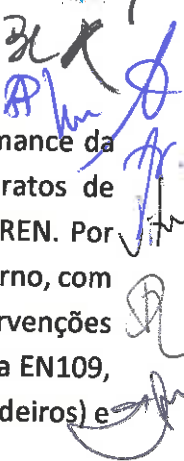
A Prestação de Contas, por parte de quem tem a nobre missão de gerir dinheiros públicos, é uma obrigação legal e um dever, num quadro de democracia consolidada e participativa, como é o caso do Município de Ovar. O presente documento visa atingir de forma clara e transparente este objetivo. Os mapas, quadros e textos apresentados mostram, de forma cristalina, o atual estado financeiro da Câmara, assim como o grau de concretização dos objetivos delineados nas GOP's e Orçamento para 2016. Quem presta serviço público tem que ter a humildade e a seriedade de ser escrutinado e avaliado de forma contínua. Este documento serve também para esse fim. Para a avaliação da performance do executivo municipal por parte dos cidadãos do Município de Ovar.

O ano de 2016 foi um ano de Ação. Um ano de Concretização. Um ano em que se Fez!

Para isso foram decisivos:

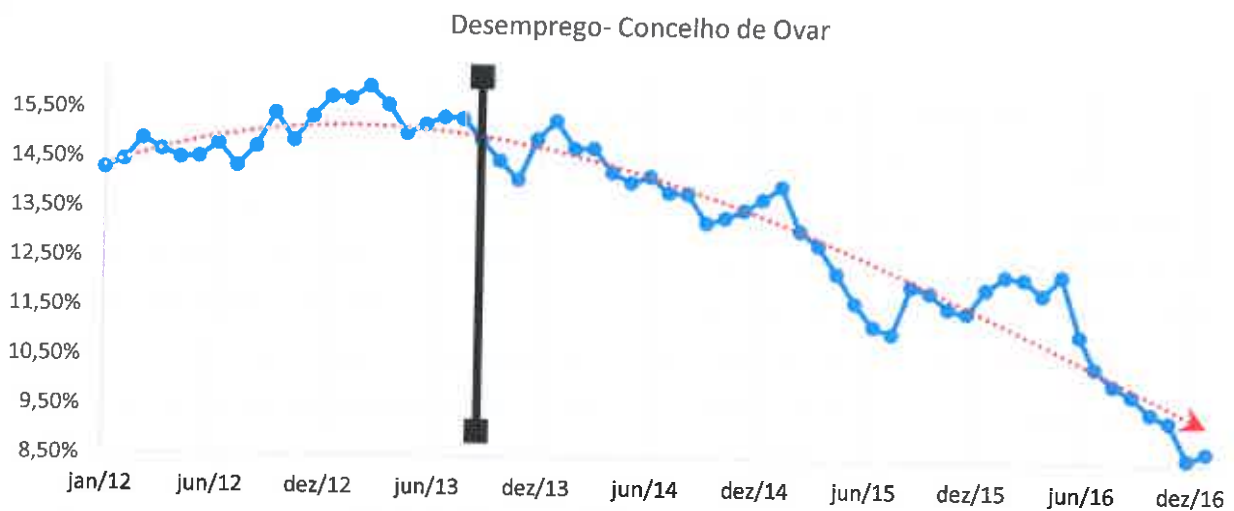
- (1) os contributos recebidos por parte dos cidadãos, sempre numa lógica de proximidade e participação democrática;
- (2) as sugestões, opiniões, propostas e comentários, oriundos de todos os membros do órgão executivo, sempre no maior espírito construtivo e independentemente do seu estatuto de vereador, em regime de permanência ou não permanência;
- (3) todos os colaboradores da Câmara Municipal de Ovar com a sua dedicação, profissionalismo e capacidade de trabalho;
- (4) os executivos das Juntas de Freguesia com toda a sua disponibilidade e colaboração;
- (5) todos os membros da Assembleia Municipal, sem exceção, com o seu espírito crítico, mas muito construtivo;
- (6) as coletividades vareiras, que sempre mostraram uma enorme abertura para colaborar com a Câmara Municipal nos mais variados projetos, sejam eles de índole material e/ou imaterial;
- (7) todas as nossas empresas participadas, com especial destaque para a ADRA, para a Sociedade Polis Litoral Ria de Aveiro e para a Lusitânia Gás;
- (8) os nossos principais financiadores, a saber: os Contribuintes Vareiros e Nacionais, o Governo Português e a Comissão Europeia.

Contudo, há que ter a noção, que esta ação se desenvolveu num contexto muito particular. Não se pretendendo, de forma alguma, encontrar justificações para imperfeições, erros e lapsos intrínsecos

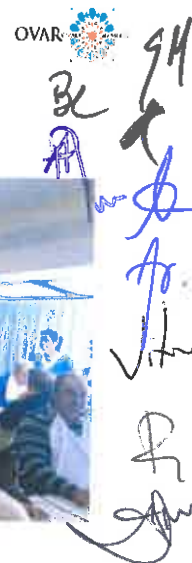



à própria Ação e também à Natureza Humana, é importante analisar e avaliar a performance da Câmara Municipal não ignorando que, 2016, foi um ano em que tardaram os contratos de financiamento e a disponibilização de verbas oriundas do Portugal 2020 e mesmo do QREN. Por outro lado, 2016 foi um ano de forte contenção de investimento público por parte do Governo, com particular enfoque nas Infraestruturas Públicas que colocaram em causa e impediram intervenções absolutamente necessárias para o nosso Território, como por exemplo: a requalificação da EN109, a requalificação da linha ferroviária do Norte (com intervenção nas nossas estações e apeadeiros) e da construção variante à EN109 entre Arada e Maceda.

Apesar destes constrangimentos, foram muitas as concretizações e muitos os resultados positivos obtidos durante o ano de 2016. Desde logo, conseguimos passar de um número de desempregados, em dezembro de 2015, de 3335 (12%) para 2427 (8,7%) em dezembro de 2016. Tal objetivo foi conseguido, sem sombra de dúvida, graças ao espírito empreendedor e inovador do nosso tecido empresarial, mas onde a estratégia municipal de benefícios fiscais para a criação de postos de trabalho, a entrada em vigor (já em velocidade cruzeiro) do novo Plano Diretor Municipal, revisto no decurso deste mandato e a política de proximidade vigente junto dos empresários locais, certamente contribuíram sobremaneira para este resultado.



2016 foi um ano em que se instruíram e decidiram centenas de processos de Fundo de Emergência Social para fazer face às necessidades primárias e urgentes de agregados familiares vulneráveis. No âmbito do Desenvolvimento Social e Saúde o investimento global municipal, em 2016, totalizou 1,017 Milhões de euros acrescidos dos custos com pessoal. Trata-se do maior montante de sempre oriundo do orçamento municipal afeto a esta competência, o que denota a enorme sensibilidade deste executivo municipal para a área social.



Foram implementadas e executadas inúmeras medidas de âmbito social que permitiram assegurar às famílias padrões de vida com mais qualidade: apoio ao arrendamento, ao pagamento de água, luz e gás, a obras em habitação própria; atribuição de bolsas de estudo; consolidação e aumento do n.º de Serviços de Apoio às Famílias disponibilizados, AAAF's e Programa "Faz-te às Férias", dando respostas importantes em período letivo e/ou pausas letivas. De referir ainda a continuidade da valorização do trabalho das entidades de âmbito social, não só através do Apoio ao Associativismo, mas também no reforço da cultura de rede e o inquestionável apoio aos Serviços Sociais e Culturais dos trabalhadores do Município de Ovar.

2016 foi também o ano da conclusão da Unidade de Saúde de Maceda, realizando-se um investimento municipal absolutamente excecional naquele equipamento de serviço público, em que se começou a obra da construção da nova USF de Válega, num enorme esforço da autarquia, assumindo o papel de dono de obra, contando, para o efeito, com financiamento comunitário e a parceria da Junta de Freguesia de Válega na disponibilização do terreno.



OVAR

9M

BL

Handwritten signatures and initials.

Ainda no campo da Saúde, importa referir a ligação estreita e permanente da Câmara Municipal com toda a rede de Cuidados Primários, com o Hospital Francisco Zagalo, com o ACES do Baixo Vouga, com a ARS Centro e com o Ministério da Saúde, na busca constante de mais e melhores serviços de saúde para a comunidade vareira, ficando o ano de 2016 marcado pelo 50º Aniversário do Hospital de Ovar, durante o qual o Executivo Municipal teve a oportunidade de ceder gratuitamente uma viatura para o Hospital.



Em matéria de Educação, 2016 fica marcado pelo lançamento das bases do Projeto de Desenvolvimento em Educação de Ovar. Investimos mais de 2,048 milhões de euros onde se destacam as intervenções nos Edifícios Escolares de 1º ciclo (572 mil euros), com especial enfoque nas ações de fundo concretizadas este ano nas escolas básicas dos Combatentes e São Donato.



Paralelamente decorreram diversas intervenções pontuais noutros estabelecimentos de ensino, (como foi o caso da escola da Torre, da Escola da Ponte Nova, da Habitovar, por exemplo), apoiamos financeiramente os Agrupamentos de Escolas, executamos vários projetos no âmbito do Guia Educativo Municipal. Continuamos o Programa de Oferta dos Manuais Escolares a todos os alunos do 1º ciclo do Ensino Básico e do apoio em matéria de transportes e refeições escolares. O ano de 2016 fica registado, no âmbito da Educação, pela elaboração de raiz do projeto de execução da Requalificação Integral da Escola Secundária Júlio Dinis (cuja obra iniciará em 2017) e pelos projetos de intervenção nas Escola do Furadouro e do Gavinho.


O Município de Ovar investiu em desporto este ano mais de 1,395 Milhões de euros, onde releva, para além do enorme apoio financeiro a todas as instituições desportivas no âmbito das suas atividades regulares, o esforço na modernização das instalações desportivas existentes. Na realidade, 2016 fica marcado pelo início das obras nos campos de Guilhovai, Cortegaça e Esmoriz e pela conclusão da intervenção no Campo do Furadouro e em Válega, depois de no ano transato se ter concretizado as ações em São Vicente Pereira, Arada. Fica, neste momento, apenas a faltar o Campo da Ovarense Futebol que será uma realidade durante o ano de 2017. Para além disso, continuamos a investir na Piscina Municipal, a possibilitar que as nossas crianças frequentem a piscina dos bombeiros voluntários de Esmoriz, a articular com o Governo para que as nossas associações obtenham outras participações e a apostar em eventos desportivos que afirmem o concelho de Ovar e que ajudem à promoção de estilos de vida saudáveis e com qualidade.



Ao nível da coesão territorial foram inúmeras as obras materiais iniciadas e concluídas ao longo do ano de 2016.

Em São Vicente Pereira, durante o ano de 2016 executamos as intervenções na Rua da Formiga, na Rua Padre Augusto O. Pinto e na Rua de Pereira. Iniciamos o projeto do Parque Merendeiro e acordamos a aquisição do Haron Hakodesh.

Em Válega, durante o ano de 2016, promovemos as intervenções no Cruzeiro da Virgem, na Rua dos Peixotos e na Rua do Pope. Começamos obras estruturantes como a Requalificação do Museu Escolar Oliveira Lopes, a Requalificação das Rua das Coitas e das Palmeiras, assim como a Rua Acácio Valente e Rua das Estradas com todas as infraestruturas necessárias. Preparámos a intervenção no Largo da Sra. de Entreáguas e, conjuntamente com a Polis Litoral Ria de Aveiro, concluímos a Requalificação do Cais do Puxadouro.

OVAR  SM
31
A
h
A
V
A
M



2016 fica marcado para a freguesia de São João de Ovar pela conclusão da empreitada da Casa da Junta - Pólo de inovação e Capacitação Social. Procedemos também à aquisição de terreno para a construção do Polidesportivo da Ponte Nova, iniciamos a construção do polidesportivo de Guilhovai e preparamos a intervenção na N327 (que, entretanto, já iniciou).



Em Ovar, o ano de 2016 fica assinalado pela intervenção de urgência, em agosto passado, no Cineteatro. Uma derrocada parcial impôs uma intervenção arrojada e corajosa por parte da CM de Ovar, no sentido de proteger pessoas e bens.



Para além desta ação várias foram as concretizações ao longo do ano em apreço. Foram concluídas: a beneficiação da Rua Camilo Castelo Branco, da Rua Irmãos Oliveira Lopes e Envolventes; a intervenção no Furadouro Sul – Águas Pluviais e Requalificação de Arruamentos; a beneficiação da Rua do Carregal Norte; a intervenção da Rotunda do Furadouro Norte, com a colocação da embarcação de Arte-Xávega “Sra. da Graça”, a construção do monumento aos combatentes do ultramar e a beneficiação dos sanitários da Igreja Matriz.



Neste mesmo ano foram iniciadas, na freguesia de Ovar, entre outras, as seguintes intervenções: a repavimentação das Ruas Lourenço Oliveira Vaz, Maria Amélia Dias Simões e Praceta Belmiro Adelino; a repavimentação da Rua Dr. Domingos Pepolim; a Ligação da Rua Cidade João Pessoa à Avenida dos Descobrimentos da Epopeia Marítima e a requalificação da Rede de Abastecimento de Águas nas Ruas Dr. Manuel Arala, Elias Garcia e Visconde de Ovar (em parceria com a ADRA). Durante este ano iniciaram-se ainda os projetos de: requalificação do espaço envolvente ao Cineteatro de Ovar, do Jardim Garrett e do eixo rodoviário entre as Ruas Dr. Manuel Arala e Elias Garcia.

Em Arada, 2016 foi o ano do início da obra de saneamento em toda a freguesia em parceria com ADRA. Foi o ano também em que se garantiu a construção de rede de gás natural em articulação com a Lusitânia Gás. Que se investiu em equipamentos na Escola da Murteira, em que se beneficiou a rua Coimbra Nova, a rua do parque desportivo, da serração e da variante. Fica ainda marcado pela preparação das intervenções de Requalificação do Centro Cívico de Arada. E da Construção da Pista de Atletismo.



Em Maceda o ano de 2016 está estreitamente associado à obra de saneamento em toda a freguesia (em articulação com a ADRA) e ainda à construção de rede de Gás Natural e à pavimentação integral da maioria dos arruamentos da freguesia, de exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal de Ovar.



Sentimo-nos especialmente satisfeitos por estarmos a investir mais de 5 milhões de euros em infraestruturas fundamentais para a saúde e preservação do território municipal.

Em Cortegaça, durante o ano em apreço concluiu-se a intervenção de beneficiação da Rua da Escolinha, da Travessa da Aldeia, da Rua da Aldeia e da Travessa das Gias assim como a de repavimentação de vários arruamentos entre os Largos do Souto e das Praças. Iniciou-se a execução da obra do Centro Cívico de Cortegaça, a Empreitada de Remodelação do Largo do Campo, Rua Olívia e Florindo Cantinho em Cortegaça e preparou-se a intervenção na Alameda do Padre Manuel,

em especial ajudando e contribuindo na disponibilização do terreno, na Rua do Monte Branco e Arranjo Urbanístico na zona desportiva (pavilhão) e no Scout Camp.



O início da Obra da Barrinha de Esmoriz (em articulação com a Polis litoral Ria de Aveiro) é o grande feito para a cidade no ano de 2016. Neste mesmo ano conclui-se a intervenção no largo dos Combatentes do Ultramar e no Jardim Padre Campos, nas Ruas do Campo Grande, Rua da Torre, Rua Nova, Rua das Cavadas, e Rua do Rombo. Iniciaram-se as empreitadas na Ruas Guerra Junqueiro e Ligação à Rua Aquilino Ribeiro, da Vinha, da Florbela Espanca, da Rua Serafim Brizida e da Indústria. Prepararam-se ainda as intervenções na Rua de Gondesende, na Rua e Travessa da Escola (Gondesende), na Rua dos Taneiros, e no cineteatro do EsmorizTur.



No âmbito do eixo estratégico da atratividade do Município apostou-se imenso em atividades culturais e recreativas afetando mais de 1,89 Milhões de euros para este fim. Esta é já uma imagem de marca do Município com uma programação cultural desafiante e contemporânea e com um trabalho integrado dos diferentes equipamentos culturais. A criação e consolidação de um serviço educativo alargado, promovendo uma estreita relação de descoberta, conhecimento e fruição entre os públicos mais novos e a cultura e a criação de novos momentos aglutinadores de públicos como o FESTA, os Concertos (In)comuns ou o Festival Literário foram apostas que reforçam a imagem de um Município dinâmico, culturalmente ativo e inovador. Em paralelo com a introdução de novas propostas e formatos, as festividades referência do Município como o Carnaval e o Cantar os Reis saem reforçadas na sua organização, dimensão e imagem. O trabalho em estreita parceira com o turismo mostra igualmente os seus frutos, sobretudo na dinâmica criada durante os meses de Verão, onde o município se transforma no palco dos grandes nomes nacionais da música, como Ana Moura, Richie Campbell, Miguel Araújo, Miguel Ângelo, Deolinda ou Amor Electro .



Este será também o ano associado ao trabalho das geminações e da aproximação das relações institucionais com as comunidades de Pithiviers, Draveil e da Régua, bem como da dinamização da Pousada da Juventude de Ovar.

Ainda neste eixo estratégico, merece especial destaque todo o investimento direcionado para o Serviço de Turismo com uma rubrica específica de 373 mil euros, onde se destacam: a organização de visitas guiadas, a participação em feiras nacionais e internacionais, designadamente na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL) e diversas ações de promoção e divulgação.

Em matéria de sustentabilidade ambiental foi notório o esforço financeiro do Município com a afetação para esta rubrica de mais de 2,93 milhões de euros. 2016 fica associado ao prémio conseguido pelo Parque Ambiental do Buçaquinho (PAB) no âmbito dos Green Project Awards fruto da enorme aposta em projetos de educação ambiental e de uma estratégia muito afinada no tocante à manutenção e exploração do PAB. 2016 foi também o ano da concretização e aprovação da candidatura do Ecocentro Municipal, da criação do Gabinete de Apoio ao Agricultor (GAO) e da criação da figura do Provedor do Animal. Durante este ano houve ainda um grande esforço na monitorização e limpeza de todas as linhas de água do território, apesar de esta não ser uma competência Municipal. De igual forma, merece ser destacada a concretização do projeto de execução, por parte da CM de Ovar, dos Quebra Mares Destacados no Furadouro e Cortegaça que permitirão, no futuro próximo, uma intervenção de fundo na nossa linha de costa no pressuposto do Governo da Nação honrar os seus compromissos e de o estudo de impacto ambiental se desenrolar positivamente.



Deve ser ainda reconhecido o significativo aumento de verbas associadas aos Acordos com as Juntas de Freguesia fruto do reconhecimento do mérito do trabalho de proximidade dessas autarquias locais junto das populações, bem como o nunca regateado apoio às corporações de bombeiros e o investimento em proteção civil. Igualmente é justo reconhecer o aumento substancial de verbas transferidas no âmbito do associativismo social, cultural e desportivo. Este é um compromisso assumido pela atual Câmara Municipal. Não trabalhamos para avultados saldos de Gerência. Não trabalhamos para a redução desmedida das despesas correntes. Trabalhamos sim para honrar os nossos compromissos firmados com os munícipes.

Apesar de todo este contexto, a sustentabilidade económico financeira continua a ser um imperativo desta Câmara municipal. O Município continua com uma boa situação financeira. Durante o exercício de 2016, a dívida de médio e longo prazo para com as Instituições Financeiras continuou a ser reduzida significativamente. As disponibilidades financeiras mantêm-se estáveis e acompanham o enorme esforço que temos efetuado na gestão dos recursos municipais. Os indicadores financeiros de Médio e Longo Prazo são muito bons. A solvabilidade e autonomia financeira continuam com excelentes performances.

Não obstante, existe todo um trabalho invisível do executivo municipal, sem tradução direta no presente documento de prestação de contas, destacando-se todas as interações com:

- i) o Governo, em matéria de saúde, com resultados visíveis no Hospital de Ovar e em todas as USFs no Município,
- ii) com a sociedade Polis Litoral Ria de Aveiro e com Ministério do Ambiente que permitiu desbloquear várias obras de requalificação da frente lagunar da Ria e também da Barrinha de Esmoriz,
- iii) com a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro na conceção de estratégias de desenvolvimento territorial integradas.
- iv) com o Ministério da Educação no âmbito da futura requalificação da Escola Júlio Dinis e de outras intervenções pontuais.

- v) com a ADRA SA que permitiu colocar já no plano de Investimentos da Sociedade obras estruturantes para o Município de Ovar.
- vi) Com a Lusitânia Gás que permitiu a construção da rede de Gás natural em Maceda e em Arada.

O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE OVAR É OBRA DE TODOS!

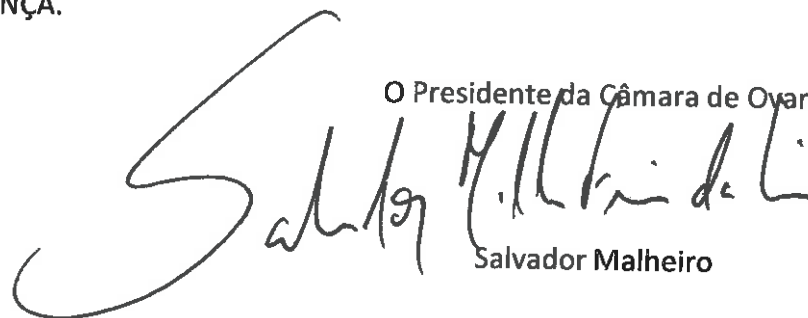
Por isso, agradeço a todos, sem exceção, o contributo efetivo que, ao longo de 2016, deram para que prosseguíssemos o nosso trabalho e a nossa missão à frente dos destinos da autarquia.

A nossa gestão identifica-se e afirma-se pela proximidade com as pessoas, e são as suas dificuldades, as suas ambições, os seus sonhos, que diariamente alimentam a nossa motivação e constituem o nosso maior DESAFIO.

Continuaremos determinados a trabalhar na construção de um FUTURO digno para a nossa COMUNIDADE.

Obrigado pela vossa CONFIANÇA.

O Presidente da Câmara de Ovar,


Salvador Malheiro

2. Introdução

A organização do Estado Português compreende a existência de autarquias locais, conforme previsto no artigo 235.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), definindo-as como “pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas” (artigo 236.º). Os municípios adquiriram, ao longo dos anos, uma elevada importância histórica, política, administrativa, financeira e jurídica, sendo que, a sua atuação se regula segundo o quadro de transferência de atribuições e competências - Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – por um conjunto de princípios garantes de um considerável grau de autonomia na prossecução dos seus objetivos e na gestão dos seus recursos. Assim, os municípios possuem atribuições (conforme domínios previstos no artigo 23.º do referido diploma legal) que têm subjacente um conjunto de princípios, nomeadamente o princípio da descentralização administrativa, da subsidiariedade, da complementaridade, da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos e a intangibilidade das atribuições do Estado (artigo 4.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação).

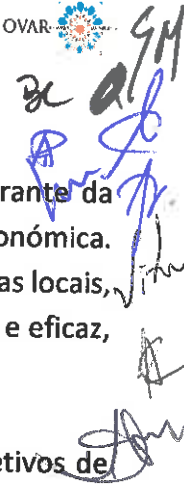
O presente relatório, relativo à prestação de contas do ano 2016 do Município de Ovar, surge em cumprimento do disposto no nº 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro.

Nestes termos, o presente documento demonstra a evolução das contas da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos do Município de Ovar, numa contabilidade que constitui um importante instrumento de apoio à gestão da Autarquia, transparecendo a sua situação económico-financeira no ano 2016.

Enquadramento Macroeconómico

Para o ano de 2016, e segundo as estatísticas publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em dezembro de 2016¹ os indicadores de confiança dos consumidores e de sentimento económico recuperaram na Zona Euro. O Produto Interno Bruto (PIB) atingiu cerca de 185 mil milhões de euros em termos nominais, tendo registado um aumento de 1,4% em volume, menos 0,2 pontos percentuais (p.p.) que o verificado no ano 2015. A taxa de desemprego de dezembro de 2016 situou-se em 10,2%, o que se reflete em termos absolutos em 520,7 mil pessoas desempregadas, constituindo o valor mais baixo observado desde março de 2009, ano em que a taxa de desemprego se situou nos 10,0%.

¹ Dados obtidos a partir do portal do Instituto Nacional de Estatística (INE): https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=249869963&DESTAQUESmodo=2 (dados consultados a 15-03-2017).



De ressaltar neste enquadramento, a atuação das autarquias locais, como parte integrante da máquina do Estado, uma vez que estão interligadas à complexidade que é a conjuntura económica. Assim, o aumento da complexidade das contas públicas, determina, por parte das autarquias locais, a implementação de doutrinas de controlo interno que permitam, de uma forma eficiente e eficaz, não abalar a consecução dos seus objetivos, bem como transparecer fiabilidade.

Em suma, é possível afirmar que as autarquias locais participam na prossecução de objetivos de natureza macroeconómica, nomeadamente na coordenação da política fiscal.

Projeções da Economia Portuguesa 2017-2018

Segundo as projeções do Banco de Portugal, para a economia portuguesa nos anos de 2017 e 2018, estas deverão manter a trajetória de recuperação moderada.

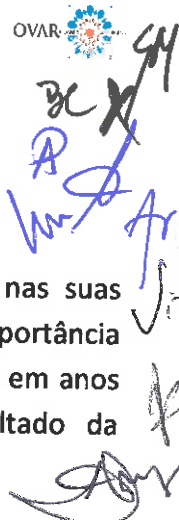
Para o ano de 2017 prevê-se um aumento do PIB em 1,4% e um aumento em 0,1 p.p. no ano 2018. De ressaltar que o facto de o endividamento público e privado continuarem elevados, e permanecerem algumas ineficiências nos mercados do trabalho e do produto, conduz a um crescimento mais lento do PIB. As exportações serão a componente da procura global com maior contributo para o crescimento da atividade. O indicador mais significativo para a economia portuguesa face a 2016 será sustentado por uma aceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), baseada numa recuperação do investimento empresarial, que alcançará os 4% a 4,5%. O consumo público deverá abandonar o terreno negativo, mas deverá manter um ritmo de crescimento muito moderado.

**Projeções do Banco de Portugal: 2016-2019 | Taxa de variação anual,
em percentagem. ²**

	Pesos 2015	dezembro 2016					BE outubro 2016	BE junho 2016		
		2015	2016 ^(p)	2017 ^(p)	2018 ^(p)	2019 ^(p)	2016 ^(p)	2016 ^(p)	2017 ^(p)	2018 ^(p)
Produto Interno Bruto	100,0	1,6	1,2	1,4	1,5	1,5	1,1	1,3	1,6	1,5
Consumo Privado	65,6	2,0	2,1	1,3	1,4	1,3	1,8	2,1	1,7	1,3
Consumo Público	18,2	0,8	1,0	0,0	0,4	0,2	1,0	1,1	0,4	0,6
Formação Bruta de Capital Fixo	15,3	4,5	-1,7	4,4	4,3	4,5	-1,8	0,1	4,3	4,6
Procura Interna	99,3	2,5	1,2	1,5	1,7	1,6	1,1	1,8	1,7	1,7
Exportações	40,6	6,1	3,7	4,8	4,6	4,4	3,0	1,6	4,7	4,7
Importações	39,8	8,2	3,5	4,8	4,9	4,4	3,0	2,8	4,9	4,8
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações (em p.p.) ^{1*}										
Procura interna		1,1	0,4	0,5	0,6	0,6	0,5	1,0	0,7	0,7
Exportações		0,5	0,8	0,9	0,8	0,9	0,6	0,3	0,9	0,9
Emprego ⁽²⁾	1,4	1,5	1,0	0,9	1,0	1,0	1,0	-	-	-
Taxa de desemprego	12,4	11,0	10,1	9,4	8,5	11,2	-	-	-	-
Balança Corrente e de Capital (% PIB)	1,7	1,1	0,9	0,9	1,1	1,3	1,9	1,6	1,6	1,6
Balança de Bens e Serviços (% PIB)	1,8	2,2	1,9	1,8	1,8	2,1	1,6	1,3	1,2	1,2
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	0,5	0,8	1,4	1,5	1,5	0,7	0,7	1,4	1,5	1,5

Por seu turno, o consumo privado deverá desacelerar progressivamente nos anos de 2017, 2018 e 2019. A evolução da atividade deverá ser acompanhada pela recuperação gradual da situação no mercado de trabalho, projetando-se a continuação do crescimento do emprego, embora a um ritmo progressivamente mais moderado, e a manutenção da trajetória descendente da taxa de desemprego, situando-se no ano de 2017 em 10,1% e decrescendo nos anos 2018 e 2019 previsivelmente para 9,4% e 8,5%, respetivamente. Prevê-se que a inflação, medida pelo Índice Harmonizado dos Preços no Consumidor (IHPC), deverá aumentar ao longo do horizonte de projeção, mantendo-se em níveis próximos dos projetados para a média da área do euro, ou seja 1,4% e 1,5% nos anos 2017 e 2018, respetivamente.

² Adaptado de: Banco de Portugal - <https://www.bportugal.pt/publications/banco-de-portugal> (dados acedidos em 15-03-2017).



3. Execução Orçamental

O Relatório e Contas ilustra detalhadamente a execução da receita e da despesa, nas suas componentes, (corrente e capital), relevando as componentes que se destacam pela importância orçamental, bem como a sua evolução comparativamente com os valores concretizados em anos anteriores. Pela análise da Contabilidade Orçamental podemos constatar o resultado da arrecadação da receita e da realização de despesa.

A estrutura da receita e da despesa obedece ao estabelecido no classificador económico apresentado no Decreto-lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro.

Alterações e Revisões ao Orçamento de 2016

No decurso deste ano económico foram elaboradas e aprovadas pelos órgãos competentes 13 modificações orçamentais, em concreto onze alterações e duas revisões, as quais, no seu conjunto, determinaram um aumento do valor global do orçamento inicial de 6.004.148,80 euros. O orçamento inicial era de 33,136 Milhões de euros.

A variação líquida do Orçamento municipal resultou das duas revisões aprovadas conforme se pode constatar na documentação de suporte, traduzindo-se, respetivamente num aumento global das dotações de 8.502.718,83 euros e numa diminuição de 2.498.570,03 euros. Ou seja, neste ano económico, **o Município geriu um orçamento final de 39,141 Milhões de euros.**

Este aumento registado nas dotações iniciais, foi conseguido pela incorporação do saldo da gerência anterior (6.996.358,83 euros) e pelo reforço de 83.545,00 euros, respeitante a reajustamentos efetuados às verbas relativas ao Fundo de Equilíbrio Financeiro e da Participação Fixa no IRS, de acordo com Quadro XIX, constante da Lei do Orçamento do Estado para 2016, aprovado pela Lei nº 7-A/2016, de 30 de março. No decurso do ano económico foi ainda considerada parte da receita e despesa inerente às obras integradas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano – PEDU – no âmbito do Portugal 2020 (1.002.815 euros), decisão assumida após a outorga do contrato de financiamento, o que decorreu a 31 de maio p.p. Por fim, foi também inscrito o resultado expectável da execução da garantia bancária referente ao Centro Escolar dos Combatentes (350.000 euros), face às conclusões das peritagens realizadas em obra, por entidades independentes.

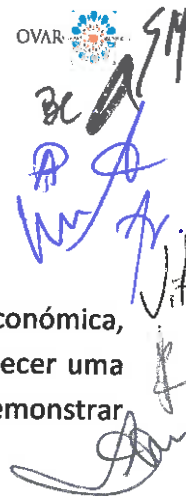
Em contrapartida, a diminuição de 2.498.570,03 euros efetuada ao Orçamento Inicial deve-se essencialmente à readaptação do cronograma de alguns projetos, alvo de comparticipação através de fundos comunitários. Segue-se um mapa resumo com a evolução ao longo do ano do orçamento municipal, com a necessária decomposição por rubricas gerais.

Rubricas da Receita	Orçamento Inicial 2016	Aumentos	Diminuições	Orçamento Final 2016
RECEITAS CORRENTES				
Impostos Directos	11 815 955,78			11 815 955,78
Impostos Indirectos	251 025,44			251 025,44
Taxas, multas e outras Penalidades	420 876,35			420 876,35
Rendimento de Propriedade	1 321 700,00			1 321 700,00
Transferências correntes	7 758 936,68	87 984,00		7 846 920,68
Venda de Bens e Prestações de serviços correntes	2 736 800,83			2 736 800,83
Outras Receitas Correntes	52 000,00			52 000,00
Total	24 357 295,08	87 984,00	0,00	24 445 279,08
RECEITAS CAPITAL				
Venda de Bens de Investimento	105 767,42			105 767,42
Transferência de Capital	8 670 837,50		1 430 194,03	7 240 643,47
Passivos Financeiros	0,00			0,00
Outras Receitas de Capital	1 000,00	350 000,00		351 000,00
Total	8 777 604,92	350 000,00	1 430 194,03	7 697 410,89
OUTRAS RECEITAS				
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	2 000,00	0,00		2 000,00
Saldo da Gerência Anterior		6 995 358,83		6 995 358,83
Total Geral da Receita	33 136 900,00	7 434 342,83	1 430 194,03	39 141 048,80

Rubricas da Despesa	Orçamento Inicial 2016	Aumentos	Diminuições	Orçamento Final 2016
DESPESAS CORRENTES				
Pessoal	7 866 000,00	154 578,86		8 020 578,86
Aquisição de bens e serviços	8 957 991,07	1 588 285,00		10 546 276,07
Juros e outros encargos	131 500,00		49 050,00	82 450,00
Transferências correntes	3 857 570,90	136 076,00		3 993 646,90
Subsídios	0,00			0,00
Outras despesas correntes	264 650,00	123 460,00		388 110,00
Total Desp. Corrente	21 077 711,97	2 002 399,86	49 050,00	23 031 061,83
DESPESAS CAPITAL				
Aquisição de bens de capital	10 564 406,03	3 225 193,94		13 789 599,97
Transferências de capital	807 000,00	393 505,00		1 200 505,00
Ativos Financeiros	205 782,00			205 782,00
Passivos Financeiros	482 000,00		174 900,00	307 100,00
Outras despesas de capital	0,00	1 000,00		1 000,00
Total Desp. Capital	12 059 188,03	4 225 698,94	174 900,00	16 109 986,97
Total Geral da Despesa	33 136 900,00	6 228 098,80	223 950,00	39 141 048,80

Em conclusão, ao longo de 2016, e com a aprovação das revisões orçamentais, o Município procedeu a um reforço das dotações para despesas de capital no valor de 4,050 Milhões de euros, e de despesas correntes de 1,953 Milhões de euros. Em simultâneo a expectativa de arrecadar mais receita corrente cresceu 87 984 euros e de capital mais 1,080 Milhão de euros.

Em comparação com o Orçamento final do ano transato observa-se que o Município, em 2016, registou um incremento de 2,342 Milhões de euros, neste instrumento de gestão previsional, ou seja, mais 6,4%. Acresce referir que as sucessivas modificações orçamentais foram o resultado da dificuldade de planeamento e de gestão dos recursos, decorrente dos clássicos imprevistos, mas também da alteração das condições de execução, quer ao nível da receita, quer da despesa, as quais foram condicionando e constringendo a atividade municipal, no seu todo.



Execução Orçamental da Receita

A execução do Orçamento Municipal no ano de 2016, organizada pela classificação económica, encontra-se detalhada no mapa resumo que se segue, o qual também permite estabelecer uma comparação da execução das principais rubricas, nos anos de 2016 e 2015, bem como demonstrar o contributo relativo de cada rubrica na receita global.

Rubricas	Orçamento Inicial 2016	Orçamento Final 2016	Receita Cobrada Líquida 2016	Taxa de Execução	Valor Relativo	Receita Cobrada Líquida 2015	Varição 2016/2015
RECEITAS CORRENTES							
Impostos Directos	11 815 955,78	11 815 955,78	11 682 136,77	98,87%	35,57%	11 575 155,54	0,92%
Impostos Indirectos	251 025,44	251 025,44	269 998,11	107,53%	0,82%	274 860,43	-1,79%
Taxas, multas e outras Penalidades	420 876,35	420 876,35	384 391,97	91,33%	1,17%	382 688,54	0,45%
Rendimento de Propriedade	1 321 700,00	1 321 700,00	1 466 167,81	110,93%	4,46%	1 530 617,73	-4,21%
Transferências correntes	7 758 936,68	7 846 920,68	8 207 226,35	104,59%	24,99%	7 616 726,80	7,75%
Venda de Bens e Prestações de serviços correntes	2 736 800,83	2 736 800,83	2 202 195,96	80,47%	6,71%	2 164 648,67	1,73%
Outras Receitas Correntes	52 000,00	52 000,00	24 405,53	46,93%	0,07%	148 085,44	-83,52%
Total	24 357 295,08	24 445 279,08	24 236 462,50	99,15%	73,81%	23 692 783,15	2,29%
RECEITAS CAPITAL							
Venda de Bens de Investimento	105 767,42	105 767,42	0,00	0,00%	0,00%	673 505,43	-100,00%
Transferência de Capital	8 670 837,50	7 240 643,47	1 347 387,65	21,37%	4,71%	3 224 130,97	-52,01%
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
Outras Receitas de Capital	1 060,00	351 000,00	27 952,13	7,99%	0,09%	70,96	39292,83%
Total	8 777 604,92	7 697 410,89	1 575 340,80	20,47%	4,80%	3 897 707,36	-59,58%
OUTRAS RECEITAS							
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	2 000,00	2 000,00	30 207,25	1510,36%	0,09%	1 879,16	1507,49%
Saldo da Gerência Anterior		6 996 358,83	6 996 358,83	100,00%	21,53%	6 633 982,10	-18,97%
Total Geral da Receita	33 136 900,00	39 141 048,80	32 838 369,38	83,90%	100,00%	36 226 351,77	-9,35%

No ano de 2016, o Município de Ovar registou uma entrada de receita global de 32.838.369,38 euros, sendo certo que 6.996.358,83 euros correspondem ao saldo de gerência de 2015, aprovado pelos órgãos competentes. Em termos estruturais a receita corrente corresponde a 74% do total e a receita de capital a 5%, constatando-se que o saldo da gerência representa 21% do global dos recursos financeiros disponíveis no ano económico.

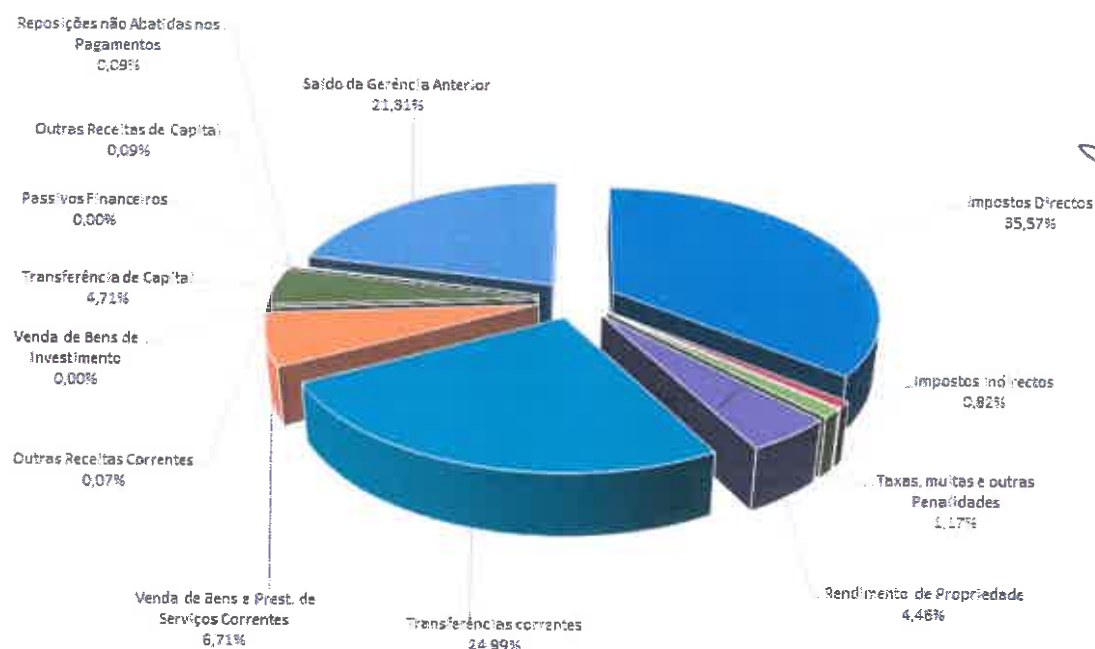
Comparativamente com o ano anterior, a receita total apresenta um decréscimo de 9%, superior a 3,3 milhões de euros, explicado essencialmente pela quebra substancial na arrecadação da receita de capital em cerca de 60%, na redução de 19% do saldo da gerência, apenas compensada com o acréscimo de receita corrente, num valor superior a 500 mil euros, ou seja, mais de 2% do que no ano transato.

Importa referir que, na estrutura do Orçamento Municipal, as principais fontes da receita são os Impostos Directos, que representam 36% do global e as Transferências Correntes que apresentam um contributo de 25%. As Transferências de Capital arrecadadas no ano representam apenas 5% do global da receita do município, na essência face ao comportamento registado pelos fundos comunitários.

Considerando o previsto para o ano, a taxa de realização da receita corrente foi superior a 99%, da receita de capital superior a 20%, pelo que o global apresenta uma execução, face ao orçamento

corrigido, de cerca de 84%. De seguida apresenta-se um gráfico com a composição da Receita Municipal neste ano económico.

Receita Cobrada Líquida 2016



A decomposição dos agregados da receita, mostra que os **Impostos Directos** registaram um ligeiro aumento de 0,92%, traduzindo-se num aumento na arrecadação da receita face a 2015 de 106.981,23 euros. Nesta rubrica estão incluídas as receitas provenientes do Imposto Municipal de Imóveis (IMI) que apresenta um decréscimo de 286.015,21 euros face ao ano transato, do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) que decresceu 71.738,16 euros, comparativamente ao ano anterior, da Derrama que apresenta um crescimento de 421.730,73 euros, do Imposto Único de Circulação (IUC) que apresenta um acréscimo de 42.973,00 euros. Nesta matéria, é importante salientar as decisões que têm vindo a ser assumidas em matéria fiscal pelo Órgão Executivo, designadamente em sede de IMI e de Derrama, no sentido de apoiar o tecido empresarial local, as famílias, os proprietários de imóveis, bem como a não aplicação de outras taxas e assunção de reduções em sede de IRS. No capítulo 5 deste Relatório de Gestão, dedicado à Evolução Económica e Financeira, especificamente, no subtítulo **Impostos e Taxas**, encontra-se um quadro resumo que evidencia e explica o comportamento de cada uma destas rubricas.

No que concerne aos **Impostos Indirectos** constata-se uma ligeira diminuição de 1,79% face ao ano anterior. Apesar do aumento registado na rubrica Mercados e Feiras este não foi suficiente para fazer face à diminuição registada na rubrica Loteamento e Obras, fruto da evolução que se tem vindo a observar nos últimos anos.

O capítulo de **Taxas, Multas e Outras Penalidades**, que traduzem na generalidade as operações com os particulares, apresentou um ligeiro acréscimo de 0,45%, que representa um aumento de 1.703,43 euros.

Os **Rendimentos de propriedade** apresentaram, no ano de 2016, um decréscimo de 4,21% o que representa uma diminuição de 64.449,92 euros, justificada pela inexistência de repartição de dividendos, no ano de 2016, pelas Águas do Norte, S.A., pelas Águas do Centro Litoral, S.A. e pela ERSUC.

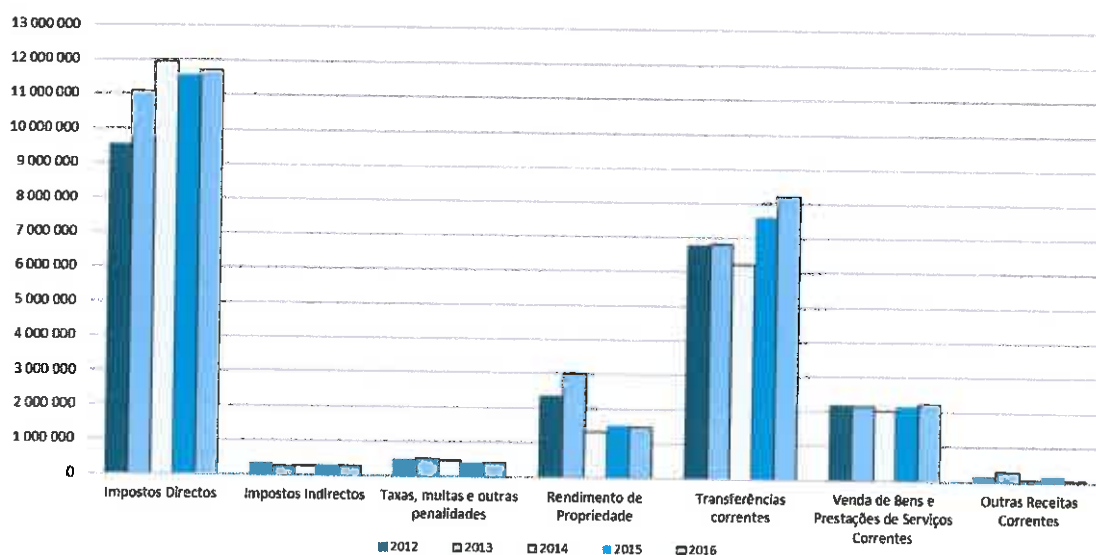
As **Transferências Correntes** apresentam um aumento de 7,75%, com uma variação em termos absolutos no valor de 590.499,55 euros, o qual resulta essencialmente do acréscimo das transferências do Orçamento de Estado, nomeadamente do Fundo de Equilíbrio Financeiro e da Participação Fixa do IRS.

Relativamente às **Vendas de Bens e Serviços Correntes**, cuja evolução homóloga aponta para um ligeiro acréscimo de 1,73%, cresceram 37.547,29 euros. Esta rubrica contempla as receitas provenientes da tarifa de resíduos sólidos, das cantinas escolares, das rendas de imóveis municipais, dos serviços culturais e desportivos, entre outros.

Por último, a execução orçamental da rubrica **Outras Receitas Correntes**, a qual regista uma diminuição de 83,52% de 123.679,91 euros, deve-se essencialmente à execução de garantias bancárias de empreitadas em 2015, o que não ocorreu em 2016.

De seguida apresenta-se o gráfico com a evolução das várias rubricas da Receita Corrente, ao longo dos últimos cinco anos.

Receita Corrente Cobrada Líquida




No que se refere à **Receita de Capital** foi arrecadado, no ano de 2016, o valor de 1.575.340,80 euros. Contribuiu para a formação desta receita, essencialmente a rubrica de **Transferências de Capital**, que ainda assim apresenta uma redução de 1.676.743,32 euros face ao ano anterior. Este decréscimo justifica-se essencialmente pelo encerramento do quadro comunitário QREN e pela inexecução do Portugal 2020. Importa ainda relevar que, o Município de Ovar, tem pendente de recebimento, ao abrigo do antigo quadro comunitário QREN – Quadro Referência Estratégico Nacional, pedidos de pagamento no valor de 1.355.862,47 euros relativos às seguintes obras “Casa da Junta de S. João – Pólo de Capacitação e Inovação Social” e a “Beneficiação da Rua do Salgueiral de Cima – S. João de Ovar”. Não obstante todas as diligências realizadas junto da Comissão Diretiva do Mais Centro e do facto desta despesa ter dado contributo real às taxas de execução do Programa Operacional Regional, não foi possível, em 2016, obter as respetivas transferências, por falta de liquidez do programa. O Município de Ovar, bem como muitos outros da Região, tem a forte expectativa que esta situação será ultrapassada em 2017.

Outrossim, apesar da execução e conclusão de empreitadas, como a Beneficiação da Rua Camilo Castelo Branco e Rua Irmãos Oliveira Lopes, da Rua do Azulejo ou da Cafeteria do Parque Urbano de Ovar, incluídas nas áreas de intervenção do PEDU, também não foi possível arrecadar a respetiva comparticipação, dada a mudança de aplicação das regras constantes nos regulamentos FEDER. De qualquer modo, foi assegurado com a Comissão Diretiva do Programa Regional que não haverá qualquer prejuízo ou perda dos financiamentos contratados pelo Município, apenas ajustes na gestão das prioridades de investimento.

Neste capítulo, é relevante sublinhar que, no ano de 2016, os serviços da Câmara Municipal de Ovar deram prioridade e primazia ao encerramento de dezenas de candidaturas financiadas ao abrigo dos anteriores Quadros Comunitários, sob pena do Município ser forçado a devolver os fundos comunitários já recebidos. Este trabalho, que não teve uma tradução na execução financeira, mas foi de grande exigência documental e administrativa, não permitiu arrecadar mais receita, mas impediu qualquer devolução, perda ou acerto de fundos.

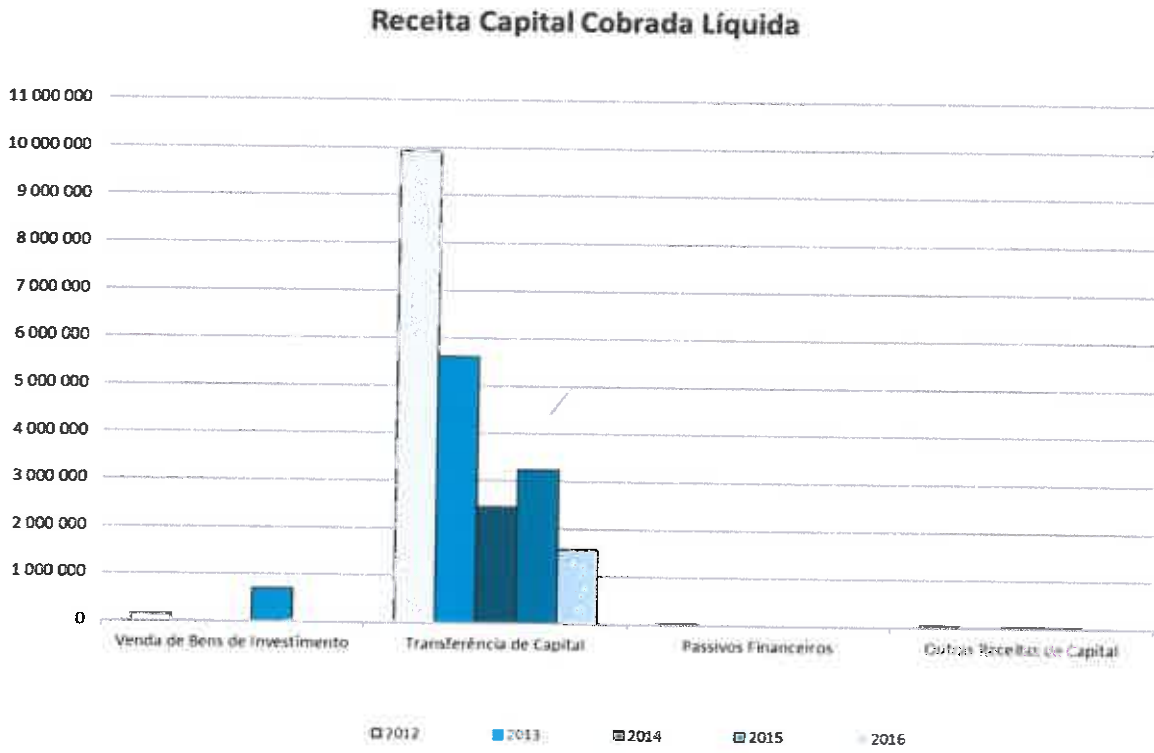
Por fim, uma referência à rubrica da **venda de bens de investimento**, a qual neste ano económico não regista qualquer movimento financeiro, ou seja, não houve alienação de bens, mas que ao nível do património municipal foi objeto de um aturado trabalho técnico, sempre articulado com a CCDR Centro e com a DGAL, que permitiu a retirada da reserva constante da certificação legal de contas há muitos anos e a sua transformação numa enfase. Como facilmente se constata este trabalho técnico realizado ao nível do património móvel e imóvel, que não tem qualquer visibilidade nesta fase, é determinante para a gestão futura dos recursos municipais. No âmbito dos passivos financeiros não se registou a contração de qualquer empréstimo ou operação similar, aliás, na esteira das opções financeiras dos últimos anos, as quais sempre procuraram maximizar os fundos comunitários e outras comparticipações existentes, pugnado pela sustentabilidade financeira da autarquia.

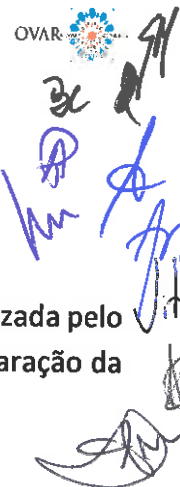
OVAR



Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including 'SH', 'ZC', 'V. Vito', and others.

O gráfico seguinte evidencia o comportamento das principais componentes da **receita de capital** ao longo dos últimos cinco anos, demonstrando a importância das transferências de capital na receita municipal.





Execução Orçamental da Despesa

O quadro resumo seguinte evidencia a distribuição da Despesa Orçamental, em 2016, realizada pelo Município de Ovar nas principais rubricas económicas, bem como é efetuada uma comparação da execução com o período homólogo de 2015.

Rubricas	Orçamento Inicial 2016	Orçamento Final 2016	Despesa Paga 2016	Taxa de Execução	Valor Relativo	Despesa Paga 2015	Variação 2016/2015
(euros)							
DESPESAS CORRENTES							
Pessoal	7 866 000,00	8 020 578,86	7 365 237,05	91,83%	26,95%	6 904 332,09	6,68%
Aquisição de bens e serviços	8 957 991,07	10 546 276,07	8 887 016,37	84,27%	32,52%	8 911 100,77	-0,27%
Juros e outros encargos	131 500,00	82 450,00	49 000,73	59,43%	0,18%	91 944,44	-46,71%
Transferências correntes	3 857 570,90	3 993 646,90	3 550 785,43	88,91%	12,99%	3 690 200,13	-3,78%
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
Outras despesas correntes	264 650,00	388 110,00	282 000,49	72,66%	1,03%	350 446,74	-19,53%
Total Desp. Corrente	21 077 711,97	23 031 061,83	20 134 040,07	87,42%	73,67%	19 948 024,17	0,93%
DESPESAS CAPITAL							
Aquisição de bens de capital	10 564 406,03	13 789 599,97	5 736 867,61	41,60%	20,99%	6 552 250,93	-12,44%
Transferências de capital	807 000,00	1 806 505,00	963 526,94	53,34%	3,53%	961 951,76	0,16%
Ativos Financeiros	205 782,00	205 782,00	205 782,00	100,00%	0,75%	412 807,00	-
Passivos Financeiros	482 000,00	307 100,00	291 574,24	94,94%	1,07%	1 450 185,06	-79,89%
Outras despesas de capital	0,00	1 000,00					
Total Desp. Capital	12 059 188,03	16 109 986,97	7 197 750,79	44,68%	26,33%	9 377 194,75	-23,24%
Total Geral da Despesa	33 136 900,00	39 141 048,80	27 331 790,86	69,83%	100,00%	29 325 218,92	-6,80%

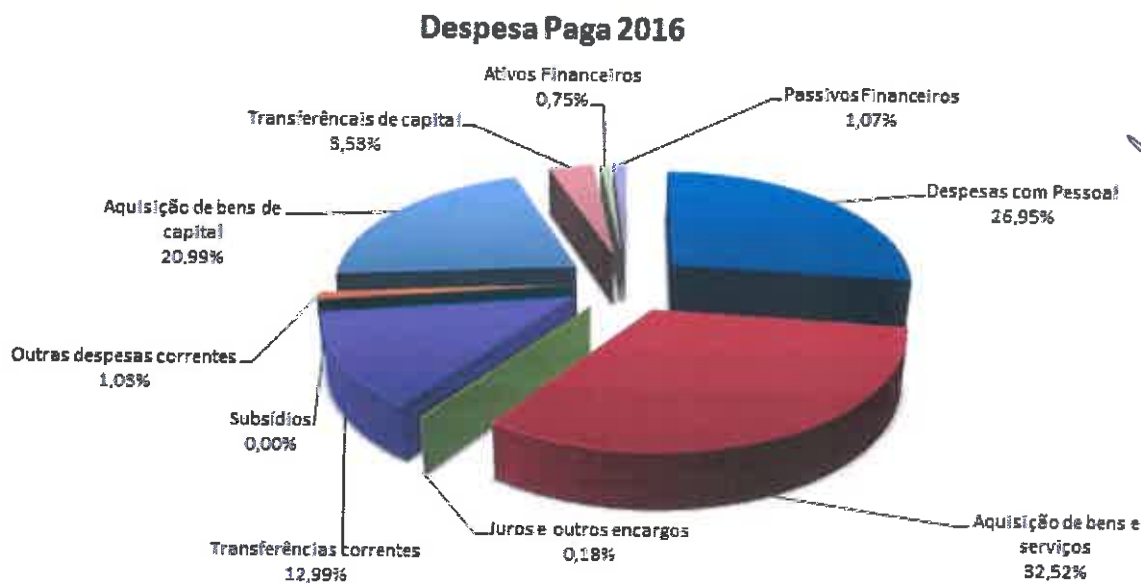
Em 2016, o Município de Ovar pagou de **Despesa Corrente** no valor de 20.134.040,07 euros e **Despesa de Capital** no montante de 7.197.750,79 euros, de onde resulta que o valor da **Despesa Total** paga foi de 27.331.790,86 euros, o que representa um contributo relativo da despesa corrente de 73,67% e de 26,33% de despesa de capital.

Comparativamente com o ano anterior, e em termos globais, regista-se que a despesa corrente observou um acréscimo de 0,93%, e a despesa de capital em quebra de 23,24%, pelo que globalmente o decréscimo da despesa municipal realizada foi de 6,80%.

No capítulo da **Despesa Corrente** assumem especial relevância as despesas com o pessoal representando 26,95% do global, as despesas com a aquisição de bens e serviços que representam 32,52% do total e as transferências correntes com um peso de 12,99% do somatório da despesa paga. Estas 3 rubricas no seu conjunto representam 72,46% do total das despesas pagas pelo Município de Ovar, no ano de 2016.

As **Despesas de Capital**, as quais, em 2016, representaram 26,33% das despesas totais pagas, atingiram 7.197.750,79 euros, e resultam das opções tomadas no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos, da disponibilidade orçamental e da capacidade de execução física dos projetos.

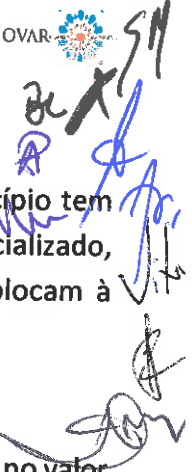
De seguida, apresenta-se o gráfico que ilustra a repartição da despesa paga, pelo Município de Ovar no ano de 2016.



Da análise da **Despesa paga em 2016** constata-se o seguinte:

Na estrutura das despesas correntes do Município uma das rubricas com maior relevo é a de **Despesas com o Pessoal**, representando 26,95% da despesa paga, no valor de 7.365.237,05 euros, o que significa um acréscimo de 6,68% face ao montante pago no ano transato. Este aumento de 460.904,96 euros, deve-se essencialmente à extinção da redução remuneratória prevista na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro e à redução da sobretaxa do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) de acordo com os escalões definidos em função do rendimento coletável. Para além disso, no final do ano de 2015, na sequência de procedimentos de recrutamento de pessoal, foram admitidos vários trabalhadores para o quadro de pessoal da autarquia, pelo que o impacto financeiro destas decisões apenas se refletiu em 2016. Foram ainda atribuídas mobilidades intercarreiras e intercategorias a alguns funcionários, bem como procedeu-se à aceitação de outros em regime de mobilidade com outros Municípios, conforme se explica no capítulo dedicado aos Custos com pessoal.

Despesas com Pessoal	2016		2015		Variação 2015 / 2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas com pessoal (total do agrupamento 01)	7.365.237,00	95,17	6.904.332,00	94,27	460.905,00	6,68
Aquisição de serviços com pessoas singulares (incluídas no agrupamento 02)	324.151,00	4,83	419.530,00	5,73	-45.379,00	-10,82
Total	7.739.388,00	100,00	7.323.862,00	100,00	415.526,00	5,67



A evolução positiva destas despesas corresponde também ao investimento que o Município tem vindo a fazer, de forma a dotar os seus quadros de técnicos habilitados e pessoal especializado, capazes de, no futuro, darem resposta satisfatória aos desafios que diariamente se colocam à Administração Local.

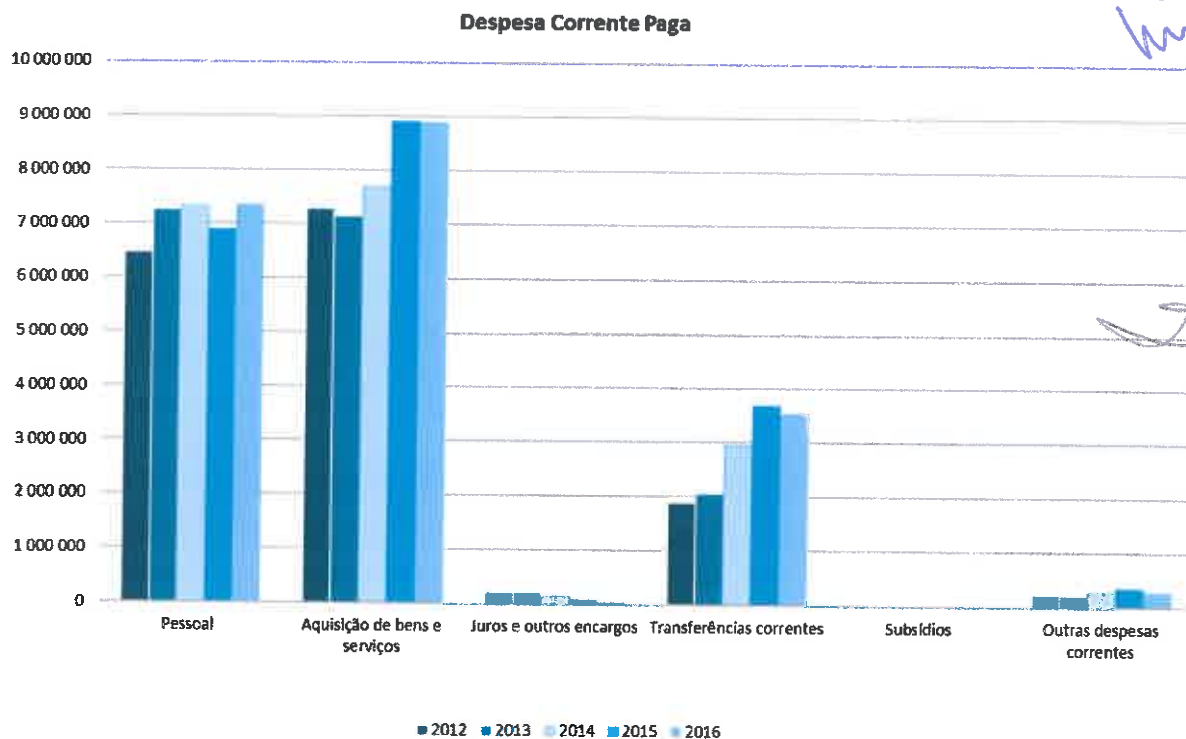
As **Aquisições de Bens e Serviços**, em termos de despesa total paga representaram 32,52%, no valor de 8.887.016,37 euros. Estas despesas sofrem um pequeno decréscimo de 0,27% face ao ano anterior, sendo que componente da despesa é influenciada por um conjunto de sub-rubricas, as quais assumem comportamentos diversos e que se encontram explicados, em pormenor, no capítulo relativo a Custos - Fornecimentos e Serviços Externos.

A despesa afeta ao pagamento de **Juros e Outros Encargos** cifra-se, no ano de 2016, em 49.000,73 euros, o que representa 0,18% da despesa global paga, o qual se encontra explicado no ponto dos Custos e Perdas Financeiras. Importa, desde já, ter presente que a despesa afeta a juros decresce em 46,71%, pois no final de 2015, o Município realizou uma amortização extraordinária dos empréstimos contratados, cumprindo o disposto na Lei, que permitiu este resultado financeiro.

No âmbito das **Transferências Correntes** observamos uma realização de quase 90% do orçado, ou seja, a autarquia transferiu 3,550 Milhões de euros, valor ligeiramente inferior ao do ano anterior. Aqui estão englobadas as transferências para as associações e coletividades, para as corporações de bombeiros, para os agrupamentos de escolas, para as juntas de freguesia e para as famílias. Também este capítulo de custos será pormenorizado no relatório, mas desde já impõe-se referir que esta despesa espelha, em 2016, a alteração de opções e procedimentos, por exemplo, no que se refere ao animar as praias e festividades de verão.

Por último, as outras despesas correntes também foram objeto de redução na execução – no valor percentual de 19,53 – verificando-se que o seu valor relativo, no contexto global da despesa, é residual, 1%.

O gráfico seguinte apresenta a evolução da despesa corrente paga ao longo dos últimos cinco anos, onde se observa a estabilidade na estrutura das despesas correntes, com destaque para as aquisições de bens e serviços, pessoal e transferências correntes.



As **despesas de capital** são compostas pelas rubricas tradicionais de Aquisição de bens de capital, Transferências de capital, Ativos e Passivos Financeiros. Comparativamente com o ano anterior, as Despesas de Capital decrescem 23,24%, ou seja, no ano de 2016, executamos despesas de capital no valor de 7,198 Milhões de euros. No contexto do Orçamento global, a importância das despesas de capital é de 26,33%.

A componente da **aquisição de bens de capital** traduz a execução do Plano Plurianual de Investimentos, que apresenta despesa paga no valor 5,737 Milhões de euros, inferior em 12,44% ao montante pago em 2015. O seu detalhe consta no mapa de execução do PPI, que segue em anexo. Para além do investimento municipal direto que a autarquia promoveu em 2016, impõe-se referir as obras assumidas e concretizadas pelas sociedades participadas pelo Município no nosso território, e que este ano atingiram uma dimensão verdadeiramente excecional, em concreto, referimo-nos às empreitadas de saneamento na Freguesia de Maceda, de Arada, às redes na Rua das Escolinhas, em Cortegaça, na Rua das Palmeira e das Coitas, Rua das Estradas e Dr. Acácio Valente, em Válega e a outras intervenções de menor dimensão. Todas estas obras implicaram e exigem um acompanhamento técnico da autarquia, que não tem tradução na execução dos documentos previsionais, mas que se tem revelado essencial para a evolução e conclusão das obras.

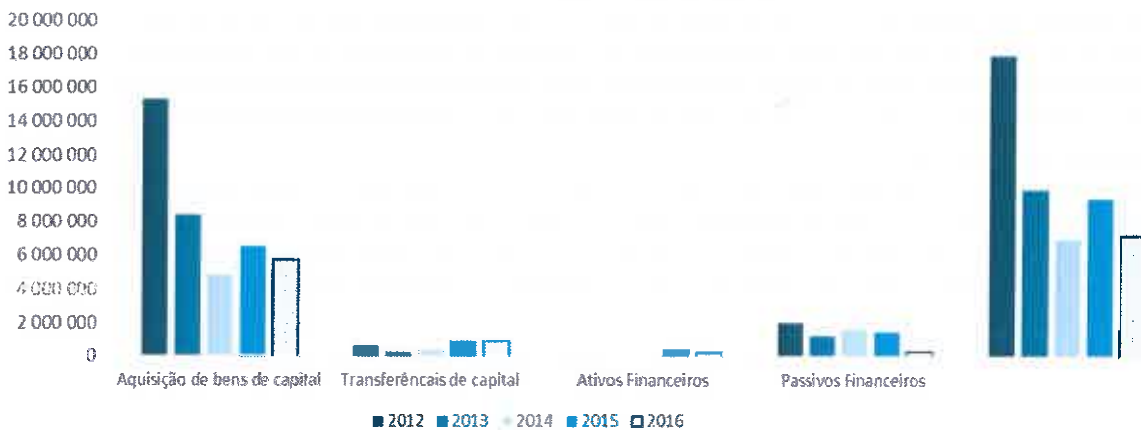
Outrossim, as obras da iniciativa da Pólis da Ria de Aveiro, em concreto a Requalificação da obra da Barrinha de Esmoriz, um investimento superior a 4 Milhões de €uros, consignado a 16 de setembro p.p. e que tem exigido um acompanhamento muito próximo por parte da autarquia, para que o projeto concretize eficazmente os objetivos propostos, numa obra ambientalmente muito delicada e difícil.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'GM', '36', 'A', and 'X'.

No capítulo das **Transferências de Capital** o esforço realizado pelo Município de Ovar foi semelhante ao do ano transato, cerca de 1 Milhão de euros, investidos nas corporações de bombeiros, nas infraestruturas desportivas de associações e coletividades, em especial nas desportivas, mas também nas Juntas de Freguesia do Concelho de Ovar, numa medida absolutamente excecional.

Por fim, os **ativos financeiros** que correspondem às obrigações de realização do FAM – Fundo de Apoio Municipal – no valor de 205.782,00 euros e os **passivos financeiros**, decorrentes das amortizações de empréstimos, no valor de 291.574,00 euros.

Despesa Capital Paga



Equilíbrio Corrente

O Princípio do Equilíbrio Corrente, definido nos termos do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro – Lei das Finanças Locais, estabelece que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

(euros)	
Equilíbrio Orçamental	2016
Receitas Correntes Brutas	24 237 665,52
Despesas Correntes	20 134 040,07
Passivos Financeiros (amort. Médias Emp m/l prazo)	327 755,55
Equilíbrio Corrente (nº2 artigo 40º LFL)	3 775 869,90

O Município de Ovar respeitou na íntegra o Princípio do Equilíbrio Corrente, apresentando no final do exercício de 2016, uma margem superior a três milhões de euros.

Execução das Grandes Opções do Plano

Rubricas	Orçamento Final 2016	Despesa Paga 2016	Taxa de Execução	Valor Relativo
Administração Autárquica	9 785 863,90	5 455 080,39	55,74%	27,32%
Assembleia Municipal	10 600,00	7 048,78	66,50%	0,04%
Câmara Municipal	3 268 057,00	2 860 157,61	87,52%	14,32%
Edifícios e Equipamentos Municipais	1 902 500,00	677 481,29	35,61%	3,39%
Transferências Municipais	1 496 188,90	1 185 585,62	79,24%	5,94%
Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano - PEDU	1 119 988,00	349 780,95	31,23%	1,75%
Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Cidade de Ovar	1 597 930,00	306 867,15	19,20%	1,54%
Outros Programas ou Candidaturas	228 000,00	0,00	0,00%	0,00%
Orçamento Participativo	92 000,00	37 828,20	41,12%	0,19%
Aquisição de Equipamento	70 600,00	30 330,79	42,96%	0,15%
Proteção Civil	373 662,00	369 589,50	98,91%	1,85%
Tecnologias de Informação e Comunicação	634 820,00	399 388,75	62,91%	2,00%
Desenvolvimento Económico e Empreendedorismo	37 930,00	31 608,32	83,33%	0,16%
Serviços Veterinários	14 700,00	4 532,82	30,84%	0,02%
Comunicação	230 353,00	141 229,44	61,31%	0,71%
Serviços Técnicos, de Apoio Jurídico e Fiscalização Municipal	212 440,00	173 664,45	81,75%	0,87%
Serviços Financeiros	37 050,00	28 124,81	75,91%	0,14%
Serviços Administrativos e de Atendimento	3 540,00	2 372,61	67,02%	0,01%
Recursos Humanos	65 000,00	40 910,53	62,94%	0,20%
Urbanismo e Planeamento	87 661,00	45 548,75	51,96%	0,23%
Aquisição de Bens e Serviços	60 090,00	45 548,75	75,80%	0,23%
Planeamento Urbanístico	27 571,00	0,00	0,00%	0,00%
Projetos e Obras Municipais	5 036 811,97	2 550 147,76	50,63%	12,77%
Aquisição de Bens e Serviços	40 450,00	28 385,21	70,17%	0,14%
CEIS - DPOM	100,00	0,00	0,00%	0,00%
Rede Viária	4 214 461,97	2 061 516,05	48,92%	10,32%
Arranjos e Infraestruturas Urbanísticas	781 800,00	460 246,50	58,87%	2,31%
Conservação e Serviços Urbanos	938 810,00	541 982,42	57,73%	2,71%
CEIS - DCSU	19 700,00	18 780,14	95,33%	0,09%
Sinalização, Trânsito e Toponímia	177 000,00	94 831,61	53,58%	0,47%
Estacionamentos	5 000,00	0,00	0,00%	0,00%
Mercados e Feiras	128 300,00	11 343,37	8,84%	0,06%
Cemitérios	57 000,00	0,00	0,00%	0,00%
Maquinaria e Equipamento	224 150,00	177 384,51	79,14%	0,89%
Materiais Diversos	79 520,00	57 299,07	72,06%	0,29%
Plano de Eficiência Energética	92 500,00	46 757,01	50,55%	0,23%
Outras Despesas	155 640,00	135 586,71	87,12%	0,68%
Ambiente e Proteção da Natureza	3 755 314,07	2 931 719,66	78,07%	14,68%
CEIS - DA	95 200,00	95 114,16	99,91%	0,48%
Resíduos e Gestão Ambiente	2 289 969,07	2 172 409,00	94,87%	10,88%
Recursos Hídricos	866 855,00	398 973,05	46,03%	2,00%
Parques e Jardins	267 750,00	170 057,85	63,51%	0,85%
Gabinete do Agricultor	17 000,00	15 000,00	88,24%	0,08%
Educação Ambiental	58 340,00	47 527,86	81,47%	0,24%
Turismo de Natureza e Mobilidade Sustentável	26 700,00	834,74	3,13%	0,00%
Floresta	85 500,00	0,00	0,00%	0,00%
Diversos	48 000,00	31 803,00	66,26%	0,16%
Desenvolvimento e Ação Social e Saúde	1 554 945,00	1 017 281,48	65,42%	5,09%
Apoios Sociais/Fundos Sociais	697 500,00	351 540,90	50,40%	1,76%
Apoio ao Associativismo	431 445,00	325 095,42	75,35%	1,63%
Unidades de Saúde	222 400,00	215 577,99	96,93%	1,08%
Habituação e Urbanização	125 500,00	61 284,47	48,83%	0,31%
Outras Despesas	78 100,00	63 782,70	81,67%	0,32%

SM
BL
P
Vitor

Rubricas	(euros)			
	Orçamento Final 2016	Despesa Paga 2016	Taxa de Execução	Valor Relativo
Cultura	2 853 463,00	1 896 671,60	66,47%	9,50%
Rede Concelhia de Bibliotecas	139 800,00	88 015,55	62,96%	0,44%
Centro de Arte de Ovar	470 368,00	266 063,88	56,57%	1,33%
Escola de Artes e Ofícios	51 520,00	39 979,58	77,60%	0,20%
Casa Museu Júlio Dinis	19 000,00	15 772,79	83,01%	0,08%
O FESTA	80 000,00	79 724,31	99,66%	0,40%
Cantar os Reis	20 360,00	9 177,82	45,08%	0,05%
Festival Literário	39 000,00	36 734,28	94,19%	0,18%
FESTIM	20 000,00	20 000,00	100,00%	0,10%
CEIS DCDJ	28 080,00	22 115,53	78,76%	0,11%
Eventos do Exterior	48 880,00	42 058,79	86,04%	0,21%
Serviços de Produção e da Programação	237 405,00	208 043,62	87,63%	1,04%
Apoio ao Associativismo e Agentes Culturais	511 680,00	275 011,56	53,75%	1,38%
Diversos	54 390,00	37 100,92	68,21%	0,19%
Equipamentos/Edifícios Municipais	467 550,00	113 518,76	24,28%	0,57%
Carnaval	665 430,00	643 354,21	96,68%	3,22%
Desporto	1 801 490,00	1 395 136,39	77,44%	6,99%
CEIS - SDJ	14 700,00	13 246,96	90,12%	0,07%
Piscina Municipal de Ovar	269 690,00	223 868,43	83,01%	1,12%
Apoio ao Associativismo e Agentes Desportivos	1 406 650,00	1 123 651,41	79,88%	5,63%
Instalações e Equipamentos Desportivos	110 450,00	34 369,59	31,12%	0,17%
Turismo	454 980,00	373 454,77	82,08%	1,87%
Educação	2 674 304,00	2 048 473,78	76,60%	10,26%
CEIS - DE	61 180,00	61 061,23	99,81%	0,31%
Edifícios Escolares	757 108,00	572 949,15	75,68%	2,87%
Agrupamentos Escolares	185 315,00	162 010,49	87,42%	0,81%
Programa Educativo Municipal	535 296,00	309 115,23	57,75%	1,55%
Outras Aquisições de Bens e Serviços	36 705,00	30 269,13	82,47%	0,15%
Transportes e Refeições Escolares	1 098 700,00	913 068,55	83,10%	4,57%
Operações Financeiras	567 332,00	519 635,58	91,59%	2,60%
Juros e Outros Encargos	54 450,00	22 779,34	40,92%	0,11%
Ativos Financeiros	205 782,00	205 782,00	100,00%	1,03%
Passivos Financeiros	307 100,00	291 574,24	94,94%	1,46%
Total Geral da Despesa	31 120 469,94	19 966 553,81	64,16%	100,00%



4. Movimentos Financeiros

4.1. Movimentos Financeiros

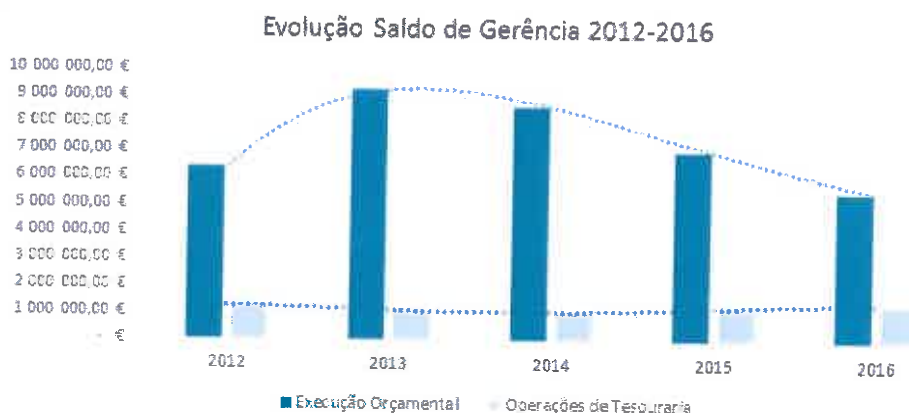
O Município de Ovar iniciou o seu exercício de 2016 com um saldo de gerência de operações orçamentais de 6.996.358,83 euros e 1.241.386,25 euros de operações de tesouraria, o que resulta num total de 8.237.745,08 euros.

Relativamente aos recebimentos, no ano de 2016, o Município de Ovar, auferiu um total de 28.012.045,65 euros, dos quais 25.843.213,57 euros relativos a operações orçamentais e 2.168.832,08 euros de operações de tesouraria.

Por outro lado, no ano de 2016, foram efetuados pagamentos no montante de 29.369.108,50 euros, sendo que 27.331.790,86 euros resultam de pagamentos relativos a operações orçamentais e 2.037.317,64 euros referem-se a pagamentos de operações de tesouraria.

(euros)			
Designação	Operações Orçamentais	Operações Tesouraria	Total
Saldo da Gerência Anterior	6 996 358,83	1 241 386,25	8 237 745,08
Recebimentos	25 843 213,57	2 168 832,08	28 012 045,65
Pagamentos	27 331 790,86	2 037 317,64	29 369 108,50
Saldo para a Gerência Seguinte	5 507 781,54	1 372 900,69	6 880 682,23

Tendo em consideração que o montante total dos recebimentos, incluindo o saldo da gerência anterior, é superior aos pagamentos efetuados, conclui-se que o **saldo para a gerência seguinte** ascende ao montante de 6.880.682,23 euros, sendo 5.507.781,54 euros de operações orçamentais e 1.372.900,69 euros de operações de tesouraria.





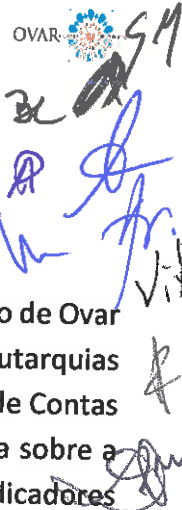
4.2. Saldo da Gerência de Operações Orçamentais

O quadro abaixo apresenta o cálculo do **Saldo Real do Exercício** de 2016, indicador que inclui também os encargos não pagos no exercício.

(euros)

Designação	2016	2015	Variação 2016/2015
Saldo Inicial de Gerência	6 996 358,83	8 633 982,10	-1 637 623,27
Receitas Correntes Brutas	24 237 665,52	23 788 009,13	449 656,39
Receitas de Capital	1 575 340,80	3 897 707,36	-2 322 366,56
Receitas Outras	30 207,25	1 879,16	28 328,09
Receitas Totais	25 843 213,57	27 687 595,65	-1 844 382,08
Despesas Correntes	20 134 040,07	19 948 024,17	186 015,90
Despesas de Capital	7 197 750,79	9 377 194,75	-2 179 443,96
Despesas Totais	27 331 790,86	29 325 218,92	-1 993 428,06
Saldo Corrente	4 103 625,45	3 839 984,96	263 640,49
Receitas Correntes - Despesas Correntes			
Saldo de Capital	-5 622 409,99	-5 479 487,39	-142 922,60
Receitas de Capital - Despesas de capital			
Saldo do Exercício	-1 488 577,29	-1 637 623,27	149 045,98
Saldo Corrente + Saldo de Capital + Receitas Outras			
Encargos não pagos*	337 211,75	21 756,53	315 455,22
Encargos transitados de anos anteriores	21 756,53	125 941,08	-104 184,55
Saldo Real do Exercício	-1 804 032,51	-1 533 438,72	-270 593,79
Saldo do exercício - Encargos não pagos			
+ Encargos transitados de anos anteriores			
Saldo da Gerência	5 507 781,54	6 996 358,83	-1 488 577,29
Saldo Inicial da Gerência + Saldo do exercício			

Conforme se observa, no ano de 2016, o saldo da gerência de operações orçamentais (saldo inicial + saldo do exercício) foi de -1.488.577,29 euros, perfazendo o valor acumulado de 5.507.781,54 euros, sendo o saldo do exercício de -1.804.032,51 euros.



5. Análise Económico – Financeira 2016

O controlo e a transparência da atividade financeira e das relações financeiras do Município de Ovar constitui um dos objetivos e princípios definidos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro e pelo Tribunal de Contas que estabelece que o relatório de gestão e contas deve conter uma exposição fiel e clara sobre a forma como se desenvolveu a atividade no exercício, devendo apoiar-se na utilização de indicadores económicos e financeiros que evidenciem o grau de eficiência conseguida na utilização dos recursos e eficácia da gestão. É nestes termos que, no presente capítulo, se realiza uma análise à situação económica relativa ao exercício de 2016, analisando em especial a evolução da gestão nos diferentes setores de atividade do Município de Ovar, e uma análise à situação financeira considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise do balanço e demonstração de resultados.

Assim, e de acordo com o disposto na alínea b) do ponto 13 do POCAL, é apresentada de seguida uma retrospectiva do exercício do ano 2016.

5.1. Demonstração de Resultados por Natureza

A Demonstração de Resultados por Natureza apresenta os resultados das operações económicas, numa perspetiva de custos e proveitos, consumados durante o exercício de 2016, permitindo avaliar a forma como foram aplicados os recursos utilizados, e, conseqüentemente, a *performance* da gestão pública autárquica.

O quadro seguinte ilustra a Demonstração de Resultados por Natureza, efetuando uma análise comparativa, entre os exercícios de 2016 e 2015. De ressaltar a classificação dos Custos e Proveitos por natureza e os resultados classificados em correntes, financeiros e extraordinários, desdobrando-se os primeiros em operacionais e financeiros. Por fim, é apresentado o Resultado Líquido do Exercício.

Designação	2016		2015		Variação 2016/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos e perdas						
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	107 721,69	0,34	126 660,24	0,41	-18 938,55	-14,95
Fornecimento e serviços externos	9 310 684,00	29,78	8 793 481,18	28,71	517 202,82	5,88
Custos com o pessoal	7 441 549,98	23,80	6 932 814,27	22,63	508 735,71	7,34
Transf. e subsídios correntes concedidos e prest. sociais	3 510 722,33	11,23	3 644 840,12	11,90	-134 117,79	-3,68
Amortizações do exercício	9 213 682,06	29,47	8 993 211,27	29,36	220 470,79	2,45
Provisões do exercício	2 003,49	0,01	2 163,32	0,01	-159,83	-7,39
Outros custos e perdas operacionais	161 313,28	0,52	105 418,04	0,34	55 895,24	53,02
Custos e perdas financeiros	36 710,55	0,12	78 257,27	0,26	-41 546,72	-53,09
Custos e perdas extraordinários	1 484 077,27	4,75	1 954 696,77	6,38	-470 619,50	-24,08
Total Custos	31 268 464,65	100,00	30 631 542,48	100,00	636 922,17	2,08
Proveitos e ganhos						
Venda de bens e prestações de serviços	2 023 519,18	7,64	2 023 311,83	7,63	207,35	0,01
Impostos e taxas	12 268 276,17	46,35	12 139 935,47	45,78	128 340,70	1,06
Transferências e subsídios obtidos	8 784 248,73	33,19	8 056 236,19	30,38	728 012,54	9,04
Outros proveitos e ganhos operacionais	1 637 000,13	6,18	1 494 303,28	5,64	142 696,85	9,55
Proveitos e ganhos financeiros	279 318,82	1,06	357 828,66	1,35	-78 509,84	-21,94
Proveitos e ganhos extraordinários	1 477 955,66	5,58	2 445 540,77	9,22	-967 585,11	-39,57
Total Proveitos	26 470 318,69	100,00	26 517 156,20	100,00	-46 837,51	-0,18
Resultados						
Resultados operacionais	-5 034 632,62		-4 884 801,67		-149 830,95	-3,07
Resultados financeiros	242 608,27		279 571,39		-36 963,12	-13,22
Resultados correntes	-4 792 024,35		-4 605 230,28		-186 794,07	-4,06
Resultados Extraordinários	-6 121,61		490 844,00		-496 965,61	-101,25
Resultado Líquido do Exercício	-4 798 145,96		-4 114 386,28		-683 759,68	-16,62

Neste quadro verifica-se que o Município de Ovar realizou:

- i) um total de custos de exercício que ascenderam a 31.268.464,65 euros, o que significa, comparativamente com o ano de 2015, um aumento de 636.922,17 euros, ou seja, 2,08%;
- ii) um total de proveitos do exercício de 26.470.318,69 euros, refletindo a manutenção da composição da estrutura de proveitos;
- iii) um Resultado Líquido do Exercício (RLE) de -4.798.145,96 euros, refletindo uma diminuição de 683.759,68 euros, relativamente ao ano de 2015;
- iv) os resultados operacionais foram negativos, em -5.034.632,62, com um decréscimo de 3,07%;
- v) os resultados financeiros ascenderam a 242.608,27 euros, o que representa um decréscimo de 13,22% face ao exercício de 2015;
- vi) os resultados extraordinários foram negativos, no montante de -6.121,61 euros, com um decréscimo de 101,25%.



5.2. Evolução dos Proveitos 2016

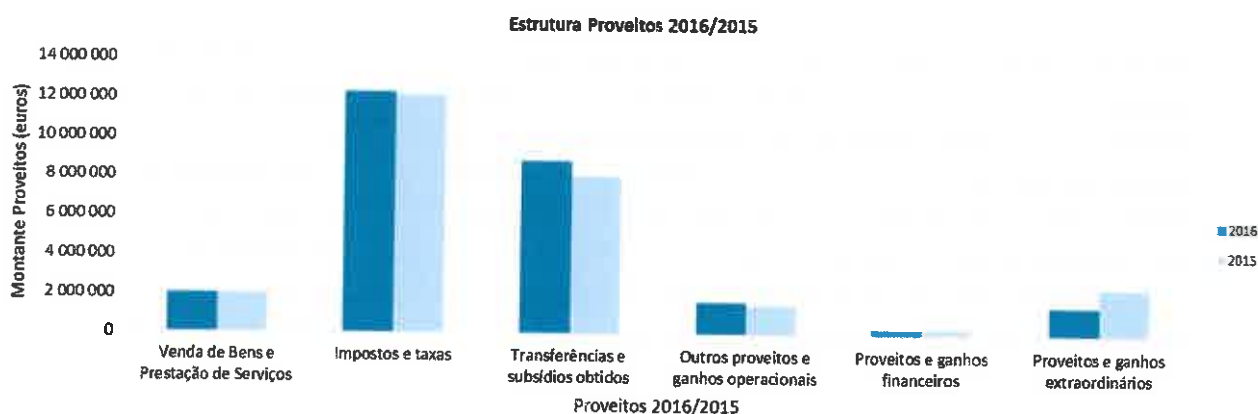
A estrutura da classe 7 de “Proveitos e Ganhos” apresenta:

- A conta 71 – contém os proveitos com Vendas e Prestações de Serviços;
- A conta 72 – regista os proveitos de Impostos e Taxas;
- A conta 74 – regista as Transferências e Subsídios Obtidos;
- A conta 76 – contempla os Outros Proveitos e Ganhos Operacionais;
- A conta 78 – estão inscritos os Proveitos e Ganhos Financeiros;
- A conta 79 – regista os Proveitos e Ganhos Extraordinários.

Nota: o POCAL apresenta subcontas ao nível da classe 7, conforme estrutura que se respeita neste relatório.

O total dos Proveitos, no ano de 2016, foi de 26.470.318,69 euros observando-se uma ligeira diminuição de 46.837,51 euros, relativamente aos proveitos obtidos do ano precedente.

Classe Patrimonial	Proveitos	2016		2015		Variação 2016/2015	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
71	Venda de Bens e Prestação de Serviços	2 023 519,18	7,64	2 023 311,83	7,63	207,35	0,01
72	Impostos e Taxas	12 268 276,17	46,35	12 139 935,47	45,78	128 340,70	1,06
74	Transferências e Subsídios Obtidos	8 784 248,73	33,19	8 056 236,19	30,38	728 012,54	9,04
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	1 637 000,13	6,18	1 494 303,28	5,64	142 696,85	9,55
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	279 318,82	1,06	357 828,66	1,35	-78 509,84	-21,94
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	1 477 955,66	5,58	2 445 540,77	9,22	-967 585,11	-39,57
TOTAL		26 470 318,69	100,00	26 517 156,20	100,00	-46 837,51	-0,18



As componentes com maior expressividade na estrutura dos proveitos do exercício são claramente, os Impostos e Taxas, e as Transferências e Subsídios Obtidos, que representam, no ano de 2016, 46,35% e 33,19% respetivamente. Estes proveitos resultam da própria estrutura da receita municipal, do grau elevado de execução da receita fiscal e, ainda, do volume de transferências recebidas.

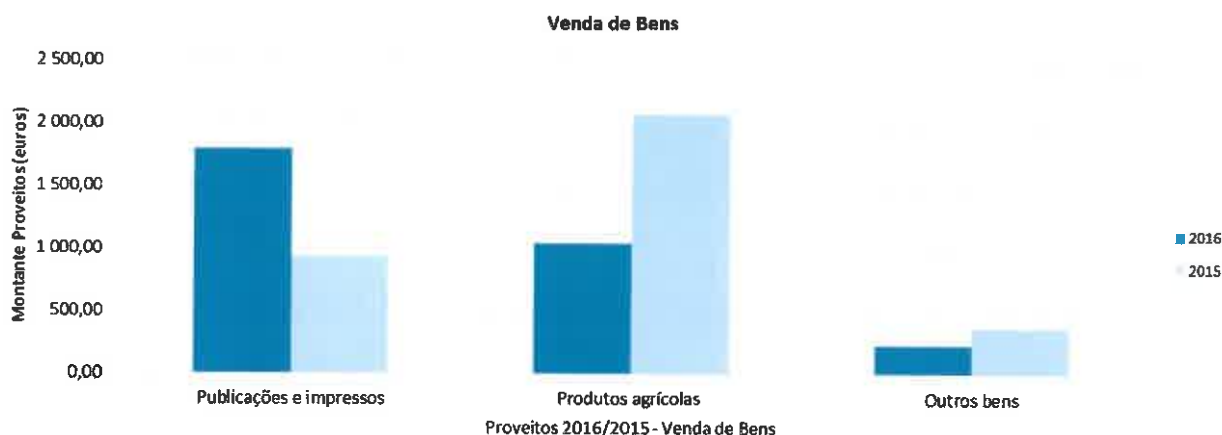
No exercício em análise (2016), constata-se que as rubricas onde se arrecadou um volume de proveitos inferior ao ano de 2015, foram os Proveitos e Ganhos Financeiros e os Proveitos e Ganhos Extraordinários, com uma redução de 21,94% e 39,57%, respetivamente.

5.2.1. Venda de Bens e Prestações de Serviços

Os proveitos arrecadados com a **Venda de Bens e Prestação de Serviços** (classe 71 do POCAL), ascenderam, no ano de 2016, a um montante global de 2.023.519,18 euros, conforme refletidos no quadro seguinte.

Designação	2016		2015		Variação 2016/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Venda de bens						
Publicações e impressos	1 795,41	0,09	938,13	0,05	857,28	91,38
Produtos agrícolas	1 047,47	0,05	2 079,81	0,10	-1 032,34	-49,64
Outros bens	235,50	0,01	379,65	0,02	-144,15	-37,97
Prestação de serviços						
Vistorias e ensaios	2 182,45	0,11	5 138,65	0,25	-2 956,20	-57,53
Serviços culturais	176 066,36	8,70	230 200,95	11,38	-54 134,59	-23,52
Serviços desportivos	258 624,15	12,78	272 136,25	13,45	-13 512,10	-4,97
Resíduos sólidos	1 112 394,15	54,97	1 095 066,18	54,12	17 327,97	1,58
Cemitérios	3 728,64	0,18	4 913,29	0,24	-1 184,65	-24,11
Mercados e feiras	3 100,31	0,15	2 672,36	0,13	427,95	16,01
Parques de estacionamento	18 310,97	0,90	20 535,95	1,01	-2 224,98	-10,83
Parques de campismo	41 735,78	2,06	58 742,31	2,90	-17 006,53	-28,95
Cantinas Escolares	282 019,34	13,94	250 410,89	12,38	31 608,45	12,62
Outros serviços	122 278,65	6,04	80 097,41	3,96	42 181,24	52,66
TOTAL	2 023 519,18	100,00	2 023 311,83	100,00	207,35	0,01

Da sua análise é possível concluir que a variação na estrutura dos proveitos, com a **Venda de Bens e Prestação de Serviços**, é quase nula, com um ligeiro aumento, em termos absolutos de 207,35 euros. O referido aumento é explicado por pequenas variações nas rubricas que compõe a estrutura dos proveitos em análise. Ressalva-se que os reembolsos e anulações foram imputados aos valores dos proveitos, para que a análise seja mais precisa e ajustada à realidade.



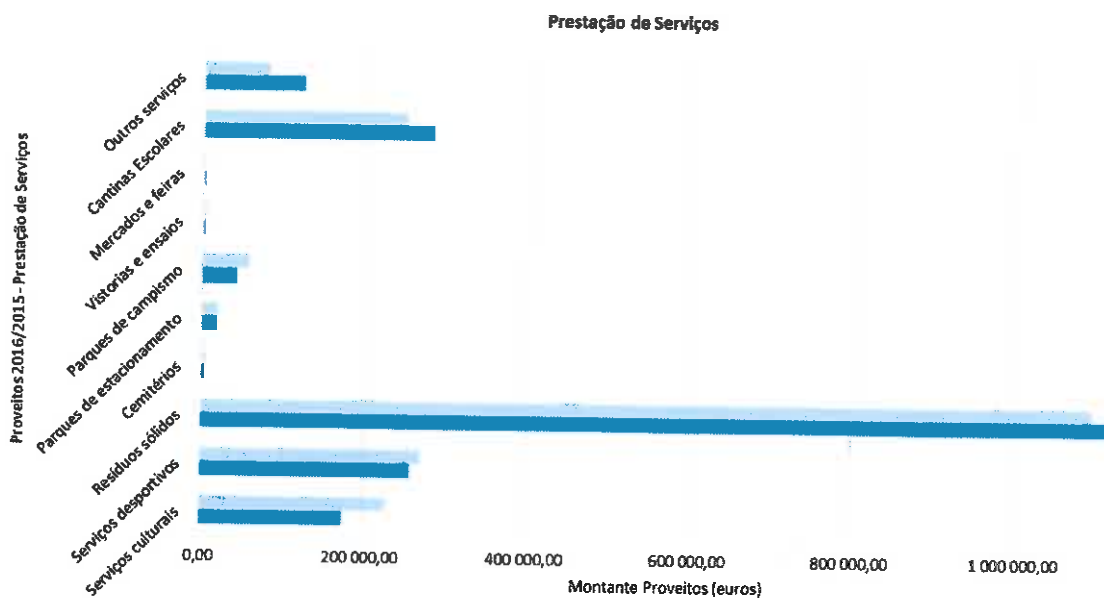
OVAR
BL
A
54
[Handwritten signatures and initials]

Os proveitos arrecadados com a **Venda de Bens**, ascenderam na sua globalidade a 3.078,38 euros, ao que corresponde apenas 0,15% do total dos proveitos com a Venda de Bens e Prestação de Serviços. Posto isto, é possível apresentar algumas notas justificativas para as variações ocorridas, quando comparadas com o exercício de 2015, nomeadamente:

- O aumento de 91,38% de proveitos na rubrica **Publicações e Impressos** é justificado sobretudo pelo maior número de vendas de livros no ano 2016, comparativamente ao ano 2015.
- No âmbito do contrato estabelecido entre o Município de Ovar e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP., 60% da receita proveniente da alienação de arvoredo localizado no Regime Florestal da Freguesia de Ovar, reverte a favor da Autarquia. Nestes termos, a diminuição na rubrica de **Produtos Agrícolas** na ordem dos 49,64%, comparativamente ao exercício do ano de 2015, é justificada pelo facto de, no ano de 2015, ter ocorrido uma maior alienação de arvoredo, fruto das derrocadas de árvores ocorridas com as intempéries, facto que não ocorreu em 2016.
- A rubrica de **Outros Bens** refere-se aos proveitos com a recolha de óleo alimentar usado. No ano de 2016 apura-se um decréscimo de proveitos de 37,97%, comparativamente ao ano de 2015, devido ao facto de, no ano antecedente, o Município de Ovar ter faturado três trimestres referentes ao ano 2014, enquanto no ano 2016, apenas foram faturados dois trimestres referentes a 2015.

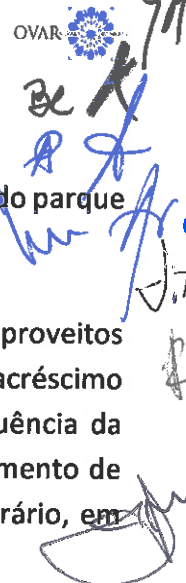
No que concerne aos proveitos associados com a **Prestação de Serviços**, ou seja, o resultado dos trabalhos e serviços prestados, que são próprios dos objetivos e finalidades principais da Autarquia de Ovar, é possível observar, no gráfico seguinte, que a estrutura mantém uma trajetória próxima com o período homólogo.

As rubricas que apresentam variações mais significativas, relativamente ao ano de 2015, são as Vistorias e Ensaios, Serviços Culturais, Cemitérios, Parques de Campismo e Outros Serviços. Seguidamente, apresentam-se algumas notas justificativas para as referidas oscilações, a saber:



Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name 'OVAR' and various initials and signatures.

- Os proveitos associados à rubrica **Vitorias e Ensaio**s apresentam, em 2016, um decréscimo de 57,53%, analogamente ao ano de 2015. Este facto é justificado pela diminuição do número de pedidos para realização deste tipo de serviços (2016: 22 pedidos; 2015: 32 pedidos).
- A rubrica de **Serviços Culturais** arrecadou, no ano de 2016, um volume de proveitos, em termos absolutos, de 176.066,36 euros, menos 54.134,59 euros do que em 2015. Esta rubrica é composta por três componentes de receita: 1) Carnaval de Ovar, 2) Centro de Arte de Ovar e 3) Outros Proveitos. A diminuição do volume de receita deve-se sobretudo ao decréscimo de proveitos arrecadados com o Carnaval de Ovar, uma vez que, no ano de 2016, o Município de Ovar deteve uma receita total de 142.287,80 euros enquanto que, no ano anterior, a receita ascendeu a 206.435,48 euros. Este facto é explicado pelas más condições climáticas que se fizeram sentir nos dias dos desfiles de 2016, proporcionando uma menor venda de bilhetes e obrigando ao cancelamento do desfile na terça-feira de Carnaval, provocando uma forte diminuição de proveitos nesta rubrica.
- A rubrica **Cemitérios** regista uma diminuição de proveitos, na ordem dos 24,11%, quando comparado com o ano de 2015. O referido decréscimo está associado com o menor número de transladações e exumações ocorridas no ano de 2016 (2016: 28 transladações/exumações e 2015: 39 transladações/exumações), e devido ao facto de, no ano 2016, não terem ocorrido vendas de concessões de terrenos para sepulturas.
- O **Parque de Campismo** sofreu um decréscimo de proveitos em termos absolutos de 17.006,53 euros, comparativamente ao ano de 2015. Esta diminuição de proveitos resulta do menor número de meses faturados no ano de 2016, comparativamente a 2015. De ressaltar que contribui para este facto, os atrasos do envio de documentação para posterior



faturação, por parte do Clube de Campismo de S. João da Madeira, concessionário do parque de campismo do Furadouro.

- O acréscimo na rubrica de **Outros Serviços** na ordem dos 52,66% é explicado pelos proveitos arrecadados com as hastas públicas de bares, cafés e restaurante. O referido acréscimo advém do facto de, no ano 2016, a rubrica incluir valores arrecadados na sequência da realização de hastas públicas, de montante superior. A acrescer à rubrica um aumento de proveitos provenientes de novas atividades no âmbito do prolongamento de horário, em período não escolar.

Rubricas com variações menos expressivas que as anteriores, são as relacionadas com os proveitos originários dos Parques de Estacionamento, Mercados e Feiras e Cantinas Escolares.

- A diminuição de proveitos em 10,83%, no ano 2016 comparativamente a 2015, nos **Parques de Estacionamento** está relacionada com o facto de terem ocorrido menos cobranças de estacionamento, devido à baixa utilização dos parquímetros.
- A rubrica de **Mercados e Feiras** registou um ligeiro aumento de receita, na ordem dos 16,01%, comparativamente com o exercício de 2015. Este aumento está associado ao incremento do número de cobranças efetuadas por via da aplicação de software informático implementado no Município de Ovar no ano de 2016, que permite uma maior agilização dos processos e o aumento da eficiência dos serviços, ocorrendo a emissão e cobrança da faturação de forma mais rápida, facto que não ocorria em anos anteriores.
- Os proveitos relacionados com as **Cantinas Escolares** registaram um incremento de receita de 12,62% no ano de 2016, comparativamente ao ano 2015, devido ao aumento do número de refeições servidas, nomeadamente almoços, pequenos-almoços e lanches.

No que aos restantes proveitos respeita, nomeadamente aos **Serviços Desportivos**, que contemplam os proveitos provenientes da Piscina Municipal de Ovar, e aos **Resíduos Sólidos**, não se verificam grandes oscilações nos montantes arrecadados em 2016, comparativamente ao ano 2015, mantendo-se a estrutura da receita praticamente inalterada.

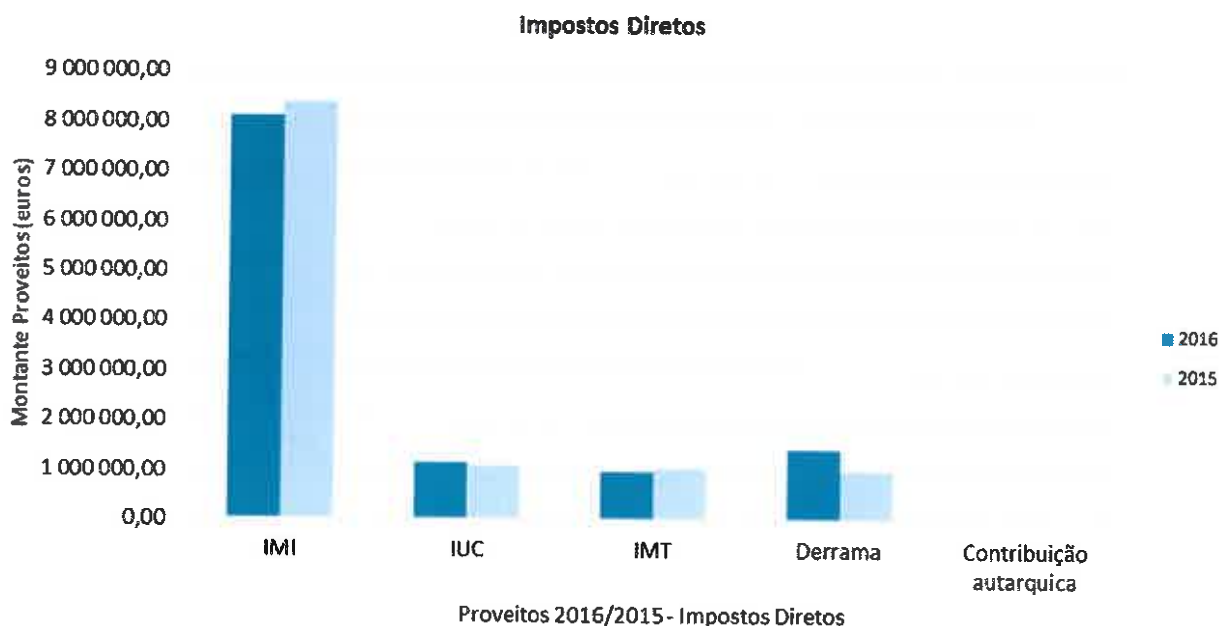
5.2.2. Impostos e Taxas

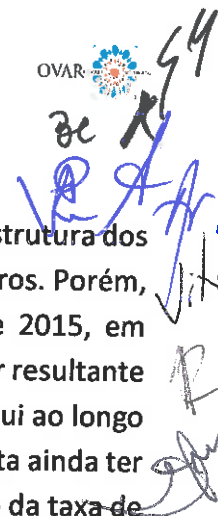
Os proveitos referentes à liquidação de **Impostos e Taxas** (classe 72 do POCAL) são a maior componente de receita do Município de Ovar. No ano de 2016 esta rubrica ascende, em termos absolutos, a 12.268.276,17 euros, o que reflete um aumento de 128.340,70 euros comparativamente com o ano precedente.

Designação	2016		2015		Variação 2016/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Impostos						
Impostos diretos						
Imposto municipal sobre imóveis	8 136 507,03	66,32	8 422 522,24	69,38	-286 015,21	-3,40
Imposto único de circulação	1 145 667,23	9,34	1 102 694,23	9,08	42 973,00	3,90
Imp. municipal s/ transm. onerosas de imóveis	968 028,23	7,89	1 039 766,39	8,56	-71 738,16	-6,90
Derrama	1 431 903,41	11,67	1 010 172,68	8,32	421 730,73	41,75
Contribuição autarquica	30,87	0,00	0,00	0,00	30,87	-
Impostos indiretos						
Mercados e Feiras	8 097,97	0,07	3 745,61	0,03	4 352,36	116,20
Loteamento e obras	87 148,65	0,71	93 547,01	0,77	-6 398,36	-6,84
Ocupação da via pública	173 549,36	1,41	174 484,63	1,44	-935,27	-0,54
Publicidade	1 327,50	0,01	1 153,88	0,01	173,62	15,05
Outros	2 412,13	0,02	1 929,30	0,02	482,83	25,03
Taxas						
Mercados e Feiras	135 500,13	1,10	132 888,49	1,09	2 611,64	1,97
Loteamento e obras	114 408,58	0,93	89 535,02	0,74	24 873,56	27,78
Ocupação da via pública	12 452,71	0,10	7 534,75	0,06	4 917,96	65,27
Caça, uso e porte de arma	0,00	0,00	214,32	0,00	-214,32	-100,00
Outras taxas e licenças	51 242,37	0,42	59 746,92	0,49	-8 504,55	-14,23
TOTAL	12 268 276,17	100,00	12 139 935,47	100,00	128 340,70	1,06

A componente com maior expressividade encontra-se nos Impostos Diretos, que ascenderam a 11.682.136,77 euros (95,22%), seguindo-lhe os proveitos arrecadados com a cobrança de Taxas, 313.603,79 euros (2,56%), e por fim os Impostos Indiretos, 272.535,61 euros (2,22%).

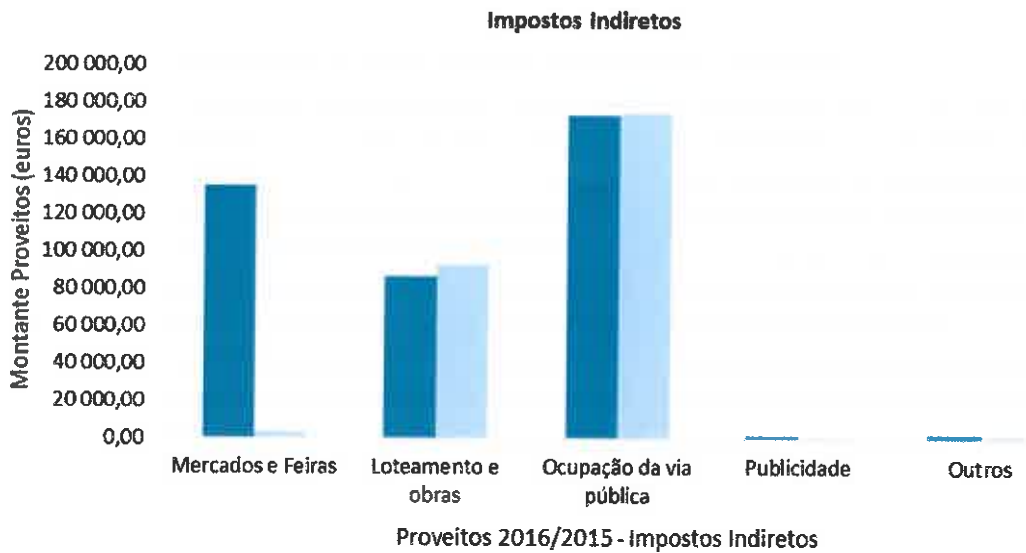
À semelhança dos anos anteriores e pese embora, as rubricas da componente dos **Impostos Diretos** sejam as que mais contribuem para os proveitos associados aos Impostos e Taxas, são as variações neles ocorridas que contribuem decisivamente para o aumento constatado.





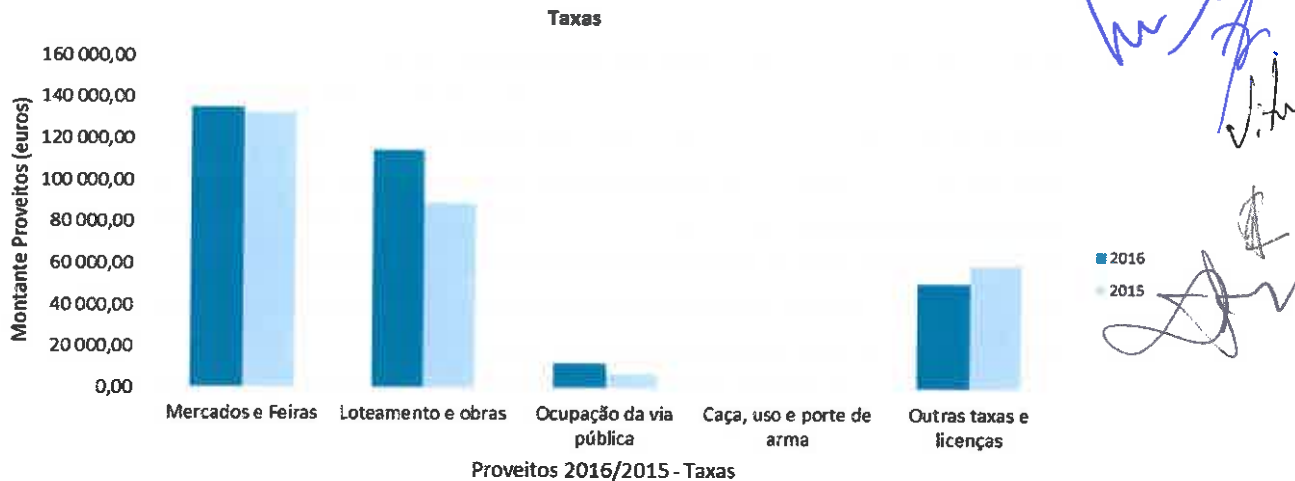
- O **Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)** é a rubrica que mais contribui para a estrutura dos proveitos dos impostos diretos, ascendendo, no ano de 2016, a 8.136.507,03 euros. Porém, assiste-se a um decréscimo de proveitos auferidos, relativamente ao ano de 2015, em 286.015,21 euros. Este facto pode ser explicado pelos pedidos de revisão do valor resultante da reavaliação dos imóveis, e da influência do coeficiente de vetustez, que diminui ao longo do tempo, refletindo um impacto negativo no valor patrimonial tributário. Importa ainda ter presente, a tomada de decisão do Município de Ovar, no ano de 2016, de fixação da taxa de IMI em 0,38% para os prédios urbanos, nos termos do n.º 5 do artigo 112.º do CIMI; a isenção do IMI para os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação; a redução em 50% da taxa aplicável aos prédios classificados como de interesse público; a redução do IMI atendendo ao número de dependentes e a redução em 12,5% da taxa do IMI aos prédios urbanos com eficiência energética (classe A).
- Arrecadou-se, no exercício de 2016, 1.431.903,41 euros relativamente a proveitos com a **Derrama**. Optando o Município de Ovar por uma política de continuidade na manutenção das isenções em vigor no ano 2015, nomeadamente para Sujeitos Passivos cujo volume de negócios, seja igual ou inferior a 150.000,00 euros e a não aplicação da Derrama, para sujeitos passivos com sede social no concelho de Ovar que apresentem, em 31 de outubro de 2015, uma determinada criação líquida de postos de trabalho. No ano em análise, assistiu-se a um aumento de proveitos com a Derrama, em termos relativos, de 41,75%, relativamente ao ano 2015.
- O **Imposto Único de Circulação (IUC)** apresenta no ano de 2016 um acréscimo, em termos absolutos, de 42.973,00 euros, comparativamente com o ano de 2015. Este aumento, revela a tendência que se tem vindo a observar, no agravamento dos valores do IUC e refletindo o disposto na Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (Orçamento do Estado para 2016).
- Os proveitos associados ao **Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)** ascenderam a 968.028,23 euros, refletindo um desvio negativo, relativamente ao ano anterior, na ordem dos 6,90%.

Os **Impostos Indiretos** por sua vez, ascenderam no exercício de 2016, a um montante global de 272.535,61 euros. Por comparação com o ano de 2015, ressalva-se o aumento de proveitos das rubricas de Mercados e Feiras, Publicidade e Outros, e a diminuição registada nos proveitos nas rubricas de Loteamento e Obras e Ocupação da Via Pública.



- A rubrica de **Mercados e Feiras** apresenta um aumento de proveitos considerável, comparativamente com o ano de 2015, na ordem dos 4.352,36 euros, explicado pelo incremento de cobranças efetuadas pelos alugueres de lugares do terrado e lugares de venda de peixe no Mercado Municipal (2016: 172 cobranças; 2015: 77 cobranças).
- O aumento de 15,05% nos proveitos arrecadados com a **Publicidade**, em 2016, resulta da faturação dos pedidos de campanhas publicitárias de rua, que ascenderam a um montante superior ao de 2015.
- A diminuição da receita proveniente da rubrica de **Loteamento e Obras** em 6,84%, relativamente ao observado no ano de 2015, resulta do decréscimo que se tem vindo a observar nos últimos anos, com as verbas associadas a alvarás de licença, apreciação e análises de pedidos de licenciamento, pagas por entidades empresariais. Este decréscimo é justificado sobretudo pela conjetura económica atual do mercado da construção civil.

No que compete à estrutura das **Taxas**, é possível identificar que todos os proveitos associados aumentaram, à exceção das Outras Taxas Licenças que diminuíram em 14,23% analogamente ao exercício de 2015.



As variações referidas, são fundamentadas pelos seguintes acontecimentos:

- O ligeiro incremento de proveitos associados à rubrica de **Mercados e Feiras**, em 2.611,64 euros, comparativamente com o ano de 2015, está associado ao incremento do número de cobranças efetuadas, em resultado da aplicação de software informático implementado no Município de Ovar no ano de 2016.
- O acréscimo de proveitos com a rubrica de **Loteamento e Obras**, em termos relativos de 27,78%, está associado com o aumento de volume de receitas arrecadadas com taxas urbanísticas, no ano de 2016, pagas por particulares.
- Neste ano, o Município de Ovar, arrecadou uma receita superior à de 2015, em termos relativos de 65,27%, referente às taxas cobradas pela **Ocupação da Via Pública**, nomeadamente licenças para mesas e cadeiras, e colocação e uso de andaimes na via pública.
- A rubrica **Outras Taxas e Licenças** é a única componente da estrutura das Taxas que regista um decréscimo, comparativamente com o ano de 2015. O decréscimo de 8.504,55 euros correlaciona-se com a diminuição dos pedidos de inspeção de elevadores.

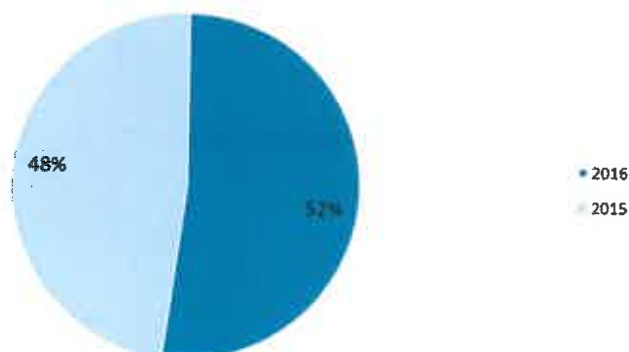
5.2.3. Transferências e Subsídios Obtidos

Os proveitos relacionados com as **Transferências e Subsídios Obtidos** (classe 74 do POCAL) referem-se a transferências a que a autarquia tem direito por força da Lei das Finanças Locais e em conformidade com os montantes anualmente aprovados e constantes no Orçamento do Estado.³

Designação	2016		2015		Variação 2016/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Orçamento do Estado	7 607 050,00	86,60	7 523 505,00	93,39	83 545,00	1,11
Serviços e Fundos Autónomos						
Direção Geral Estabelecimentos Escolares	879 374,96	10,01	345 925,71	4,29	533 449,25	154,21
DGAI - Direção Geral Administração Interna	13 076,22	0,15	13 093,29	0,16	-17,07	-0,13
ISS - Instituto Segurança Social, IP	15 898,01	0,18	25 016,86	0,31	-9 118,85	-36,45
CPCJ - Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens	15 461,70	0,18	0,00	0,00	15 461,70	--
IFAP - Inst. Financiamento Agric. e Pescas, IP	30 757,86	0,35	16 820,72	0,21	13 937,14	82,86
DGAL - Direção Geral das Autarquias Locais	0,00	0,00	7 058,00	0,09	-7 058,00	-100,00
CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	8 295,22	0,09	1 661,38	0,02	6 633,84	399,30
Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	58 608,28	0,67	10 586,12	0,13	48 022,16	453,63
APA - Agência Portuguesa Ambiente	4 013,16	0,05	0,00	0,00	4 013,16	--
IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional	140 074,32	1,59	112 569,11	1,40	27 505,21	24,43
IMTT - Instituto de Mobilidade e Transportes Terrestres, IP	11 639,00	0,13	0,00	0,00	11 639,00	--
TOTAL	8 784 248,73	100,00	8 056 236,19	100,00	728 012,54	9,04

Conforme se observa pela tabela anterior, no exercício do ano 2016, o Município de Ovar arrecadou 8.784.248,73 euros, com os proveitos provenientes das Transferências e Subsídios Obtidos, o que significa um aumento, em termos relativos, de 9,04%, comparativamente ao período homólogo. As transferências do Orçamento de Estado (86,60%), da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (10,01%), do Instituto de Emprego e Formação Profissional (1,59%) e da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (0,67%), são os proveitos que mais contribuem para a estrutura das Transferências e Subsídios obtidos.

Transferências e Subsídios Obtidos



³ Ressalva-se que as transferências destinadas ao financiamento de investimentos específicos e determinadas por lei, por protocolo ou contrato-programa, são registadas na conta 2745 – Subsídios para Investimentos.



O referido acréscimo de proveitos é justificado de forma detalhada, conforme se expõe.

- O **Orçamento do Estado** para o ano de 2016, aprovado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, definiu os montantes a transferir para os Municípios incluindo o de Ovar. Desta forma, constata-se que, comparativamente ao ano de 2015, as transferências aumentaram em termos absolutos, em 83.545,00 euros, devido ao aumento das transferências relativas ao Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)⁴ e à Participação Fixa no IRS. Os proveitos provenientes do Fundo Social Municipal (FSM)⁵ permaneceram inalterados. Importa ter presente neste ponto, a deliberação, de Reunião de Câmara de 22 de outubro de 2015 e Assembleia Municipal de 30 de novembro de 2015, referente à proposta de fixação da participação variável do Município de Ovar no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) para o ano de 2016, que ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, fixou em 3% a taxa de participação variável no IRS para o ano de 2016, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial.
- Os proveitos provenientes da **Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE)**, referem-se a comparticipações relativas ao “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições aos Alunos do 1º Ciclo”, ao “Programa Pré-Escolar, Refeições e Prolongamento de Horário, Atividades de Animação a Apoio à Família” e ao “Apoio ao Pré-Escolar Funcionárias – Assistentes Operacionais”. A receita arrecadada nesta rubrica aumentou em termos absolutos, em 533.449,25 euros, comparativamente com o exercício de 2015. Todavia importa ressaltar que não existindo uma periodicidade fixa nas transferências efetuadas pela DGESTE e que as mesmas se referem a anos letivos e não a anos económicos, não existe um termo linearmente comparável, para justificar o referido aumento.
- As transferências efetuadas pela **Direção Geral da Administração Interna (DGAJ)**, no ano de 2016, apresentam uma estrutura praticamente inalterada relativamente ao ano de 2015. No ano de 2016 esta rubrica, contempla as transferências relativas às Eleições Presidenciais a 24 de janeiro de 2016 e o Recenseamento Eleitoral 2016.
- Os proveitos associados às transferências efetuadas pelo **Instituto da Segurança Social, IP**, em 2016, referem-se, na sua maioria, à transferência de proveitos do 1º semestre do ano 2016, que se destinam à Comissão de Proteção de Jovens e Menores em Risco (CPCJ). Ressalva-se que, uma vez criada, durante o ano de 2016, a **Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens**, e por solicitação por parte do Instituto da

⁴ Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) corresponde a 19,5 % da média aritmética do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) e Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC).

⁵ O Fundo Social Municipal (FSM) nos termos do n.º1 do artigo 30.º da RFALEI é “ (...) uma transferência financeira do Orçamento do Estado consignada ao financiamento de despesas determinadas, relativas a atribuições e competências dos municípios associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na ação social.”

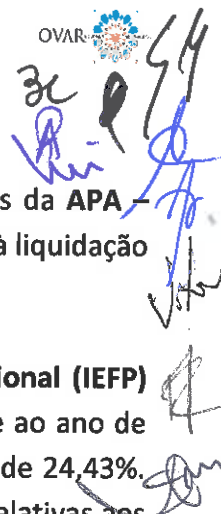


Segurança Social, IP, a transferência relativa ao 2º semestre de 2016, dos proveitos referentes à CPCJ, foram emitidos em nome da referida comissão.

- Os proveitos provenientes do **Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP (IFAP)** ascenderam, no ano de 2016, a 30.757,86 euros, resultando num acréscimo face ao ano 2015, em termos relativos, de 82,86%. O referido aumento deve-se, essencialmente, e para além da transferência anual relativa ao Fundo Florestal Permanente – Apoio a Gabinetes Técnicos Florestais, no montante de 16.820,72 euros, à transferência relativa Fundo Florestal Permanente – Prevenção e Proteção (Processo IFADAP/INGA n.º 2011090015592) no montante de 13.937,14 euros, não auferido no ano de 2015.
- No ano de 2016, não se registaram proveitos na rubrica referente à **Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL)**, uma vez que, de acordo com as Leis do Orçamento do Estado (LOE), para 2015 e 2016, ficou definido que o montante a transferir relativo aos transportes escolares do 3º ciclo do ensino básico, passou a ser abrangido pela transferência do Fundo Social Municipal (FSM).
- As transferências efetuadas pela **Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA)** aumentaram, em termos absolutos, em 6.633,84 euros, comparativamente com o exercício do ano 2015. Esse aumento refere-se ao facto de, não obstante de, no ano 2015 o Município de Ovar ter recebido o proveito de um reembolso e último referente ao projeto A1P1-Programação Cultural em Rede⁶ no montante de 1.661,38 euros, no ano 2016 a receita referente ao encerramento da Operação + Maria⁷, ascendeu a um valor substancialmente superior, no montante de 8.295,22 euros.
- No ano de 2016 a **Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP**, transferiu proveitos para o Município de Ovar de montante mais elevado do que no exercício de 2015. O acréscimo no montante de 48.022,16 euros refere-se a proveitos provenientes dos pedidos de pagamento das empreitadas de obras públicas objeto de comparticipação financeira, e inseridas no Eixo II – Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos – PRU, nomeadamente: a Reabilitação e Valorização da Fonte do Casal/Júlio Dinis – Ovar (159,31 euros), a Aquisição e Reconversão da Fábrica de Pasta de Papel – Escola de Artes e Ofícios de Ovar (31.799,17 euros) e a Consolidação das Margens do Rio Caster e Ribeira N.º Sr.ª Graça (26.649,80 euros).

⁶ O A1P1-Programação Cultural em Rede é um projeto de âmbito regional, desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), com o objetivo de dotar a população do território de uma oferta cultural diversificada e de qualidade.

⁷ A Operação + Maria, representa a síntese das prioridades apresentadas pelos Municípios no Fórum Aveiro Digital 2007, e evidencia as necessidades de continuado investimento na gestão e atualização de informação geográfica, de forma integrada, para servir todas as áreas de atuação; na expansão da informação on-line sobre instrução e tramitação de processos; na articulação das iniciativas da administração central com os serviços da administração regional e local e na premente certificação de qualidade dos serviços municipais.



- Os proveitos auferidos pelo Município de Ovar, no ano de 2016, provenientes da **APA – Agência Portuguesa de Ambiente**, no montante de 4.013,16 euros, referem-se à liquidação definitiva da taxa de gestão de resíduos, do ano 2015.
- Relativamente às transferências do **Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)** observa-se para o ano de 2016, um incremento de proveitos arrecadados, face ao ano de 2015, de 27.505,21 euros, que representa, em termos relativos, um acréscimo de 24,43%. Este facto é justificado sobretudo pelo aumento do número de transferências relativas aos projetos de candidaturas, aprovadas no âmbito da reinserção no mercado de trabalho de pessoas desempregadas que auferem apenas o rendimento social de inserção (Contrato Emprego Inserção +), que ascenderam, no ano de 2016, a 127.884,22 euros (22 transferências), enquanto que, no ano 2015, apenas foi transferido o montante de 56.452,85 euros (17 transferências). A acrescer a esta rubrica, consideram-se ainda as transferências relativas às Medidas Estágios Emprego e ao Gabinete de Inserção Profissional (GIP).
- No exercício do ano 2016, foi transferida verba pelo **IMTT – Instituto de Mobilidade e Transportes Terrestres, I.P.** no montante de 11.639,00 euros, de acordo com o previsto pela Portaria n.º 434/2016, de 18 de novembro. O n.º 2 do artigo 4.º do RJSPTP, na redação dada pela Lei n.º 7 -A/2016, de 30 de março, que aprova a Lei do Orçamento de Estado para 2016, determinou que, de forma a apoiar o desempenho das novas competências das comunidades intermunicipais e dos municípios não integrados nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, designadamente, na capacitação organizativa e técnica e estudos de planeamento ou desenvolvimento de sistemas de transportes flexíveis, seria determinada e transferida, de acordo com critérios de ponderação, uma quantia monetária aos Municípios.

5.2.4. Outros Proveitos e Ganhos Operacionais

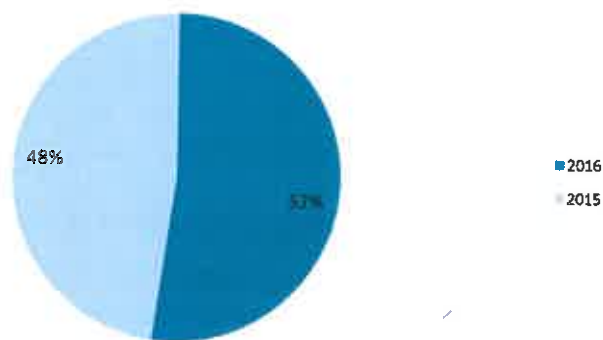
Os **Outros Proveitos e Ganhos Operacionais** (classe 76 do POCAL), contemplam proveitos alheios ao valor acrescentado das atividades que não sejam próprias dos objetivos principais do Município. No exercício de 2016 os referidos proveitos exibem um montante global de 1.637.000,13 euros, onde 82,29% do referido total, resulta de contratos de concessão estabelecidos entre o Município de Ovar e a EDP – Serviço Universal, S.A..

Designação	2016		2015		Variação 2016/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Concessões	1 347 016,96	82,29	1 075 650,16	71,98	271 366,80	25,23
Indem. Estragos Prov. Outr.Viat. Out. Equip.	0,00	0,00	2 750,00	0,18	-2 750,00	-100,00
Outros	289 983,17	17,71	415 903,12	27,83	-125 919,95	-30,28
TOTAL	1 637 000,13	100,00	1 494 303,28	100,00	142 696,85	9,55

(euros)

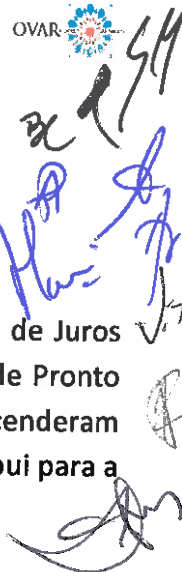
Apesar de se observar uma diminuição de receita na rubrica de Outros e a inexistência de proveitos provenientes da rubrica de Indemnizações por Estragos, no ano de 2016 a rubrica de Concessões contribuiu decisivamente para o aumento de proveitos dos Outros Proveitos e Ganhos Operacionais.

Outros Proveitos e Ganhos Operacionais



Desta forma, é possível apresentar algumas explicações para as referidas variações, designadamente:

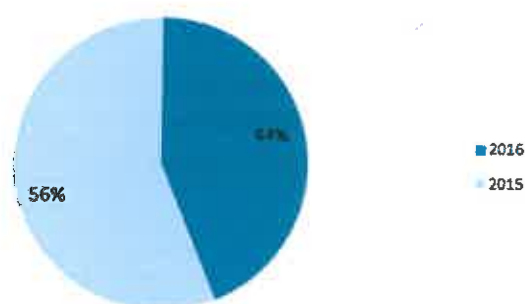
- O aumento de proveitos, em termos absolutos, de 271.366,80 euros na rubrica **Concessões**, resulta do aumento da renda de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, no ano de 2016 face ao ano de 2015, calculada nos termos do anexo II do Decreto-Lei nº 230/2008, de 27 de novembro e transferida numa base trimestral.
- A receita proveniente da rubrica **Outros** diminuiu em 30,28% comparativamente com o ano de 2015. Esta diminuição deve-se sobretudo ao facto de o Município de Ovar ter procedido, no ano de 2015, ao acionamento de quatro garantias bancárias prestadas, pelo montante global de 84.346,12 euros, por incumprimento das obrigações contratualmente previstas, no âmbito de contratos de empreitadas de obras públicas e de aquisições de bens e serviços, enquanto que, no ano de 2016 apenas foi acionada uma garantia bancária no montante de 1.325,00 euros à empresa BB Form Consulting, S.A., pelo não cumprimento das obrigações contratuais referentes à “Fiscalização e Acompanhamento da Empreitada do Parque Urbano de Ovar”. Ressalva-se ainda que a diminuição de receita também resulta do diferimento dos proveitos resultantes dos contratos celebrados com as empresas ADRA - Águas da Região de Aveiro, S.A. e Águas do Norte, S.A..



5.2.5. Proveitos e Ganhos Financeiros

Os **Proveitos e Ganhos Financeiros** (classe 78 do POCAL) são compostos pelas rubricas de Juros Obtidos, Rendimentos de Imóveis, Rendimentos de Participação de Capital, Descontos de Pronto Pagamento Obtidos e Outros Proveitos. Os proveitos em análise, para o ano de 2016, ascenderam a 279.318,82 euros, sendo que, a rubrica de Rendimentos de Imóveis é a que mais contribui para a estrutura global.

Proveitos e Ganhos Financeiros



Na tabela seguinte, é possível demonstrar as oscilações que ocorreram nos Outros Proveitos e Ganhos Financeiros, comparando os exercícios dos anos 2016 e 2015.

Designação	(euros)					
	2016		2015		Variação 2016/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Juros obtidos	63 223,05	22,63	68 112,66	19,03	-4 889,61	-7,18
Rendimentos de imóveis	147 663,68	52,87	108 020,44	30,19	39 643,24	36,70
Rendimentos de participação de capital	68 432,09	24,50	180 241,53	50,37	-111 809,44	-62,03
Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	0,00	0,00	7,03	0,00	-7,03	-100,00
Outros proveitos	0,00	0,00	1 447,00	0,40	-1 447,00	-100,00
TOTAL	279 318,82	100,00	357 828,66	100,00	-78 509,84	-21,94

Efetuada uma análise às variações das rubricas apresentadas, constata-se que os Rendimentos de Participação de Capital decresceram no ano de 2016 contribuindo, conjuntamente com a falta de proveitos na rubrica de Descontos de Pronto Pagamentos Obtidos e Outros Proveitos, para a diminuição global na estrutura de proveitos em análise. Desta forma, apresentam-se de seguida algumas considerações para as variações apresentadas, a saber:

- Os proveitos com os **Juros Obtidos** diminuíram em 7,18% comparativamente com o ano de 2015, devido à diminuição dos saldos médios nas contas de depósitos à ordem, nomeadamente da Caixa Geral de Depósitos e do Banco Santander Totta, S.A. e resultante do facto das remunerações do depósito a prazo terem sido inferiores a 2015.

- No ano de 2016 os **Rendimentos de Imóveis**, ascenderam a 147.663,68 euros, representando um incremento em termos absolutos de 39.643,24 euros, comparativamente com o ano de 2015. Este incremento é justificado pelo aumento de proveitos de rendas de habitações sociais. Este facto está correlacionado com a atualização dos valores da renda social, procedimento que foi acompanhado pela uniformização dos procedimentos de cálculo de renda para o regime da renda apoiada, de acordo com o Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio e que resultou no aumento faseado entre 2015 e 2016. Acresce o facto de no mês de dezembro de 2015, o Município de Ovar ter procedido à entrega de 30 fogos sociais no Conjunto Habitacional da Boa Esperança – Esmoriz, acrescentando o número habitações arrendadas (até 2015: 150 fogos; 2016: 180 fogos), os quais já foram alvo de definição dos valores de renda ao abrigo do novo enquadramento legal do regime de arrendamento apoiado (Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro).
- Os proveitos associados à rubrica de **Rendimentos de Participação de Capital**, no ano de 2016, apenas ascenderam a 68.432,09 euros, menos 111.809,44 euros do que os auferidos no ano 2015. Os proveitos com os Rendimentos de Participação de Capital referem-se a dividendos reportados ao ano de 2015, decorrentes da participação financeira detida pelo Município de Ovar na ADRA - Águas da Região de Aveiro, S.A. e na Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.. No ano de 2016 não foram repartidos dividendos pelas Águas do Norte, S.A., pelas Águas do Centro Litoral S.A.⁸.

(euros)

Entidade		Dividendos		Variação 2016/2015	
Denominação	N.I.P.C.	2016	2015	Valor	%
Águas do Norte, S.A.	503537624	0,00	12 623,65	-12 623,65	-100,00
Ersuc-Empresa Resíduos Sólidos Urbanos do Centro	503004405	0,00	6 951,57	-6 951,57	-100,00
Lusitaniagás-Companhia de Gás do Centro, S.A.	502761024	1 584,64	6 742,68	-5 058,04	-75,02
Águas do Centro Litoral, S.A.	503929441	0,00	70 342,64	-70 342,64	-100,00
ADRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	509107630	66 747,45	83 580,99	-16 833,54	-20,14
TOTAL		68 432,09	180 241,53	-111 809,44	-62,03

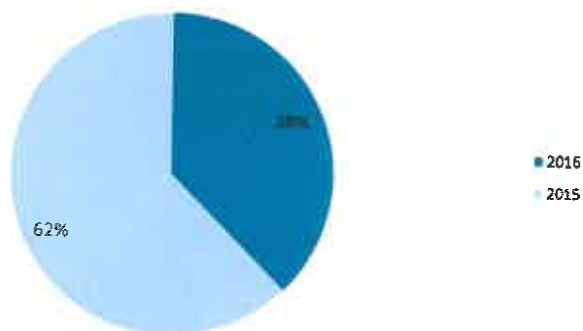
5.2.6. Proveitos e Ganhos Extraordinários

Os **Proveitos e Ganhos Extraordinários** (classe 79 do POCAL) registam os ganhos provenientes da alienação ou de sinistros respeitantes a imobilizações, benefícios de penalidades contratuais e reduções de amortizações e provisões. Para o ano de 2016, os referidos proveitos ascendem a um montante total de 1.477.955,66 euros.

⁸ Na qual se inseria a SIMRIA – Saneamento Integrado dos Municípios da Ria.

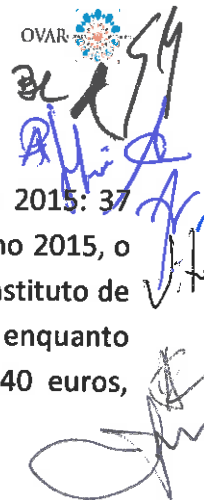
Designação	2016		2015		Variação 2016/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ganhos na alienação de imobilizações	0,00	0,00	479 185,43	19,59	-479 185,43	-100,00
Benefícios de penalidades contratuais						
Multas e penalidades diversas	3 908,17	0,26	9 083,17	0,37	-5 175,00	-56,97
Juros de mora	311 676,99	21,09	59 246,51	2,42	252 430,48	426,07
Juros compensatórios	3 228,40	0,22	2 859,09	0,12	369,31	12,92
Coimas e penalidades por contra-ordenações	13 671,47	0,93	21 480,27	0,88	-7 808,80	-36,35
Reduções de amortizações e provisões						
Correções relativas a exercícios anteriores	32 010,07	2,17	6 087,11	0,25	25 922,96	425,87
Outros proveitos e ganhos extraordinários	1 113 460,56	75,34	1 867 599,19	76,37	-754 138,63	-40,38
TOTAL	1 477 955,66	100,00	2 445 540,77	100,00	-967 585,11	-39,57

Proveitos e Ganhos Extraordinários



Comparando a estrutura dos Proveitos e Ganhos Extraordinários, no ano de 2016 e 2015, constata-se um decréscimo de proveitos, em termos brutos, de 967.585,11 euros. Os Ganhos na Alienação de Imobilizações, as Multas e Penalidades Diversas, as Coimas e Penalidades por Contraordenações e os Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários, são as rubricas cujos proveitos mais diminuíram no ano de 2016, por contrapartida do aumento de proveitos na rubrica de Juros de Mora, Juros Compensatórios e Correções Relativas a Exercícios Anteriores. De seguida serão apresentadas algumas justificações para as mencionadas variações, designadamente:

- Os **Ganhos na Alienação de Imobilizações**, registam ganhos provenientes da alienação ou de sinistros respeitantes a imobilizações, sendo as respetivas subcontas creditadas pelo produto de venda, pela indemnização ou pelo valor atribuído à saída e ainda pelas amortizações respetivas e debitadas pelos custos correspondentes. No ano de 2015, o Município de Ovar auferiu um montante considerável de proveitos nesta rubrica (479.185,43 euros) provenientes da venda de bens de investimento à Câmara Municipal da Mealhada, nomeadamente a venda da totalidade da participação social (34.864 ações) na empresa ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, S.A., no montante de 194.320,00 euros, facto não ocorrido no exercício do ano 2016.
- A rubrica **Multas e Penalidades Diversas** ostenta um decréscimo de proveitos, face ao ano de 2015, de 5.175,00 euros, que corresponde em termos relativos a uma diminuição de 56,97%. Este decréscimo está associado sobretudo ao menor número de indemnizações



recebidas pelo Município de Ovar no ano de 2016 (2016: 15 multas cobradas; 2015: 37 Multas cobradas) e ao valor das mesmas indemnizações. De ressaltar que, no ano 2015, o Município de Ovar auferiu proveitos de indemnizações atribuídas por parte do Instituto de Gestão Financeira e Infra - Estruturas da Justiça, no montante de 11.304,64 euros, enquanto que, no ano de 2016, os proveitos apenas auferiram o montante de 6.763,40 euros, contribuindo também para a referida diminuição.

- No exercício de 2016 assiste-se a um acréscimo em termos absolutos de 252.430,48 euros, na rubrica de **Juros de Mora**, comparativamente com o ano 2015. O facto que justifica esta variação, está associado com os juros de mora do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) arrecadados no exercício do ano 2017, mas que reportam ao ano de 2016 (princípio da especialização do exercício).
- Os **Juros Compensatórios** aumentaram no exercício de 2016, em termos absolutos, em 369,31 euros relativamente ao ano de 2015. De ressaltar que os proveitos desta rubrica provêm de juros da cobrança coerciva de valores relacionados com o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e Imposto Único de Circulação (IUC). Assim, no ano de 2016, verifica-se um aumento de proveitos que, resulta do aumento de juro cobrado coercivamente de valores de IMT.
- As **Coimas e Penalidades por Contraordenações** apresentam um decréscimo de proveitos face ao ano de 2015, na ordem dos 7.808,80 euros. Esta variação é justificada pela diminuição de cobranças de multas efetuadas no ano 2016 (2016: 31 multas cobradas; 2015: 52 multas cobradas).
- A rubrica de **Correções Relativas a Exercícios Anteriores**⁹ deteve um forte acréscimo, comparativamente com o ano de 2015, de 25.922,96 euros. O referido aumento está associado com o incremento de reposições não abatidas nos pagamentos, ou seja, as receitas provenientes das entradas de fundos em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos no ano 2015 e reembolsos efetuados à EDP – Serviço Universal, S.A. referentes a ramais de eletricidade.
- A rubrica de **Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários** está associada às imputações a título de proveitos dos subsídios ao investimento, na proporção das respetivas taxas de amortização, em conformidade com o princípio da especialização do exercício¹⁰. No ano de 2016 assiste-se a um decréscimo líquido de 754.138,63 euros, comparativamente ao período homólogo. Esta diminuição está associada ao facto de, no ano 2015, ter sido assumido o

⁹ As Correções Relativas a Exercícios Anteriores, contempla correções derivadas de erros ou emissões relacionadas com exercícios anteriores, que não sejam de grande significado nem sejam ajustamentos de estimativas inerentes ao processo contabilístico.

¹⁰ De acordo com a alínea d) do ponto 3.2 do POCAL, o Princípio da Especialização refere-se aos proveitos e aos custos que são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitem.



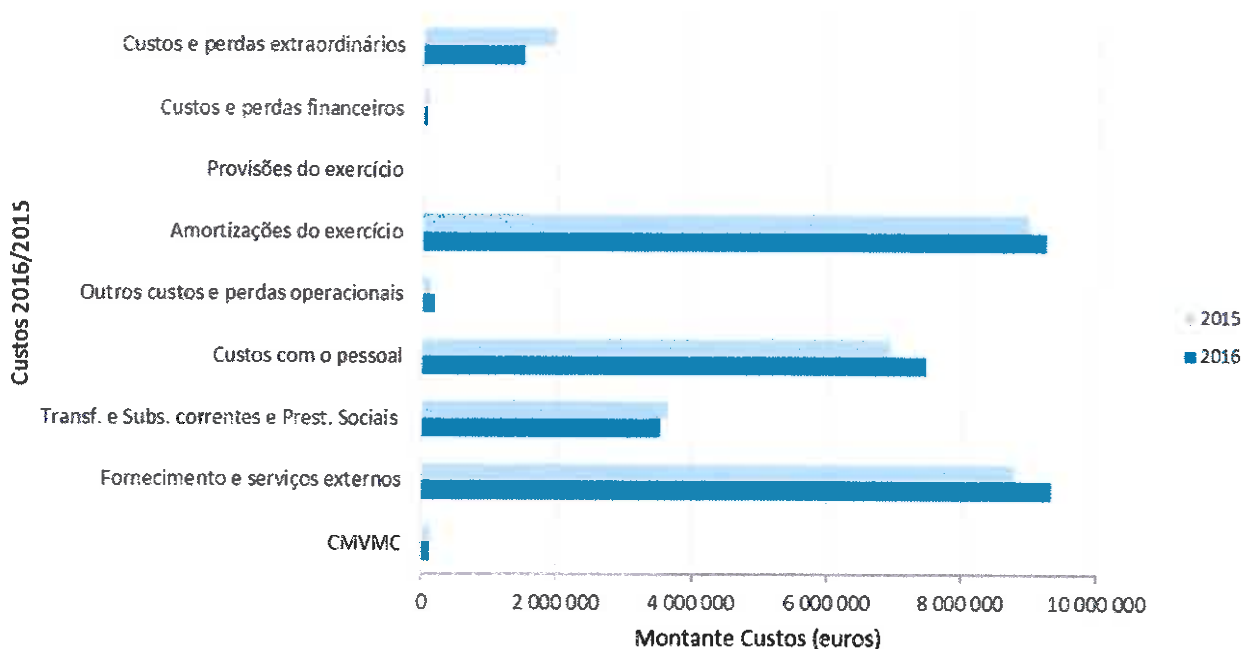
Handwritten signatures and initials in blue ink, including the letters 'BC', 'A', and 'SM', and a large signature at the bottom right.

total dos proveitos referentes às empreitadas realizadas pelo Município de Ovar, em propriedade alheia, nomeadamente o “Aumento do Coroamento da Defesa Central e Estrutura Mergulhante a Sul em Cortegaça”, a “Estrutura de Defesa e Prevenção do Risco na Frente Marítima Urbana de Esmoriz”, a “Defesa Aderente com Aumento da Cota do Coroamento na Meia Praia – Furadouro”, a “Defesa Dunar a Norte, na Frente Urbana e Sul do Furadouro – Ovar” e a “Substituição das Coberturas da E.B. 2/3 António Dias Simões – Ovar”.

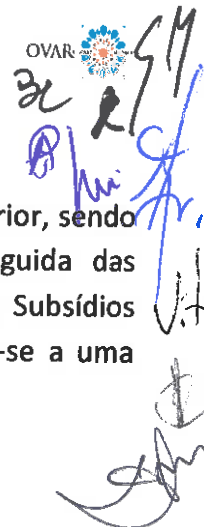
5.3. Evolução dos Custos 2016

A evolução dos custos totais do exercício apresenta-se no quadro e gráfico seguintes:

Conta	Custos	2016		2015		Variação 2016/2015	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
61	Custo das merc. vendidas e matérias consumidas	107 721,69	0,34	126 660,24	0,41	-18 938,55	-14,95
62	Fornecimento e serviços externos	9 310 684,00	29,78	8 793 481,18	28,71	517 202,82	5,88
63	Transf. e sub. correntes concedidos e prest. sociais	3 510 722,33	11,23	3 644 840,12	11,90	-134 117,79	-3,68
64	Custos com o pessoal	7 441 549,98	23,80	6 932 814,27	22,63	508 735,71	7,34
65	Outros custos e perdas operacionais	161 313,28	0,52	105 418,04	0,34	55 895,24	53,02
66	Amortizações do exercício	9 213 682,06	29,47	8 993 211,27	29,36	220 470,79	2,45
67	Provisões do exercício	2 003,49	0,01	2 163,32	0,01	-159,83	-7,39
68	Custos e perdas financeiros	36 710,55	0,12	78 257,27	0,26	-41 546,72	-53,09
69	Custos e perdas extraordinários	1 484 077,27	4,75	1 954 696,77	6,38	-470 619,50	-24,08
TOTAL		31 268 464,65	100,00	30 631 542,48	100,00	636 922,17	2,08



Conforme se verifica pela análise do quadro acima, no exercício de 2016, os custos totalizam o montante de 31.268.464,65 euros, traduzindo-se num aumento global de 636.922,17 euros, em valor absoluto, e 2,08% em termos relativos, quando comparados com o exercício anterior. Muito embora se observem diminuições em algumas componentes dos custos totais, como é o caso dos Custos e Perdas Extraordinárias e das Transferências e Subsídios Correntes Concedidos, os aumentos apresentados pelas rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos, Custos com Pessoal e Amortizações do exercício, mais do que compensam essas diminuições.



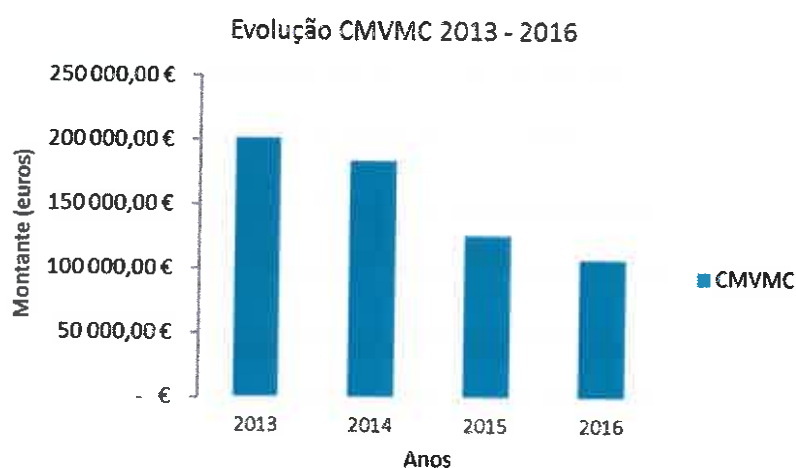
A estrutura percentual dos custos mantém-se muito próxima da verificada no ano anterior, sendo os Fornecimentos e Serviços Externos a rubrica com maior relevo (29,78%), seguida das Amortizações do exercício (29,47%), Custos com Pessoal (23,80%) e Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais (11,23%). Nos pontos seguintes, procede-se a uma análise em maior detalhe das variações ocorridas.

5.3.1. Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

No exercício de 2016, o **Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas** foi de 107.721,69 euros, o que representa uma diminuição em 18.938,55 euros comparativamente ao exercício anterior.

Designação	(euros)					
	2016		2015		Variação 2016/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo						
Materiais diversos	107 721,69	100,00	126 660,24	100,00	-18 938,55	-14,95
TOTAL	107 721,69	100,00	126 660,24	100,00	-18 938,55	-14,95

A otimização dos materiais armazenáveis fica evidenciado no gráfico seguinte, onde se verifica a trajetória descendente conseguida nos últimos anos:



5.3.2. Fornecimentos e Serviços Externos

No exercício de 2016, os custos com **Fornecimentos e Serviços Externos** registaram um aumento de 517.202,82 euros a que corresponde um acréscimo percentual de 5,88%.

Designação	2016		2015		Variação 2016/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Subcontratos						
Transportes escolares	143 587,40	1,54	132 570,58	1,51	11 016,82	8,31
Refeições escolares	786 131,63	8,44	680 059,86	7,73	106 071,77	15,60
Resíduos sólidos	1 844 841,98	19,81	1 803 583,80	20,51	41 258,18	2,29
Outros	111,60	0,00	0,00	0,00	111,60	100,00
Fornecimento e serviços						
Electricidade	1 856 681,44	19,94	1 691 582,53	19,24	165 098,91	9,76
Combustíveis	252 520,18	2,71	257 384,76	2,93	-4 864,58	-1,89
Água	178 732,79	1,92	163 581,04	1,86	15 151,75	9,26
Outros fluídos	1 265,53	0,01	0,00	0,00	1 265,53	100,00
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1 251,65	0,01	118,21	0,00	1 133,44	958,84
Livros e documentação técnica	320,01	0,00	756,51	0,01	-436,50	-57,70
Material de escritório	1 040,30	0,01	3 363,69	0,04	-2 323,39	-69,07
Artigos para oferta	34 928,04	0,38	44 723,30	0,51	-9 795,26	-21,90
Rendas e alugueres	455 040,89	4,89	477 379,91	5,43	-22 339,02	-4,68
Material de educação, cultura e recreio	18 100,07	0,19	13 890,45	0,16	4 209,62	30,31
Comunicação	61 203,44	0,66	82 089,17	0,93	-20 885,73	-25,44
Seguros	86 427,75	0,93	86 799,84	0,99	-372,09	-0,43
Deslocações e estadas	8 337,02	0,09	10 854,17	0,12	-2 517,15	-23,19
Contencioso e notariado	17 515,34	0,19	13 360,17	0,15	4 155,17	31,10
Conservação e reparação	282 674,18	3,04	220 164,84	2,50	62 509,34	28,39
Publicidade e propaganda	52 274,33	0,56	39 769,79	0,45	12 504,54	31,44
Limpeza, higiene e conforto	329 800,12	3,54	322 771,43	3,67	7 028,69	2,18
Vigilância e segurança	325 147,46	3,49	316 506,12	3,60	8 641,34	2,73
Trabalhos especializados	915 832,87	9,84	1 092 221,40	12,42	-176 388,53	-16,15
Formação	12 698,20	0,14	7 874,10	0,09	4 824,10	61,27
Encargos de cobrança	278 826,55	2,99	270 945,21	3,08	7 881,34	2,91
Outros fornecimentos e serviços	1 365 393,23	14,66	1 061 130,30	12,07	304 262,93	28,67
TOTAL	9 310 684,00	100,00	8 793 481,18	100,00	517 202,82	5,88

Apresenta-se de seguida o enquadramento das principais variações ocorridas no exercício de 2016, comparativamente ao ano anterior:

- Os **Transportes Escolares** registaram um aumento de 11.016,82 euros, o que se consubstancia numa variação percentual de 8,31%, tendo sido apurado, no ano de 2016, um maior n.º de alunos beneficiários desta modalidade de transporte, sendo igualmente de referir, apesar de ligeiro, um incremento no valor dos contratos.
- Por seu lado, as **Refeições Escolares** totalizaram 786.131,63 euros, o que representa um aumento de custos de 106.071,77 euros face ao ano anterior. Analisadas as diferenças, nomeadamente no que respeita ao n.º de refeições servidas e ao custo unitário de cada uma delas (almoço, pequeno-almoço e lanche), e ressalvando que, a cada exercício económico correspondem dois anos letivos distintos, verifica-se em termos globais a conjugação de dois fatores, existindo lugar simultaneamente a um aumento das refeições servidas e ao aumento do seu custo unitário.

- No que se refere aos **Resíduos Sólidos**, foi apurado um aumento de 41.258,18 euros, que representa um crescimento de 2,29% face ao ano anterior. Em termos globais, a quantidade de recolha e tratamento de Resíduos Urbanos aumentou, aproximadamente 600 toneladas, e o valor unitário da Taxa de Gestão de Resíduos aumentou em 1,1€/Ton (de 5,5€/Ton para 6,6€/Ton).
- Os custos com **Eletricidade**, que englobam os consumos com serviços municipais, edifícios escolares e iluminação pública, encontram nesta última a maior componente do custo global. No exercício de 2016, os custos aumentaram em 165.098,91 euros, o que implica uma variação positiva de 9,76% face ao ano anterior. De referir ainda, que se encontram em conferência faturas reportadas a 2016 e que totalizam 209.256,94€. O aumento desta rubrica encontra fundamentação na iluminação pública, onde se verificou um aumento do n.º de contratos vigentes, pela criação de novos circuitos, mas também pela colocação de iluminárias e pelo aumento do horário de funcionamento em algumas delas, em circuitos já existentes.
- Em sentido inverso, os **Combustíveis** diminuíram em 4.864,58 euros comparativamente ao exercício anterior, totalizando 252.520,18 euros em 2016. Esta rubrica, que encontra no gás o seu principal elemento, alcançou esta diminuição em resultado da diminuição das suas tarifas médias, apesar de em termos globais os consumos terem aumentado.
- No que diz respeito ao consumo de **Água**, o custo em 2016 é de 178.732,79 euros, o que significa um aumento de 15.151,75 euros face ao ano transato. Este aumento, é justificado pela atualização anual dos tarifários, pela ligação à rede de saneamento de alguns edifícios municipais e pela realização de novos contratos.
- A diminuição da rubrica **Rendas e Alugueres**, no valor de 22.339,02 euros, é justificada essencialmente pela reorganização de alguns Serviços Municipais, o que implicou um menor n.º de espaços alugados.
- A diminuição dos custos com **Comunicação**, alcançado em 2016, no valor de 20.885,73 euros, delimita a despesa desta rubrica em 61.203,44 euros. Esta redução, que em termos percentuais significa uma variação negativa de 25,44%, foi alcançada pela celebração de novos contratos de comunicação de dados e de comunicações móveis, que se traduziram em reduções substanciais das mensalidades vigentes.
- Já no que se refere à rubrica de **Conservação e Reparação**, em 2016, apurou-se um custo superior aos valores de 2015, em cerca de 28,39%, fruto de um maior n.º de intervenções pontuais em arruamentos urbanos e de reparações em equipamentos municipais, nomeadamente nas Piscinas Municipais, no Mercado de Ovar e no Edifício Municipal.

- Os **Trabalhos Especializados**, que estão entre as componentes com maior peso no total dos Custos, evidenciam no exercício de 2016 uma diminuição percentual de 16,15%. Esta rubrica encontra-se desagregada por diversas subcontas, nomeadamente trabalhos gráficos, serviços de arquitetura, engenharia, jurídicos e contabilísticos, contratos de manutenção e assistência técnica, entre outros.

No que se refere aos serviços jurídicos, salienta-se o facto de, em 2015, terem ocorrido pagamentos avultados de cariz extraordinário referente a honorários de processo judiciais, pelo que, expurgando estes montantes, a diminuição dos Trabalhos Especializados em 2016 seria sensivelmente de 10%.

Em resultado da conclusão de diversos procedimentos concursais destinados à admissão de pessoal técnico para os quadros do Município, no exercício de 2016 a aquisição de serviços externos diminuiu, o que explica parcialmente a redução aduzida nesta rubrica.

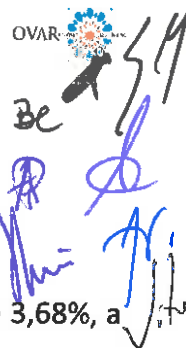
Ainda conexo com a explicação descrita, as despesas tidas em 2015 com a avaliação psicológica dos procedimentos concursais, particularmente com a Fundação CEFA - *Centro de Estudos e Formação Autárquica*, não ocorreram em 2016, o que contribui para esta redução.

- Por fim, no que se refere a **Outros Fornecimentos e Serviços**, verifica-se um aumento de 304.262,93 euros, o que implica um aumento de 28,67% quando comparado com o ano anterior. Com um peso significativo de 14,66% no total dos Fornecimentos e Serviços Externos, esta rubrica inclui custos residuais de diversos âmbitos como sejam os serviços de educação, culturais e turísticos, recreativos e de animação, desportivos, de plantação e manutenção de jardins, entre outros.

O aumento apurado é justificado sobretudo pela forma de organizar a animação de Verão nas praias do Concelho, o programa "Animar as praias". No ano de 2016, o Município assumiu diretamente a organização e contratação dos espetáculos, ao invés, no ano transato, foram efetuadas transferências para as Juntas de Freguesia, para que estas organizassem os respetivos eventos, o que resultou num aumento nesta rubrica, em aproximadamente, 216 mil euros.

Com menor peso justificativo, mas igualmente de relevo, a prestação de serviços de perfilagem de areias ocorrida nas praias do Concelho, que permitiu minimizar os impactos negativos dos avanços de mar nos últimos anos, traduzindo-se num aumento dos custos em sensivelmente 47 mil euros.

O restante valor é repartido por custos de menor impacto, nomeadamente, o reforço com serviços de plantação e manutenção de jardins e a realização de novos eventos culturais e desportivos.



5.3.3. Transferências e Subsídios Correntes Concedidos

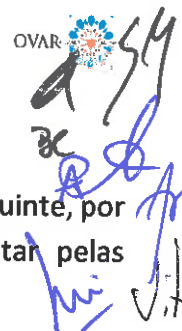
No exercício de 2016, as **Transferências e Subsídios Correntes Concedidos** diminuem de 3,68%, a que corresponde, em termos absolutos, a um decréscimo no valor de 134.117,79 euros.

Designação	2016		2015		Variação 2016/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Associações Municípios	0,00	0,00	23 129,45	0,63	-23 129,45	-100,00
Freguesias	896 620,32	25,54	1 028 860,32	28,23	-132 240,00	-12,85
Instituições sem fins lucrativos	1 701 425,49	48,46	1 757 417,39	48,22	-55 991,90	-3,19
Agrupamento de escolas	162 010,49	4,61	140 388,61	3,85	21 621,88	15,40
Famílias	677 112,66	19,29	424 177,52	11,64	252 935,14	59,63
Prestações sociais	0,00	0,00	211 603,61	5,81	-211 603,61	-100,00
Outras	73 553,37	2,10	59 263,22	1,63	14 290,15	24,11
TOTAL	3 510 722,33	100,00	3 644 840,12	100,00	-134 117,79	-3,68

- A inexistência de transferências e subsídios correntes concedidos para **Associações de Municípios**, contribuiu em 23.129,45 euros para a diminuição total desta classe de custo. Ao invés do sucedido no exercício anterior, não se observaram projetos, nomeadamente ao nível da CIRA, que originassem as respetivas transferências.
- No cumprimento da delegação legal de competências, prevista no nº 1 do artigo 132.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, no exercício de 2016, vigorou o Acordo de Execução entre o Município de Ovar e as Juntas de Freguesia do Concelho de Ovar, aprovado em Reunião de Câmara de 11 de dezembro de 2013 e Assembleia Municipal de 20 de dezembro.

No que diz respeito à variação ocorrida nas **transferências correntes** para as **Juntas de Freguesia**, a diminuição de 132.240,00 euros, é explicada pelo facto de, em 2016, toda a organização das animações de Verão nas praias do Concelho, designada de "Animar as praias", ter sido assumida diretamente pelo Município, o que significou uma diminuição nas transferências para as Juntas de Freguesia em sensivelmente 90.000,00 euros. De referir ainda não se verificar, em 2016, transferências correntes extraordinárias, como ocorrido no ano anterior.

- O decréscimo evidenciado pela rubrica de Transferências para **Instituições sem Fins Lucrativos**, resulta fundamentalmente das transferências efetuadas para os Grupos de Carnaval, que habitualmente são efetuadas em duas tranches, conforme se verificou em 2016. Contudo, no ano de 2015 foram efetuadas 3 transferências, pelo facto da última tranche de 2014 ter sido processada no início de janeiro do ano seguinte. Este facto, gerou um decréscimo nas transferências realizadas de 2016, não se devendo por isso a uma diminuição no apoio ao Associativismo, mas sim a alterações do momento do pagamento entre anos.
- No que se refere às transferências para os **Agrupamentos de Escolas**, o aumento em 21.621,88 euros do montante transferido em 2016 não se deve a uma alteração dos valores



protocolados, mas sim de verba atribuída no ano de 2015, paga apenas no ano seguinte, por se encontrar a aguardar documentos comprovativos de despesa, a apresentar pelas entidades beneficiárias.

- Relativamente às Transferências para as Famílias, a justificação para o aumento de 252.935,14 euros ocorrido em 2016, não pode ser dissociada da diminuição apresentada na rubrica seguinte destinada às Prestações Sociais, dado que, as transferências destinadas aos Contratos Emprego-Inserção (CEI's) deixaram de ser contabilizadas, no exercício de 2016, na rubrica de Prestações Sociais, passando o seu registo a ser efetuado como transferências às Famílias. Considerando o agregado das duas rubricas mencionadas, verifica-se ainda um aumento de aproximadamente 40 mil euros, em 2016, resultante do reforço do programa RASMO – Regulamento de Ação Social do Município de Ovar, destinado a apoiar as famílias carenciadas do Concelho.
- Por fim, o aumento da rubrica Outros, no montante de 14.290,15 euros, não se deve a um aumento do valor protocolado para as entidades enquadráveis nesta rubrica residual, mas sim ao desfasamento temporal entre o ano protocolado e o momento do pagamento, nomeadamente no que se refere à Corrida S. Silvestre de Ovar.

5.3.4. Custos com o Pessoal

Com a publicação da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro, foi estabelecida a extinção da redução remuneratória, prevista na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, a aplicar progressivamente ao longo do ano de 2016, com reversões trimestrais, nos seguintes termos:

- a) Reversão de 40 % nas remunerações pagas a partir de 1 de janeiro de 2016;
- b) Reversão de 60 % nas remunerações pagas a partir de 1 de abril de 2016;
- c) Reversão de 80 % nas remunerações pagas a partir de 1 de julho de 2016;
- d) Eliminação completa da redução remuneratória a partir de 1 de outubro de 2016.

No plano legislativo, de relevar também a publicação da Lei n.º 159-D/2015, de 30 de dezembro, que previa a extinção da sobretaxa do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, a qual, até 31/12/2015 era de 3,5% e aplicável a todos os trabalhadores, independentemente da remuneração auferida. Com a entrada em vigor da referida Lei, foi previsto que a sobretaxa seria integralmente extinta a partir de 1 de janeiro de 2017 e, em 2016, seria sujeita a reduções passando a ter taxas diferenciadas em função de escalões de rendimento coletável, nos seguintes termos:



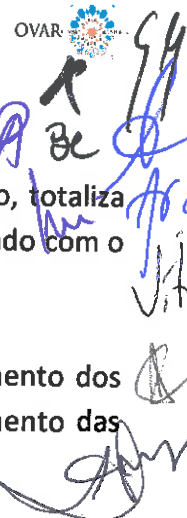
Rendimento coletável (euros)	Taxa (percentagem)
Até 7 070	0
De mais de 7 070 até 20 000	1
De mais de 20 000 até 40 000	1,75
De mais de 40 000 até 80 000	3
Superior a 80 000	3,5

Relativamente ao recrutamento de pessoal por parte das autarquias locais, o artigo 32º da Lei do Orçamento de Estado para 2016 (LOE 2016), aprovado pela Lei nº 7-A/2016, de 30 de março, determina que as autarquias locais e demais entidades da administração local poderiam proceder ao recrutamento de trabalhadores, nos termos e de acordo com as regras previstas na legislação aplicável, incluindo a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada pelas Leis n.os 82 -D/2014, de 31 de dezembro, 69/2015, de 16 de julho, e 132/2015, de 4 de setembro, no que diz respeito às regras de equilíbrio orçamental, cumprimento dos limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade das respetivas finanças locais. Nestes termos, o mencionado artigo veio consagrar, relativamente às autarquias locais e demais entidades da administração local (com exceção dos municípios em situação de saneamento ou de rutura), a possibilidade de procederem no ano de 2016 ao recrutamento de trabalhadores desde que cumpridas as regras previstas, ou seja, de equilíbrio orçamental, limites de endividamento e restantes preceitos legais tocantes à sustentabilidade das finanças locais.

No exercício de 2016, os **Custos com Pessoal** exibem um crescimento de 508.735,71 euros face ao ano anterior, o que, em termos percentuais, representa um crescimento de 7,34%, conforme quadro seguinte:

Designação	2016		2015		Variação 2016/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Remunerações	5 808 209,20	78,05	5 458 913,05	78,74	349 296,15	6,40
Pensões	38 188,95	0,51	13 793,24	0,20	24 395,71	176,87
Contribuições para a Segurança Social	1 270 210,07	17,07	1 172 432,12	16,91	97 777,95	8,34
Seguros	66 138,82	0,89	57 302,30	0,83	8 836,52	15,42
Outros custos pessoal	258 802,94	3,48	230 373,56	3,32	28 429,38	12,34
TOTAL	7 441 549,98	100,00	6 932 814,27	100,00	508 735,71	7,34

- Relativamente às **Remunerações**, verifica-se um aumento dos custos no montante de 349.296,15 euros, o qual em termos percentuais corresponde a uma variação positiva de 6,4%, justificada parcialmente pela reversão da redução remuneratória ocorrida em 2016, nos termos da citada Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro. Na mesma trajetória, o aumento do nº de trabalhadores do Município e algumas mobilidades intercarreiras ocorridas em 2016, também ajudam a explicar o aumento dos custos com pessoal.



- A rubrica **Pensões**, constituída unicamente por pensões por acidentes de serviço, totaliza 38.188,95 euros, o que implica um aumento de 24.395,71 euros quando comparado com o exercício anterior.
- No que se refere às **Contribuições para a Segurança Social**, verifica-se um aumento dos custos em 2016, comparativamente ao ano anterior, que acompanha o crescimento das remunerações já evidenciado.
- Por seu lado, a rubrica **Outros Custos com Pessoal** inclui os montantes pagos aos trabalhadores da Câmara Municipal de Ovar a título de despesas de saúde, no valor de 148.258,26 euros, como também as transferências para o Serviço Nacional de Saúde (SNS), no montante de 110.544,68 euros, efetuadas de acordo com o artigo 154.º, da Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro, que estabelece que compete às autarquias locais o pagamento à ACSS do montante equivalente aos custos efetivos em que esta incorrer, com a prestação de serviços e dispensa de medicamentos aos trabalhadores da própria autarquia.

5.3.5. Outros Custos e Perdas Operacionais

No exercício de 2016 foram contabilizados 161.313,28 euros como **Custos e Perdas Operacionais**, o que representa um aumento de 55.895,24 euros face ao ano anterior.

Designação	(euros)					
	2016		2015		Variação 2016/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Impostos e Taxas	24 789,89	15,37	49 153,36	46,63	-24 363,47	-49,57
Quotizações	56 477,29	35,01	56 264,68	53,37	212,61	0,38
Indemnizações	80 046,10	49,62	0,00	0,00	80 046,10	100,00
TOTAL	161 313,28	100,00	105 418,04	100,00	55 895,24	53,02

Entre as rubricas que compõem esta classe de custo, destacam-se as **Indemnizações** no montante de 80.046,10 euros, cujo pagamento fica a dever-se a processos judiciais com decisões desfavoráveis ao Município, ocorridas no decurso do exercício de 2016.

Por sua vez, a rubrica de **Impostos e Taxas**, onde se encontra contabilizado o IRC retido, apresenta um decréscimo de 24.363,47 euros, que atenua o impacto do aumento das indemnizações. A diminuição do IRC retido é justificada pelo acentuado decréscimo dos dividendos recebidos em 2016, tal como a diminuição dos juros de depósitos bancários, conforme se explica no ponto 4.2.5. – *Proveitos e Ganhos Extraordinários*, deste relatório.



5.3.6. Amortizações do Exercício

As **Amortizações do Exercício**, que juntamente com os Fornecimentos e Serviços Externos representam as principais componentes dos custos, no exercício económico de 2016 cifraram-se em 9.213.682,06 euros, implicando um aumento de 220.470,79 euros.

(euros)

Designação	2016		2015		Variação 2016/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Amortizações do exercício	9 213 682,06	100,00	8 993 211,27	100,00	220 470,79	2,45
TOTAL	9 213 682,06	100,00	8 993 211,27	100,00	220 470,79	2,45

Em termos percentuais, as amortizações do exercício exibem um ligeiro aumento de 2,45%, que se justifica essencialmente pelo aumento dos Bens de Domínio Público ao nível dos viadutos, arruamentos e obras complementares.

A análise do Património do Município consta com maior detalhe em relatório anexo à Prestação de Contas 2016, fazendo parte integrante.

5.3.7. Custos e Perdas Financeiras

No ano de 2016, a rubrica de **Custos e Perdas Financeiras** evidencia uma diminuição de 41.546,72 euros, a que corresponde uma redução percentual de 53,09%.

(euros)

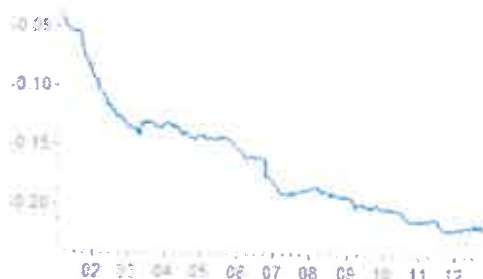
Designação	2016		2015		Variação 2016/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Juros suportados	27 937,19	76,10	15 181,22	19,40	12 755,97	84,02
Outros custos e perdas financeiras	8 773,36	23,90	63 076,05	80,60	-54 302,69	-86,09
TOTAL	36 710,55	100,00	78 257,27	100,00	-41 546,72	-53,09

A rubrica de **Juros Suportados**, que aumentou em 12.755,97 euros, resulta da conjugação, por um lado, do pagamento ocorrido em 2016, em sensivelmente 26 mil euros, de juros de mora de processos judiciais com decisões desfavoráveis ao Município e, por outro lado, da diminuição dos juros suportados com empréstimos bancários, em aproximadamente 14 mil euros.

A diminuição dos juros de empréstimos bancários é justificada pela amortização extraordinária ocorrida no final de 2015, que se refletiu nos juros pagos em 2016 e, embora com menor poder explicativo, à continua descida das taxas Euribor, as quais no ano de 2016 continuaram a sua trajetória descendente, como se exemplifica para a Euribor a 6 meses nos quadros seguintes:

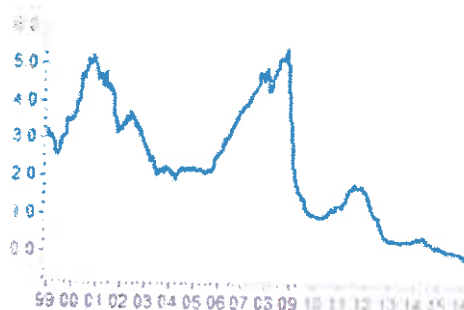
Evolução 2016

Taxa Euríbor -- 6 meses



Evolução Anual

Taxa Euríbor -- 6 meses



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'SM', 'Be', 'A', 'V', and others.

No que respeita aos **Outros Custos e Perdas Financeiras**, a diminuição ocorrida em 2016 resulta, em boa medida, da inexistência de juros de mora pagos à empresa SIMRIA (agora ADCL, SA), por não se verificar distribuição de dividendos por essa mesma entidade. De referir que, os juros de mora são compensados pela distribuição de dividendos realizados por esta entidade, em conformidade com o acordo transaccional celebrado com o Município de Ovar, em 06 de novembro de 2008. O referido acordo corresponde à diferença entre os valores faturados, até 31 de dezembro de 2006, por esta entidade, e o montante que resulta do produto do caudal efetivamente entregue pelo Município de Ovar ao sistema pela respetiva tarifa, estabelecendo que a liquidação desse montante, bem como dos juros de mora a que houver lugar, será efetuada na exata medida da distribuição de dividendos e por montantes não inferiores aos mesmos.

5.3.8. Custos e Perdas Extraordinários

No que se refere à contabilização dos **Custos e Perdas Extraordinários**, registou-se uma diminuição no montante de 470.619,50 euros, que em termos percentuais implica um decréscimo de 24,08%.

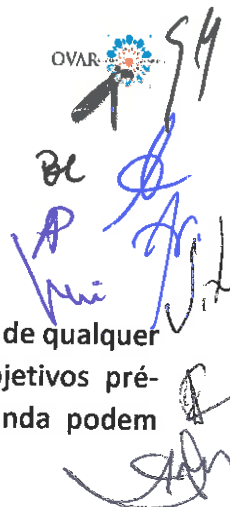
Designação	2016		2015		Variação 2016/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
(euros)						
Transferências de Capital Concedidas						
Administração local freguesias	242 066,69	16,31	194 156,54	9,93	47 910,15	24,68
Administração local outros	0,00	0,00	2 921,07	0,15	-2 921,07	-100,00
Instituições sem fins lucrativos	772 140,25	52,03	755 378,41	38,64	16 761,84	2,22
Famílias	13 588,00	0,92	4 950,00	0,25	8 638,00	174,51
Perdas em existências	221,40	0,01	0,00	0,00	221,40	100,00
Perdas em imobilizações	436 625,78	29,42	880 868,28	45,06	-444 242,50	-50,43
Multas e penalidades	579,80	0,04	1 175,61	0,06	-595,81	-50,68
Correções relativas a exercícios anteriores						
Restituições	1 165,78	0,08	31 677,88	1,62	-30 512,10	-96,32
Outras correções	6 306,05	0,42	25 629,71	1,31	-19 323,66	-75,40
Outros custos extraordinários	0,00	0,00	2 924,04	0,15	-2 924,04	-100,00
Indemnizações	11 383,52	0,77	55 015,23	2,81	-43 631,71	-79,31
TOTAL	1 484 077,27	100,00	1 954 696,77	100,00	-470 619,50	-24,08

Analisando o quadro anterior, verifica-se que são as **Perdas em Imobilizações** que mais contribuem para a significativa diminuição desta rubrica, com um decréscimo face ao ano anterior de 444.242,50 euros. A diminuição desta rubrica é justificada pela inexistência das correções efetuadas em 2015, no âmbito do processo da inventariação e reconciliação físico-contabilística do património móvel do Município de Ovar, realizado nesse ano.

No mesmo sentido, as **Indemnizações** apresentam uma diminuição de 43.631,71 euros, refletindo os reduzidos processos indemnizatórios, nomeadamente ao nível dos seguros, ocorridos em 2016.

No que respeita aos aumentos, destacam-se as Juntas de Freguesia com um crescimento das transferências de capital de 47.910,15 euros. Este aumento resulta da conjugação de aumentos e diminuições conforme se explica:

- Do lado dos aumentos evidenciam-se as transferências extraordinárias, destinadas a apoiar financeiramente as Juntas de Freguesias, conforme Reunião de Câmara de 15 de setembro de 2016 e Assembleia Municipal de 07 de outubro de 2016, que ascenderam ao montante de 200 mil euros.
- Em sentido inverso, no ano de 2016 não se procedeu a transferências relativas aos estragos provocados por Intempéries, o que diminuiu sensivelmente em 117 mil as verbas transferidas, tal como não se realizaram transferências no montante de 72 mil euros destinadas a apoiar a construção de equipamentos desportivos.



5.4. Análise Comparativa da Evolução da Estrutura do Balanço

O Balanço é um instrumento contabilístico que reflete a situação económico financeira de qualquer entidade. Com o Balanço podem estabelecer-se comparações relativamente a objetivos pré-definidos; detetar eventuais desvios entre o desempenho estimado e o real, e ainda podem construir-se projeções sobre o desempenho futuro das organizações.

O **Balanço** representa a situação patrimonial da entidade (ativos, dívida e capital) num determinado momento de tempo, dividida em três categorias fundamentais: Ativo, Passivo e Fundos Próprios.

O **Ativo** inclui tudo aquilo que a entidade possui e que é suscetível de ser avaliado em dinheiro - disponibilidades (dinheiro em numerário, depósitos bancários e títulos negociáveis), créditos sobre clientes, stocks de matérias primas, subsidiárias e de consumo, equipamentos, instalações; apresentados de forma crescente, pelo critério da liquidez.

O **Passivo** é o conjunto de fundos obtidos externamente pela entidade, seja através de empréstimos, seja através do diferimento de pagamentos (aos fornecedores, ao Estado, entre outros).

Os **Fundos Próprios** expressam o valor do património do Município, das reservas constituídas e dos resultados.

Existe uma relação fundamental que tem que verificar-se obrigatoriamente no Balanço:

$$\text{Ativo} = \text{Passivo} + \text{Fundos Próprios}$$

Esta expressão constitui o princípio básico da contabilidade, segundo o qual a aquisição do património da entidade (ativo) tem que ser financiada por capitais próprios ou por capitais alheios (passivo).

Um outro aspeto fundamental é a relação entre ativo circulante e passivo de curto prazo (ou exigível num prazo inferior a um ano). Se o primeiro for superior ao segundo, a entidade evidencia capacidade para satisfazer os seus compromissos de curto prazo.

Em resumo, o Balanço é um documento de base financeira, documento contabilístico que expressa a situação patrimonial de uma entidade, em determinada data. O conjunto de bens e direitos constitui o ativo, o conjunto de obrigações o passivo, ou pode ser considerado simplesmente o inventário do conjunto de ativos e das dívidas da entidade numa determinada data.

Neste sentido, no mapa seguinte é apresentada a estrutura patrimonial do Município de Ovar a 31 de dezembro de 2016 e a sua evolução/comparação face a idêntico momento de 2015.

Descrição	2016		2015		Variação 2016/2015	
	Valor Líquido	%	Valor Líquido	%	Variação	%
Ativo						
Imobilizado	160 425 162,50	94,67	164 462 281,03	93,78	-4 037 118,53	-2,45
Existências	79 989,64	0,05	89 979,58	0,05	-9 989,94	-11,10
Dívidas de Terceiros	1 665 805,24	0,98	2 440 128,85	1,39	-774 323,61	-31,73
Disponibilidades	6 880 682,23	4,06	8 237 745,08	4,70	-1 357 062,85	-16,47
Acréscimos e Diferimentos	407 214,43	0,24	147 028,79	0,08	260 185,64	176,96
Total Ativo	169 458 854,04	100,00	175 377 163,33	100,00	-5 918 309,29	-3,37
Fundos Próprios						
Património	47 844 362,90	28,23	47 844 362,90	27,28	0,00	0,00
Ajustamento partes capital em empresas	101 160,00	0,06	101 160,00	0,06	0,00	0,00
Reservas	4 457 060,06	2,63	4 457 060,06	2,54	0,00	0,00
Subsídios	675 660,22	0,40	675 660,22	0,39	0,00	0,00
Doações	380 780,74	0,22	143 866,94	0,08	236 913,80	164,68
Reservas decorrentes de transf. ativos	-7 659 478,89	-4,52	-7 659 478,89	-4,37	0,00	0,00
Resultados Transitados	87 898 928,69	51,87	92 612 383,67	52,81	-4 713 454,98	-5,09
Resultado Líquido	-4 798 145,96	-2,83	-4 114 386,28	-2,35	-683 759,68	16,62
Total Fundos Próprios	128 900 327,76	76,07	134 060 628,62	76,44	-5 160 300,86	-3,85
Passivo						
Provisões para riscos e encargos	180 000,00	0,11	180 000,00	0,10	0,00	0,00
Dívidas a Terceiros						
Dívidas a Terceiros - M/L prazo	2 148 588,21	1,27	2 623 979,98	1,50	-475 391,77	-18,12
Dívidas a Terceiros - Curto prazo	4 931 907,06	2,91	4 074 543,87	2,32	857 363,19	21,04
Acréscimos e Diferimentos	33 298 031,01	19,65	34 438 010,86	19,64	-1 139 979,85	-3,31
Total Passivo	40 558 526,28	23,93	41 316 534,71	23,56	-758 008,43	-1,83
Total Passivo + Fundos Próprios	169 458 854,04	100,00	175 377 163,33	100,00	-5 918 309,29	-3,37

O **Ativo Líquido** do Município, em 31 de dezembro de 2016, era de 169.458.854,04 euros, os Fundos Próprios tinham um valor registado de 128.900.327,76 euros e o Passivo era de 40.558.526,28 euros.

Em comparação com o ano de 2015, o Ativo diminuiu 5.918.309,29 euros (-3,37%). Esta variação foi determinada pela diminuição do Imobilizado Líquido, no montante de 4.037.118,53 euros (-2,45%), das Disponibilidades no montante de 1.357.062,85 euros (-16,47%) e das Dívidas de Terceiros que diminuíram 774.323,61 euros (-31,73%).

A diminuição no **Imobilizado Líquido** é influenciada pelo aumento das amortizações acumuladas dos bens do domínio público – outras construções e infraestruturas, desde 2015, decorrente da reclassificação e incorporação de bens daquela tipologia no inventário do Município, já descrita em sede de prestação de contas de 2015.

A diminuição verificada nas **Disponibilidades**, não apresenta qualquer relação com o aumento na rubrica de Imobilizado Bruto, mas resulta da quebra das receitas de capital arrecadadas face a exercícios anteriores.

No que se refere às **Dívidas de Terceiros**, a diminuição verificada tem como principal justificação o encerramento de vários dos projetos cofinanciados no âmbito do anterior quadro comunitário. Assim, em 31 de dezembro de 2016, o montante em dívida ao Município, pela a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., relativa a pedidos de pagamento dos projetos em curso, ascendia a 1.355.862,47 euros, menos 730.004,97 euros, do que em igual data de 2015.

O **Passivo** do Município apresenta uma diminuição global de 758.008,43 euros (-1,83%), fortemente influenciado pelos Acréscimos e Diferimentos, que decresceram 1.139.979,85 euros (-3,31%) e pelas Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo que decresceram 475.391,77 euros (-18,12%). De salientar que, a diminuição verificada nos Acréscimos e Diferimentos teve origem na redução dos Proveitos Diferidos que incluem, essencialmente, os proveitos associados a Subsídios para Investimentos e à adesão à ADRA. Em sentido inverso, as Dívidas a Terceiros de Curto Prazo apresentam um aumento de 857.363,19 (+21,04%). Por último, a redução da Dívida de Médio e Longo Prazo deveu-se quer à redução do endividamento junto da banca no montante de (269.609,77 euros) quer ao pagamento de mais duas tranches do Fundo de Apoio Municipal de Médio e Longo Prazo nas contas do Município, no montante de 205.782,00 euros.

Os **Fundos Próprios** apresentam uma diminuição de 5.160.300,86 euros (-3,85%), justificada essencialmente pelos resultados transitados de 2015 e pela diminuição do Resultado Líquido de 2016, num montante de 683.759,68 euros.

5.4.1. Análise da Estrutura do Ativo

Em 31 de dezembro de 2016, o Município de Ovar apresentava um **Ativo Líquido** de 169.458.854,04 euros, abaixo do verificado no ano anterior em 5.918.309,29 euros.

Designação	2016		2015		Variação 2016/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Imobilizado	160 425 162,50	94,67	164 462 281,03	93,78	-4 037 118,53	-2,45
Existências	79 989,64	0,05	89 979,58	0,05	-9 989,94	-11,10
Dívidas de terceiros	1 665 805,24	0,98	2 440 128,85	1,39	-774 323,61	-31,73
Disponibilidades	6 880 682,23	4,06	8 237 745,08	4,70	-1 357 062,85	-16,47
Acréscimos e diferimentos	407 214,43	0,24	147 028,79	0,08	260 185,64	176,96
TOTAL	169 458 854,04	100,00	175 377 163,33	100,00	-5 918 309,29	-3,37

Com base na análise do quadro acima apresentado destaca-se:

- O **Ativo** continua constituído maioritariamente pelo Imobilizado, com um peso estrutural de 94,67%, acima do peso apresentado em 2015, de 93,78%.
- As **Disponibilidades** continuam a ser o segundo elemento patrimonial com maior peso estrutural no ativo (4,06%) sendo de referir o seu valor absoluto superior a 6,8 milhões de euros.
- As **Dívidas de Terceiros** diminuíram o seu peso estrutural, passando de 1,39% em 2015 para 0,98% em 2016, com uma diminuição em termos absolutos de 774.323,61 euros.
- As **Existências e os Acréscimos e Diferimentos** apresentam valores residuais, no que se refere ao seu peso na estrutura do ativo total.

5.4.1.1. Análise da Estrutura do Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2016, o **Imobilizado Líquido** atingiu o montante de 160.425.162,50 euros, representando a maior variação absoluta do Ativo, num montante de 4.037.118,53 euros, face a idêntico período de 2015.

Designação	2016		2015		Variação 2016/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Bens de domínio público	84 141 538,62	52,45	89 258 863,81	54,27	-5 117 325,19	-5,73
Imobilizações incorpóreas	101 404,22	0,06	353 417,29	0,21	-252 013,07	-71,31
Imobilizações corpóreas	72 454 690,27	45,16	71 122 384,24	43,25	1 332 306,03	1,87
Investimentos financeiros	3 727 529,39	2,32	3 727 615,69	2,27	-86,30	0,00
TOTAL	160 425 162,50	100,00	164 462 281,03	100,00	-4 037 118,53	-2,45

Assim, constata-se que, os elementos patrimoniais com maior peso na estrutura do Imobilizado continuam a ser os Bens de Domínio Público (52,45%) e as Imobilizações Corpóreas (45,16%).

As variações verificadas no Ativo Imobilizado do Município encontram-se descritas com maior detalhe nas Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados e em relatório autónomo, sendo que os seus aumentos podem ainda ser observados no Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos.

Em 31 de dezembro de 2016, o Imobilizado Bruto ascendia a 202.282.607,46 euros, após o levantamento exaustivo e o reconhecimento em termos físicos dos bens móveis e imóveis do Município, em 2015. Considerando que as amortizações acumuladas, ascenderam em 31 de dezembro de 2016, a 41.857.444,96 euros - ver Mapa das Amortizações e Provisões no ponto 8.2.7 das Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados – o Imobilizado Líquido cifrou-se em 160.425.162,50 de euros.

5.4.1.2. Análise das Existências

O valor registado em 31 de dezembro de 2016 na rubrica de **Existências**, relativo a materiais de consumo, era de 79.989,64 euros, a que corresponde uma diminuição de 11,10 % face ao ano anterior. Esta evolução resulta da diminuição do consumo de materiais armazenáveis no decurso dos últimos anos.

Designação	2016		2015		Variação 2016/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Materiais de consumo - Armazéns	79 989,64	100,00	89 979,58	100,00	-9 989,94	-11,10
TOTAL	79 989,64	100,00	89 979,58	100,00	-9 989,94	-11,10

5.4.1.3. Análise das Dívidas de Terceiros

As **Dívidas de Terceiros**, contabilizadas em 31 de dezembro de 2016, ascenderam a 1.665.805,24 euros, repartidas de acordo com o quadro seguinte. De referir que aquele valor se encontra expurgado de provisões para cobranças duvidosas num montante de 503.181,68 euros (ver nota 8.2.27 das Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados).

Designação	2016		2015		Variação 2016/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Cientes c/c						
Outros	1 802,18	0,11	1 512,50	0,06	289,68	19,15
Contribuintes – Impostos Indirectos						
Mercados e feiras	186,55	0,01	0,00	0,00	186,55	
Toldos	259,43	0,02	0,00	0,00	259,43	
Tubos subterrâneos	1 664,00	0,10	0,00	0,00	1 664,00	-
Publicidade	368,00	0,02	0,00	0,00	368,00	-
Outros	119,52	0,01	0,00	0,00	119,52	-
Contribuintes – Taxas						
Mercados e feiras	6 561,67	0,39	0,00	0,00	6 561,67	-
Toldos	501,44	0,03	0,00	0,00	501,44	-
Tubos subterrâneos	6,00	0,00	0,00	0,00	6,00	-
Outras	172,37	0,01	0,00	0,00	172,37	-
Utentes c/c						
Serviços culturais	5 733,00	0,34	750,00	0,03	4 983,00	664,40
Serviços desportivos	11 046,20	0,66	11 669,70	0,48	-623,50	-5,34
Resíduos sólidos	85 538,55	5,13	83 838,27	3,44	1 700,28	2,03
Mercados e feiras	72,96	0,00	0,00	0,00	72,96	-
Parque de campismo	15 714,20	0,94	28 487,93	1,17	-12 773,73	-44,84
Fotocópias e regulamentos	2,95	0,00	0,00	0,00	2,95	
Cantinas Escolares	12 373,73	0,74	7 988,71	0,33	4 385,02	54,89
Outros	1 073,49	0,06	1 734,76	0,07	-661,27	-38,12
Rendas e alugueres	18 616,10	1,12	0,00	0,00	18 616,10	
Cientes, contribuintes e utentes de cob. duvidosa	18 863,85	1,13	16 867,78	0,69	1 996,07	11,83
Outros devedores						
Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo	35 431,01	2,13	35 431,01	1,45	0,00	0,00
Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	1 355 862,47	81,39	2 085 867,44	85,48	-730 004,97	-35,00
Município da Murtosa	0,00	0,00	121 130,18	4,96	-121 130,18	-100,00
REFER, E.P.	302,36	0,02	302,36	0,01	0,00	0,00
ADRA-Águas da Região de Aveiro	11 851,94	0,71	11 851,94	0,49	0,00	0,00
Outros	81 681,27	4,90	32 696,27	1,34	48 985,00	149,82
TOTAL	1 665 805,24	100,00	2 440 128,85	100,00	-774 323,61	-31,73

Desde 2016, com a aquisição de software de gestão de faturação para as áreas de habitação, mercados e feiras, e cemitérios, foi possível registar o valor em dívida de terceiros para estas áreas, o que justifica a existência destes saldos, em rubricas como Contribuintes – Impostos Indiretos no montante de 2.597,50 euros, e Contribuintes - Taxas no montante de 7.241,48 euros.

Para a rubrica de Utentes o valor em dívida ascendeu a 150.171,18 euros, representando um aumento de 15.701,81 euros face ao ano de 2015, influenciado pelas rendas e alugueres

(+18.616,10 euros), pelos Serviços Culturais (+4.983,00 euros), pelos Resíduos Sólidos (+1.700,28 euros) e pelas Cantinas Escolares (+4.385,02 euros). Em sentido inverso, a dívida relativa ao parque de campismo diminui no montante de 12.773,73 euros.

A rubrica de **Outros Devedores**, com o valor mais significativo do saldo da Dívida de Terceiros, apresentou um saldo de 1.485.129,05 euros, decomposto essencialmente pelo(a):

- Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, com um saldo de 35.431,01 euros, em resultado de um contrato estabelecido pelo Município de Ovar com esta entidade.
- Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP, antigo IFDR – Instituto Financeiro de Desenvolvimento Regional, I.P., com um saldo de 1.355.862,47 euros, que corresponde a receita liquidada relativa a verbas a receber no âmbito do QREN - Quadro Referência Estratégico Nacional. As obras mais significativas que compõem este saldo final respeitam à “Casa da Junta de S. João – Pólo de capacitação e Inovação Social” e a “Beneficiação da Rua do Salgueiral de Cima – S. João de Ovar”;
- ADRA – Águas da Região de Aveiro, com um saldo de apenas 11.851,94 euros.
- Na rubrica de Outros de referir as verbas relativas a revisões de preços negativas, de obras em curso, que aguardam cobrança.

De referir que, em 2016, foi regularizado/anulado o valor em dívida do Município da Murtosa, no montante de 121.130,18 euros, respeitante ao projeto Cicloria, que surgiu de uma iniciativa conjunta dos Municípios da Murtosa, Estarreja e Ovar com o objetivo de promover uma rede material e imaterial de promoção e desenvolvimento da mobilidade ciclável.

5.4.1.4. Análise das Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2016, as **Disponibilidades** totalizaram 6.880.682,23 euros, distribuídas por um valor residual em caixa, no montante de 1.061,89 euros e por depósitos em Instituições Financeiras, no montante de 6.879.620,34 euros. Os depósitos à ordem repartiam-se essencialmente pela Caixa Geral de Depósitos, no montante de 2.071.145,71 euros e no Banco Santander, no montante de 1.108.117,46 euros, enquanto os depósitos a prazo se concentram no Novo Banco e no Millennium BCP, nos montantes de 2,3 milhões de euros e de 1,3 milhões de euros, respetivamente. Estas aplicações foram efetuadas após consulta a várias instituições financeiras, e contratadas com as entidades que apresentaram as melhores taxas de remuneração.

(euros)

Designação	2016		2015		Variação 2016/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Caixa	1 061,89	0,02	1 204,95	0,01	-143,06	-11,87
Depósitos em Instituições Financeiras						
Caixa Geral de Depósitos	2 071 145,71	30,10	2 302 083,01	27,95	-230 937,30	-10,03
BPI	15 456,34	0,22	2 459,36	0,03	12 996,98	528,47
Novo Banco	2 384 767,08	34,66	1 037 413,75	12,59	1 347 353,33	129,88
Banco Santander	1 108 117,46	16,10	2 294 584,01	27,85	-1 186 466,55	-51,71
Millennium BCP	1 300 133,75	18,90	2 600 000,00	31,56	-1 299 866,25	-49,99
TOTAL	6 880 682,23	100,00	8 237 745,08	100,00	-1 357 062,85	-16,47

O valor total de **Disponibilidades** indicado divide-se em Saldo de Gerência de Execução Orçamental, no montante de 5.507.781,54 euros e de Operações de Tesouraria no montante de 1.372.900,69 euros – confrontar com Mapa de Fluxos de Caixa. Em 2016, as Disponibilidades do Município apresentam uma diminuição global de 1.357.062,85 euros, face ao ano de 2015, originada essencialmente pela redução da receita de capital arrecadada (-2.322.366,56 euros), mas atenuada pelo aumento das receitas correntes (+449.656,39 euros) e pela diminuição das despesas de capital (-2.179.443,96 euros). De referir que, caso tivesse sido arrecadada a receita relativa aos últimos projetos cofinanciados, no montante global de 1,35 milhões de euros, a variação das disponibilidades seria praticamente nula.

Designação	2016		2015		Variação 2016/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Saldo da gerência anterior	8 237 745,08	22,72	9 702 780,75	24,68	-1 465 035,67	-15,10
Receitas correntes	24 237 665,52	66,86	23 788 009,13	60,52	449 656,39	1,89
Receitas de capital	1 575 340,80	4,35	3 897 707,36	9,92	-2 322 366,56	-59,58
Outras receitas	30 207,25	0,08	1 879,16	0,00	28 328,09	1 507,49
Operações de Tesouraria	2 168 832,08	5,98	1 916 445,73	4,88	252 386,35	13,17
Total	36 249 790,73	100,00	39 306 822,13	100,00	-3 057 031,40	-7,78
Despesas correntes	20 134 040,07	55,54	19 948 024,17	50,75	186 015,90	0,93
Despesas de capital	7 197 750,79	19,86	9 377 194,75	23,86	-2 179 443,96	-23,24
Operações de Tesouraria	2 037 317,64	5,62	1 743 858,13	4,44	293 459,51	16,83
Saldo para a gerência seguinte	6 880 682,23	18,98	8 237 745,08	20,96	-1 357 062,85	-16,47
Total	36 249 790,73	100,00	39 306 822,13	100,00	-3 057 031,40	-7,78

5.4.1.5. Análise dos Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica de **Acréscimos e Diferimentos** apresenta um aumento de 260.185,64 euros, conforme quadro seguinte:

(euros)

Designação	2016		2015		Variação 2016/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Acréscimo de proveitos						
Juros a receber	14 398,12	3,54	431,57	0,29	13 966,55	3 236,22
Juros de mora IMI IMT	254 140,37	62,41			254 140,37	
Resíduos Sólidos	96 852,65	23,78	100 446,24	68,32	-3 593,59	-3,58
Custos diferidos						
Rendas	3 537,00	0,87	3 530,00	2,40	7,00	0,20
Seguros	38 286,29	9,40	42 620,98	28,99	-4 334,69	-10,17
TOTAL	407 214,43	100,00	147 028,79	100,00	260 185,64	176,96

No que se refere a **Acréscimos de Proveitos**, o valor de 365.391,14 euros reporta-se essencialmente a juros de mora recebidos em 2017, relativos a IMI e IMT de anos anteriores, no montante de 254.140,37 euros, a receita de Resíduos Sólidos, do mês de dezembro de 2016, que não foi possível registar em tempo útil, no montante de 96.852,65 euros e juros de depósitos a prazo, apenas registados na gerência de 2017, no montante de 14.398,12 euros. A rubrica de Custos Diferidos contempla a especialização das Rendas e dos Seguros, uma vez que, no final do ano de 2016, foram processadas e pagas despesas respeitantes ao exercício de 2017.

5.4.2. Análise da Estrutura do Passivo

Em 31 de dezembro de 2016, o Município de Ovar apresenta um **Passivo** de 40.558.526,28 euros, sendo os **Acréscimos e Diferimentos**, que incluem **Proveitos Diferidos** num montante de 31.761.393,43 euros, o elemento patrimonial de maior relevância, com um peso estrutural de 82,10%.

(euros)

Designação	2016		2015		Variação 2016/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Provisões para riscos e encargos	180 000,00	0,44	180 000,00	0,44	0,00	0,00
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	2 148 588,21	5,30	2 623 979,98	6,35	-475 391,77	-18,12
Dívidas a terceiros - curto prazo	4 931 907,06	12,16	4 074 543,87	9,86	857 363,19	21,04
Subtotal	7 260 495,27	17,90	6 878 523,85	16,65	381 971,42	5,55
Acréscimos e Diferimentos	33 298 031,01	82,10	34 438 010,86	83,35	-1 139 979,85	-3,31
TOTAL	40 558 526,28	100,00	41 316 534,71	100,00	-758 008,43	-1,83

Do quadro acima apresentado destacam-se as variações negativas ocorridas quer nos Acréscimos e Diferimentos no montante de 1.139.979,85 euros, quer na Dívida de Médio e Longo Prazo, no montante de 475.391,77 euros, atenuadas pelo aumento verificado nas Dívidas a Terceiros de Curto Prazo, no montante de 857.363,19 euros. De salientar que, a diminuição na rubrica de Acréscimos e Diferimentos se deveu à redução dos Proveitos Diferidos (-1.164.537,61 euros), compensada pelo aumento verificado nos Acréscimos de Custos (+24.557,76 euros).

5.4.2.1. Análise do Passivo – Médio e Longo Prazo

O Passivo de Médio e Longo Prazo do Município de Ovar é constituído pelas dívidas a Instituições de Crédito, no montante de 1.325.459,82 euros e pela participação no Fundo de Apoio Municipal, no montante de 823.128,39 euros, apurado pela diferença entre o valor subscrito (1.440.474,39 euros) e as tranches já liquidadas em 2015 e 2016 ou a liquidar em 2017 e que transitaram para Dívidas a Curto Prazo (205.782,00 euros/ano).

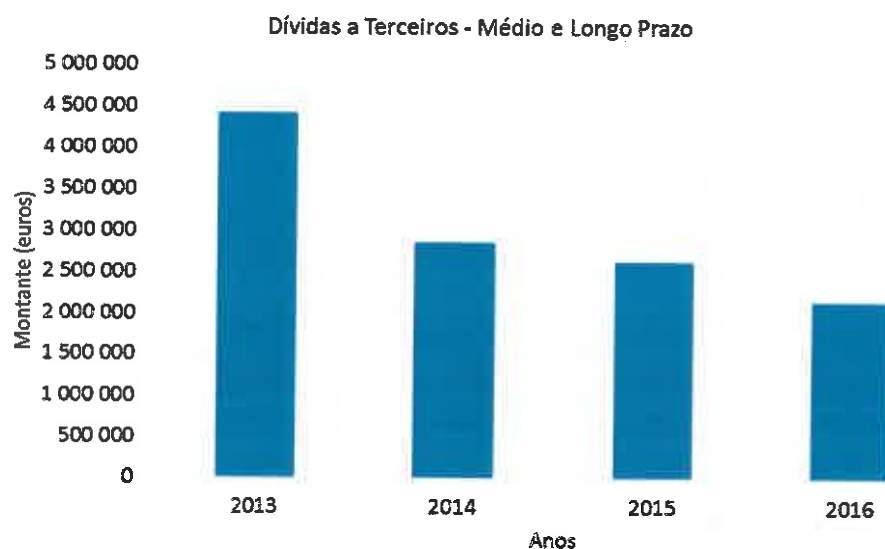
Designação	2016		2015		Variação 2016/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Médio e Longo Prazo						
Empréstimos Bancários						
Caixa Geral de Depósitos	1 068 498,89	49,73	1 187 022,49	45,24	-118 523,60	-9,98
BPI	152 213,28	7,08	233 467,75	8,90	-81 254,47	-34,80
BES	104 747,65	4,88	174 579,35	6,65	-69 831,70	-40,00
Fundo de Apoio Municipal	823 128,39	38,31	1 028 910,39	39,21	-205 782,00	
TOTAL	2 148 588,21	61,69	2 623 979,98	60,79	-475 391,77	-18,12

Durante o exercício de 2016, a Dívida de Médio e Longo Prazo para com as Instituições de Crédito foi reduzida em 269.609,77 euros, mantendo a tendência verificada em anos anteriores. Contudo, em 2015 verificou-se a obrigatoriedade excepcional de realização de uma amortização extraordinária, para cumprimento do disposto no nº 4 do artigo 98.º da Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2015, que justificou a redução substancial no montante de 1.263.717,94 euros, naquele exercício.

Em complemento poderá ser consultado o Mapa dos Empréstimos, no ponto 8.3.6 das Notas ao Balanço e Demonstração dos Resultados, que contém informação detalhada das Dívidas do Município a Instituições de Crédito.

De salientar que a diferença entre o valor apresentado no Balanço, relativo a Dívidas de Terceiros de Médio e Longo Prazo e o Mapa do Endividamento, resulta do critério do Município em discriminar as dívidas a Instituições de Crédito com base na sua maturidade, com a adoção do critério da exigibilidade da dívida e não da sua natureza, conforme preconiza o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de

fevereiro. Idêntico critério foi utilizado para o Fundo de Apoio Municipal, conforme instruções da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL).

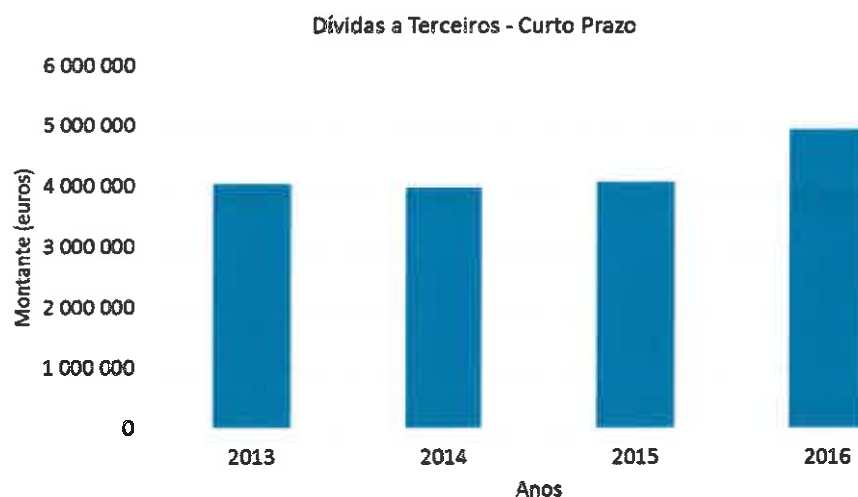


5.4.2.2. Análise do Passivo – Curto Prazo

Em 31 de dezembro de 2016, as **Dívidas a Terceiros de Curto Prazo** apresentaram um aumento de 857.363,19 euros, quando comparadas com as verificadas em idêntica data de 2015.

Designação	2016		2015		Variação 2016/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Dívidas de curto prazo						
Dívidas a instituições crédito	291 947,11	5,92	313 911,58	7,70	-21 964,47	-7,00
Fornecedores	84 895,47	1,72	0,00	0,00	84 895,47	0,00
Fornecedores - Facturas em recepção e conf.	271 070,39	5,50	33 616,22	0,83	237 454,17	706,37
Fornecedores de imobilizado	172 182,77	3,49	21 756,53	0,53	150 426,24	691,41
Forn.imobilizado - Faturas em recção e conf.	190 960,97	3,87	0,00	0,00	190 960,97	-
Estado e outros entes públicos	119 163,68	2,42	105 240,72	2,58	13 922,96	13,23
Outros credores	3 801 686,67	77,08	3 600 018,82	88,35	201 667,85	5,60
TOTAL	4 931 907,06	100,00	4 074 543,87	100,00	857 363,19	21,04

Tal variação apresentada justifica-se essencialmente pelo aumento nas rubricas relativas a **Faturas em Recepção e Conferência** (+428.415,14 euros), por alteração da metodologia de registo de faturas em 2016, que justifica cerca de 50% do seu aumento, conforme preconiza o POCAL, no respeito pelo princípio da especialização do exercício. Cumulativamente, aumentaram as rubricas de **Outros Credores** em 201.667,85 euros (essencialmente cauções de fornecedores) e de **Fornecedores** (conta corrente e de imobilizado) em 235.321,71 euros, atenuadas pela redução verificada nas **Dívidas a Instituições de Crédito** que decresceram 21.964,47 euros.



De realçar que o valor apresentado na rubrica de **Dívidas a Instituições de Crédito de Curto Prazo**, não se refere à contratação de empréstimos de curto prazo, mas sim ao valor das amortizações de capital a pagar em 2017, relativas a empréstimos de médio e longo prazo já contratados, procedimento em tudo idêntico ao adotado em anos anteriores por este Município, corroborado através de instruções da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL).

No mesmo sentido, as duas tranches a entregar ao Fundo de Apoio Municipal, durante o ano de 2017, encontram-se consideradas em **Dívidas a Terceiros de Curto Prazo**, como forma de normalização de procedimentos entre os Municípios contribuintes.

(euros)

Designação	2016		2015		Variação 2016/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Curto Prazo						
Empréstimos Bancários						
Caixa Geral de Depósitos	118 493,90	23,81	118 216,07	22,75	277,83	0,24
BPI	103 621,51	20,82	125 863,81	24,22	-22 242,30	-17,67
BES	69 831,70	14,03	69 831,70	13,44	0,00	0,00
Fundo de Apoio Municipal	205 782,00	41,34	205 782,00	39,60	0,00	-
TOTAL	497 729,11	100,00	519 693,58	100,00	-21 964,47	-4,23

Por último, no que respeita à dívida patrimonial de curto prazo contabilizada, no montante global de 4.931.907,06 euros, apenas 337.211,75 euros representam dívida orçamental do Município, sendo o restante valor referente a cobranças efetuadas a favor de terceiros (Operações de Tesouraria), faturas em receção e conferência e outras contas de terceiros (dívidas à Águas do Centro Litoral, S.A. – ex SIMRIA), a Instituições de Crédito, ao Fundo de Apoio Municipal e ao Estado), conforme demonstra o quadro a seguir apresentado.

		(euros)
Designação	Valor	
Endividamento - Outras Dívidas a Terceiros	5 463 088,34	
+ Empréstimos (Responsabilidades a Curto Prazo)	291 947,11	
- FAM Responsabilidades a Longo Prazo	823 128,39	
= Balanço - Passivo Curto Prazo	4 931 907,06	
Valores a abater		
- Operações de Tesouraria	1 372 900,69	
- Águas do Centro Litoral, S.A. - ex SIMRIA	2 256 976,68	
- Facturas em recepção e conferência	462 031,36	
- Dívidas a Instituições de Crédito CP	291 947,11	
- Fundo de Apoio Municipal - CP	205 782,00	
- IVA a pagar	5 057,47	
Valor da dívida orçamental	337 211,75	

De referir que, o montante em dívida às Águas do Centro Litoral, S.A. (ex SIMRIA), resulta de um acordo transaccional celebrado entre aquela entidade e o Município de Ovar, em 6 de novembro de 2008, no qual ficou estabelecido que a liquidação desse montante será efetuada na exata medida da distribuição de dividendos e por montantes não inferiores aos mesmos.

5.4.2.3. Análise dos Acréscimos e Diferimentos

Esta componente do Passivo compreende dois grandes fatores de especialização do exercício, a saber: a rubrica de **Acréscimos de Custos** que inclui a estimativa dos custos com Férias, Subsídio de Férias e respetivos Encargos Patronais referentes a 2016, a pagar no ano 2017 e os custos com Fornecimentos e Serviços Externos; bem como a rubrica de **Proveitos Diferidos**, que inclui fundamentalmente os subsídios recebidos, destinados a investimento.

Designação	(euros)					
	2016		2015		Variação 2016/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Acréscimos de custos	1 536 637,58	4,61	1 512 079,82	4,39	24 557,76	1,62
Proveitos diferidos	31 761 393,43	95,39	32 925 931,04	95,61	-1 164 537,61	-3,54
TOTAL	33 298 031,01	100,00	34 438 010,86	100,00	-1 139 979,85	-3,31

Na rubrica de **Acréscimos de Custos**, que visa permitir o cumprimento de alguns dos princípios contabilísticos preconizados no POCAL, foram registados 648.115,18 euros relativos na sua maioria a Fornecimentos e Serviços Externos, reportados ao exercício 2016, mas cuja contabilização apenas foi efetuada em 2017. Os custos com Férias, Subsídios de Férias e respetivos Encargos Patronais, ascenderam a 888.522,40 euros, valores acima dos verificados em anos anteriores, pela extinção da redução remuneratória na Administração Pública, ocorrida em 2016, em conformidade com a Lei nº 159-A/2015, de 30 de dezembro.

(euros)

Designação	Férias e Subsídio de Férias	Encargos Patronais	Total
Orgãos Autárquicos	40 300,86	9 571,45	49 872,31
Pessoal CTFP Tempo Indeterminado	616 720,93	146 471,25	763 192,18
Pessoal Outras Situações	60 976,08	14 481,83	75 457,91
TOTAL	717 997,87	170 524,53	888 522,40

Para a análise da rubrica de **Proveitos Diferidos**, o quadro a seguir apresentado ilustra a desagregação dos subsídios para investimento, bem como os valores que vão sendo movimentados numa base sistemática para a conta de proveitos (7983 - Transferências de capital), na percentagem correspondente à amortização do respetivo imobilizado ou do custo associado – o que permite estabelecer uma correlação entre os custos e os proveitos registados anualmente nas contas do Município.

Em 2016, foram contabilizados 1.040.052,73 euros como Proveitos, menos 824.716,00 euros que em 2015, o que determinou um valor final de 22.946.172,15 euros para a conta de Subsídios para Investimentos. A explicação para estes valores encontra-se no ponto 4.2.6 deste relatório, destinado aos Proveitos Extraordinários.

Designação	Ano Inicial	Total Valores Imputados	Amortizações Acumuladas Anteriores	Amortizações contabilizadas no exercício		Amortizações Acumuladas do Exercício	Total Líquido
				Amortizações de Exercício	Correções Anul Anteriores		
Sede da Junta de Freguesia de Ovar	2006	37 409,83	2 581,29	258,13	0,00	2 839,42	34 570,41
Rua Alexandre Sá Pinto	2008	6 251,49	2 940,71	367,59	0,00	3 308,30	2 943,19
Requalificação do parque urbano - Ovar	2012	1 264 713,90	293 413,63	74 365,18	0,00	367 778,81	896 935,09
Posto de Turismo Furadouro	2009	145 826,78	12 891,07	1 866,58	0,00	14 757,65	131 069,13
IMTT - PI Cam. Ferro Km300,176 Linha Norte/Madria	2004	42 518,28	31 888,72	4 251,83	0,00	36 140,55	6 377,73
IMTT - PS à Linha Norte ao Km 304,681	2008	465 577,67	186 231,05	23 278,88	0,00	209 509,93	256 067,74
I.N.D - Polidesportivos Descobertos - Lameiro/Corteça/S.	2004	44 891,83	26 935,09	2 244,59	0,00	29 179,68	15 712,15
Cave do Edifício dos Paços Concelho	2004	144 542,06	21 778,96	1 806,78	0,00	23 585,74	120 956,32
Protocolo de Sinalização Automática	2006	26 684,93	13 342,49	1 334,25	0,00	14 676,74	12 008,19
Sinalização Automática - Av. Correios/EN 327	2004	5 893,48	3 536,08	294,67	0,00	3 830,75	2 062,73
Passagem Superior Peões - Válega	2008	100 055,41	40 022,16	5 002,77	0,00	45 024,93	55 030,48
Beneficiação Caminho Chão Rijo	2005	131 033,68	75 527,80	7 704,78	0,00	83 232,58	47 801,10
Constr. Escada PS Km 295,498 Linha Norte - Válega	2006	31 922,30	15 961,18	1 596,12	0,00	17 557,30	14 365,00
R. Cipriano e 1ª Maio e dos Silvas Drenag. Agu. Pluv.	2008	98 711,93	33 315,30	6 169,50	0,00	39 484,80	59 227,13
PS Rodoviária ao km 304,681 da Linha Norte Arada	2010	190 392,80	57 117,84	9 519,64	0,00	66 637,48	123 755,32
POE - Rem. da Ilumin. Pública no Concelho de Ovar	2006	79 957,48	39 978,74	3 997,87	0,00	43 976,61	35 980,87
Aquisição Reab. 6 fogos no empreendimento Sargaçal	2007	128 439,55	14 322,85	1 708,25	0,00	16 031,10	112 408,45
Construção de 20 fogos no antigo Matadouro - Ovar	2010	400 579,00	42 541,50	7 290,54	0,00	49 832,04	350 746,96
Arranjo Urbanístico do Largo S. João	2007	5 944,97	2 814,36	312,71	0,00	3 127,07	2 817,90
Beneficiação da Rua Nova - Válega/Avanca	2005	103 869,83	60 317,20	7 987,59	0,00	68 304,79	35 565,04
Arruamento nascente Quartel B.V. Esmoriz	2003	87 157,78	58 116,81	4 845,97	0,00	62 962,78	24 195,00
Beneficiação Rua da Ordem - Maceda	2004	106 006,28	75 039,13	8 151,88	0,00	83 191,01	22 815,27
Remodelação Amp. - Cortegaça Esc. Gavinho	2006	85 901,33	5 841,30	584,13	0,00	6 425,43	79 475,90
Ligação Carvalho de Cima a Carv. de Baixo	2004	126 168,98	82 022,46	8 415,47	0,00	90 437,93	35 731,05
Pavimentação R. da Igreja Válega	2004	73 809,75	49 601,81	4 619,11	0,00	54 214,92	19 594,83
Alargamento Pontão Fontainha - Válega	2004	185 756,43	111 453,85	9 287,82	0,00	120 741,67	65 014,76
Benef. Rua Nova Válega/Avanca	2005	264 388,23	171 943,12	20 331,45	0,00	192 274,57	72 113,66
Arranjo envolv. Capela N.Sra. Desterro-Arada 1ªe2ª	2005	302 340,11	174 268,86	17 777,60	0,00	192 046,46	110 293,65
Arranjo Envolv. Capela N.Sra. Desterro-Arada 3ªF	2005	197 408,54	114 151,21	11 607,62	0,00	125 758,83	71 649,71
Esc. Primária Ponte Nova nº 2 - S. João-1ª e 2ª Fase	2005	104 654,58	14 646,68	1 308,18	0,00	15 954,86	88 699,72
Benef. CM1156/Tr. Jugal-Arada e R. Jugal-1ª2ªF-Maceda	2004	157 913,17	99 818,04	7 895,66	0,00	107 713,70	50 199,47
Remodelação da Avenida da Régua	2004	594 633,20	356 779,92	29 731,66	0,00	386 511,58	208 121,62
Remod. e Ampliação da Escola Primária da Ribeira	2005	20 288,57	2 820,12	263,75	0,00	3 083,87	17 204,70
Construção Jardim Infância de Regedoura - Válega	2010	115 438,13	8 657,88	1 442,98	0,00	10 100,86	105 337,27
Construção Jardim Infância da Vinha - Esmoriz	2010	115 769,99	9 030,06	1 528,16	0,00	10 558,22	105 211,77
Construção Jardim Infância Ponte Nova n.º 1 - S. João	2010	112 125,00	4 675,62	784,88	0,00	5 460,50	106 664,50
Capela S. Lourenço-Arran. Urb. Zona Env. - SV Pereira	2007	92 925,46	41 816,44	4 646,27	0,00	46 462,71	46 462,75
Requalificação EM 527 - Av. Da Praia de Cortegaça	2010	496 603,62	212 745,00	35 457,50	0,00	248 202,50	248 401,12
Centro de Arte de Ovar	2010	1 731 107,95	129 833,10	21 638,85	0,00	151 471,95	1 579 636,00
Consolid. Marg. Rio Cáster e Ribeira. Nª Srª Graça - Ovar	2010	617 620,09	177 868,62	29 398,72	0,00	206 767,34	410 852,75
Requalificação da Fonte dos Combatentes - Ovar	2009	49 540,45	2 324,20	336,88	0,00	2 661,08	46 879,37
Req. da Praça República e Arruam. Envolv. Ovar	2010	286 235,83	70 404 16	14 311,79	0,00	84 715,95	201 519,88
Benef. Mercado Municipal Ovar - Exec. Muro Sup.	2010	183 211,71	7 381,02	1 319,12	0,00	8 700,14	174 511,57
Beneficiação da Rua Dr. Manuel Araia - Ovar	2010	76 797,31	24 002,61	4 039,54	0,00	28 042,15	48 755,16
Remodelação Avª da Praia/Alargam. Da Ponte - Esmoriz	2010	929 952,27	287 727,80	48 915,49	0,00	336 643,29	593 308,98
Renovação da Iluminação Pública do Centro de Ovar	2010	99 271,77	26 546,36	4 963,59	0,00	31 509,95	67 761,82
HECO-Habit. Experimentação Criatividade Ovar	2010	4 110,25	0,00	0,00	0,00	4 110,25	0,00
Centro Escolar de Maceda	2013	1 437 233,46	59 984,75	19 402,65	0,00	79 387,40	1 357 846,06
Centro Escolar dos Combatentes	2013	2 411 229,39	52 935,36	17 119,73	0,00	70 055,09	2 341 174,30
Com Ovar	2010	28 890,30	28 930,05	0,00	39,75	28 890,30	0,00
Palco	2010	1 197,90	1 197,90	0,00	0,00	1 197,90	0,00
Benef. R. Dr. Francisco Zagalo e João de Deus	2012	186 954,29	37 390,84	9 347,71	0,00	46 738,55	140 215,74
Benef. R. Fonte Casal/R. M. Lamarão/R. Luís Camões	2011	163 445,24	43 720,50	9 087,56	0,00	52 808,06	110 637,18
Parque Urbano de Ovar	2012	998 566,58	250 934,66	58 715,71	0,00	309 650,37	688 916,21
Beneficiação Fonte Casal/Júlio Dinis	2011	15 544,62	3 370,07	864,28	0,00	4 234,35	11 310,27
Beneficiação R. Gondozende	2011	397 956,23	98 506,58	19 897,81	0,00	118 404,39	279 551,84
Beneficiação Rua Granja/Travessa Granja	2011	213 861,53	55 515,15	11 249,12	0,00	66 764,27	147 097,26
Pavim. Dren. Aguas Pluviais R. Irmãos Oliveira Lopes	2011	234 234,45	60 909,11	14 639,65	0,00	75 548,76	158 685,69
Beneficiação cidade Pernik	2011	287 301,18	77 609,16	15 973,95	0,00	93 583,11	193 718,07
Pavilhão Gimnodesportivo de Maceda	2012	951 720,00	47 116,53	12 086,84	0,00	59 203,37	892 516,63
Beneficiação do Mercado Municipal de Ovar	2013	1 254 139,24	194 593,47	62 706,96	0,00	257 300,43	996 838,81
Elab. Plano Mun. Emergência de Protecção Civil Ovar	2010	18 314,10	18 314,10	0,00	0,00	18 314,10	0,00
Pav. Gimnodesportivo Arada	2013	1 112 263,14	44 948,24	14 459,42	0,00	59 407,66	1 052 855,48
Ecopista - Mobilidade Territorial	2010	591 612,86	35 924,53	29 580,64	0,00	65 005,17	526 107,69
Qualificação Ambiental do Buçaquinho - Cortegaça	2013	1 324 005,82	212 454,48	66 200,29	0,00	278 654,77	1 045 351,05
Valorização Empresarial Azulejo Tradicional Ovar	2012	66 614,57	14 529,04	3 330,73	0,00	17 859,77	48 754,80
Reab/Ampliação Casa Museu Júlio Dinis - PRU	2013	317 733,65	6 799,05	2 287,68	0,00	9 086,73	308 646,92
Escola Arte e Ofícios - PRU	2013	690 185,39	39 506,04	11 526,10	0,00	51 032,14	639 153,25
Projeto Cicloria-POVT - Cidovia	2010	129 103,56	10 917,80	7 178,16	0,00	18 095,96	111 007,60
Projeto Cicloria-POVT - Bicicletas	2012	28 413,00	28 413,00	0,00	0,00	28 413,00	0,00
Projeto Cicloria-POVT - Terminais mov.gula multim.	2012	0,00	10 332,00	0,00	10 332,00	0,00	0,00
Projeto Cicloria-POVT - Sinalética painéis informativos	2012	0,00	13 772,16	0,00	13 772,16	0,00	0,00
Centro Esc. Regedoura - Requal.rede escolar 1ª ciclo e pré	2010	1 231 545,91	15 615,90	15 394,32	0,00	31 010,22	1 200 535,69
Reabilitação do Edifício Parque da Sra. Da Graça	2014	303 411,03	0,00	0,00	0,00	0,00	303 411,03
Combate à Erosão e Defesa Costeira do Concelho	2015	744 266,65	711 008,08	33 258,57	0,00	744 266,65	0,00
Requal. das Infraestruturas Área de Acolhimento Emp. De Ovar	2015	684 122,11	34 411,34	34 206,11	0,00	68 617,45	615 504,66
Mob Sustentável e Seg. Rodiciária - Esmoriz	2015	1 041 182,48	76 627,21	80 066,93	0,00	156 694,14	884 488,34
Ligação Ciclével Esmoriz/Cortegaça - Benef Passad. Cortegaça	2014	275 795,80	13 789,79	13 789,79	0,00	27 579,58	248 216,22
Aldeia do Camaval	2014	367 664,69	15 331,62	15 331,62	0,00	30 663,24	337 001,45
Casa da Junta de Freguesia S. João - Polo Capac.	2014	1 111 777,63	0,00	14 230,75	0,00	14 230,75	1 097 546,88
Beneficiação da Rua do Salgueiral de Cima - SJ Ovar	2016	242 167,59	0,00	11 527,18	0,00	11 527,18	230 640,41
Revitalização do Centro Histórico de Ovar	2007	114 329,01	51 448,05	5 716,45	0,00	57 164,50	57 164,51
Programa Aveiro Digital - Sat On Line	2009	68 535,29	68 535,29	0,00	0,00	68 535,29	0,00
Programa Aveiro Digital - Sat On Line	2010	7 464,51	7 464,51	0,00	0,00	7 464,51	0,00
Aveiro Digital - SIGRIA	2009	16 704,55	16 704,55	0,00	0,00	16 704,55	0,00
Aveiro Digital - BIBRIA	2009	1 676,62	1 676,62	0,00	0,00	1 676,62	0,00
Aveiro Digital - BIBRIA	2010	2 171,61	2 171,61	0,00	0,00	2 171,61	0,00
Aveiro Digital - SECURRIA	2009	6 351,23	6 351,23	0,00	0,00	6 351,23	0,00
Aveiro Digital - AMBIRIA	2009	712,55	712,55	0,00	0,00	712,55	0,00
Operação + Maria	2009	61 391,42	61 391,42	0,00	0,00	61 391,42	0,00
CIRA-Eficiência hídrica-Piscina	2012	4 782,94	254,44	63,61	0,00	318,05	4 464,89
Subs. Coberturas Fibro. EB Ant. Dias Simões	2012	115 133,71	115 133,71	0,00	0,00	115 133,71	0,00

Totais	29 934 943,81	5 347 838,94	1 004 136,14	28 243,91	4 087 803,07	22 946 139,11
--------	---------------	--------------	--------------	-----------	--------------	---------------

De salientar que, a rubrica de Proveitos Diferidos inclui ainda o montante de 8.815.221,28 euros resultantes do contrato de concessão estabelecido com a ADRA – Águas da Região de Aveiro, S.A. e do auto de cedência de infraestruturas celebrado com a entidade Águas do Douro e Paiva, S.A. que foi integrada nas Águas do Norte, S.A., através do Decreto-lei nº 93/2015, de 29 de maio (que criou o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal), desagregado conforme quadro a seguir apresentado:

(euros)

Designação	Valor do Contrato	Proveitos de Exercícios Anteriores	Proveito do Exercício	Proveito para Exercícios Seguintes
ADRA – Águas da Região de Aveiro	9 058 490,01	905 848,94	181 169,79	7 971 471,28
Águas do Norte, S.A.	1 350 000,00	421 875,00	84 375,00	843 750,00
TOTAL	10 408 490,01	1 327 723,94	265 544,79	8 815 221,28

5.4.3. Análise da Estrutura dos Fundos Próprios

Em 31 de dezembro de 2016, os **Fundos Próprios** do Município de Ovar apresentam uma diminuição de 5.160.300,86 euros, quando comparados com idêntica data de 2015.

(euros)

Designação	2016		2015		Variação 2016/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Património	47 844 362,90	37,12	47 844 362,90	35,69	0,00	0,00
Ajustamento partes capital em empresas	101 160,00	0,08	101 160,00	0,08	0,00	0,00
Reservas Legais	2 294 649,35	1,78	2 294 649,35	1,71	0,00	0,00
Reservas Livres	2 162 410,71	1,68	2 162 410,71	1,61	0,00	0,00
Subsídios	675 660,22	0,52	675 660,22	0,50	0,00	0,00
Doações	380 780,74	0,30	143 866,94	0,11	236 913,80	164,68
Reservas decorrentes de transf. ativos	-7 659 478,89	-5,94	-7 659 478,89	-5,71	0,00	0,00
Resultados transitados	87 898 928,69	68,19	92 612 383,67	69,08	-4 713 454,98	-5,09
Resultado líquido do exercício	-4 798 145,96	-3,72	-4 114 386,28	-3,07	-683 759,68	-16,62
TOTAL	128 900 327,76	100,00	134 060 628,62	100,00	-5 160 300,86	-3,85

Em pormenor, verifica-se que as principais variações negativas ocorreram na rubrica de Resultados Transitados (-4.713.454,98 euros) e no Resultado Líquido do Exercício (-683.759,68 euros).

De salientar que, a assunção como custo das regularizações efetuadas quer de Imobilizações Incorpóreas em curso, quer de empreitadas realizadas pelo Município em bens de propriedade alheia, foram registadas na rubrica de Resultados Transitados, por se referirem a exercícios anteriores, o que onerou aquela rubrica em 599.068,70 euros, para além do resultado de 2015 que havia sido negativo em 4.114.386,28 euros.

5.4.4. Indicadores de Análise

Os rácios associados aos indicadores do Ativo e Passivo, apresentados no quadro seguinte, evidenciam em síntese a informação anteriormente pormenorizada, respeitante à **Evolução e Estrutura do Balanço**.

Indicadores	2016	2015
Estrutura do Ativo		
Ativo fixo / Ativo Total	94,67%	93,78%
Ativo Circulante / Ativo Total	5,33%	6,22%
Ativo fixo / Ativo Circulante	1776%	1507%
Estrutura do Passivo		
Passivo Médio e Longo Prazo / Passivo Total	30,35%	39,17%
Passivo Curto Prazo / Passivo Total	69,65%	60,83%
Passivo Médio e Longo Prazo / Passivo de Curto Prazo	43,57%	64,40%

Quanto aos indicadores de **Estrutura do Ativo**, observa-se que as principais alterações decorrem do aumento do Ativo Fixo ocorrido em 2015, pelo registo extraordinário de montantes no Imobilizado nas contas do Município, acompanhado de uma redução do Ativo Circulante em mais de 1,8 milhões de euros.

Quanto aos indicadores de **Estrutura do Passivo**, podemos constatar a tendência verificada nos últimos exercícios, de diminuição do peso do Passivo de Médio e Longo Prazo no Passivo Total, que, de 2015 para 2016 apresenta uma redução de apenas 8,82 p.p.. Esta diminuição é reflexo das amortizações de capital efetuadas pelo Município junto das Instituições Financeiras e pela redução da dívida relativa à comparticipação do Município no Fundo de Apoio Municipal.

Indicadores	2016	2015
Curto Prazo		
Liquidez Geral		
Ativo Circulante / Passivo curto prazo	1,83	2,68
Liquidez Reduzida		
Ativo Circulante - Stocks / Passivo curto prazo	1,82	2,66
Liquidez Imediata		
Ativo Disponível / Passivo curto prazo	1,40	2,02
Médio e Longo Prazo		
Solvabilidade		
Fundo Próprios / Passivo	3,18	3,24
Autonomia Financeira		
Fundo Próprios / Activo Total Líquido	0,76	0,76
Endividamento		
Fundo Próprios / Passivo médio e longo prazo	59,99	51,09

O abrandamento dos indicadores de curto prazo (Liquidez Geral e Liquidez Reduzida) foi originado pela redução no ativo circulante no montante de 1.881.190,76 euros, e pelo aumento do passivo de curto prazo em 857.363,19 euros.

No que se refere à Liquidez Imediata, esta diminui essencialmente pela redução das Disponibilidades do Município em 1.357.062,85 euros, fruto do atraso da receita a receber de fundos comunitários, de dois projetos ainda em trânsito do anterior quadro comunitário, quer da "Casa da Junta de S. João de Ovar" quer da "Rua do Salgueiral de Cima", num montante superior a 1,35 milhões de euros, já suportado e pago pelo Município.

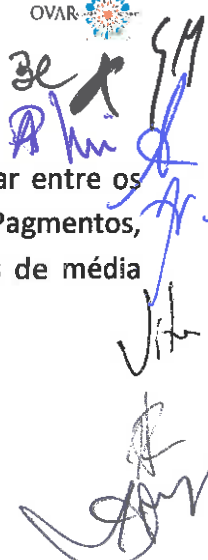
Os indicadores de Tesouraria continuam a espelhar a solidez do Município, no que se refere à sua capacidade no cumprimento das suas obrigações de curto prazo.

Relativamente à situação de médio e longo prazo, é de salientar a manutenção de todos os rácios, com destaque para o rácio do Endividamento, que reflete uma maior capacidade do Município, no financiamento da sua atividade através dos Fundos Próprios.

No que se refere ao Prazo Médio de Pagamentos, do cálculo efetuado pela Direção Geral das Autarquias Locais, o mesmo era em 31 de dezembro de 2016 de 7 dias.

Por último, tendo por base o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2015, quanto ao indicador dos Municípios que apresentam maior Independência Financeira, o Município de Ovar posicionou-se em 22º lugar, entre os municípios de média dimensão e em 3º lugar no grupo de municípios que compõem a CIRA. Quanto ao indicador de Municípios com melhor Índice de Dívida

Total, Ovar encontra-se no 8º lugar dos municípios de média dimensão e em 1º lugar entre os municípios da CIRA. Finalmente, quanto aos Municípios com menor Prazo Médio de Pagamentos, melhorou ainda mais a sua posição, ocupando o 2º lugar quer entre os municípios de média dimensão, quer no grupo de municípios que compõem a CIRA.



5.5. Dívida Total do Município

5.5.1. Enquadramento

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, adiante designado RFALEI, determina no n.º 2 do art.º 52.º que a dívida total de operações orçamentais do município *“engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.”*

No que diz respeito ao limite da dívida, o n.º 1 do mesmo artigo impõe que *“A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”*

Acresce ainda o n.º 3 do referido artigo que *“Sempre que um município: a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III; b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios”.*

Para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, são ainda incluídas as seguintes entidades, nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da referida Lei:

- i. Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- ii. As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento;
- iii. As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelo setor empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.ºs. 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou

indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei;

- iv. As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município;
- v. As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total. A dívida total de operações orçamentais será o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, bem como para aferir dos municípios que se encontram em situação de saneamento financeiro (art.º 58.º) e em situação de rutura financeira (art.º 61.º).

Nos quadros seguintes apresentam-se as entidades participadas pelo Município de Ovar e respetiva situação face à dívida total deste Município, em 31 de dezembro de 2016:

PARTICIPAÇÃO DA CÂMARA EM ENTIDADES SOCIETÁRIAS

(euros)

Entidade Participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital	Participação inicial			Inclusão no limite da Dívida Total	
Denominação	N.I.P.C.				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado		
Águas do Norte S.A.	513606084	S.A.	36001	152 198 130	190 375,00	0,125	190 375,00	Não	Pertence ao setor público empresarial
Lusitaniagás-Companhia de Gás do Centro	502761024	S.A.	35220	20 500 000	4 850,00	0,024	4 850,00	Sim	Se não apresentarem resultados anuais equilibrados (RL antes de impostos negativo) na proporção da participação social do município
Águas do Centro Litoral, S.A.	513606181	S.A.	37002	40 225 811	642 155,00	1,60	642 155,00	Não	Pertence ao setor público empresarial
ADRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	509107630	S.A.	36002	17 500 000	1 449 175,00	8,28	1 449 175,00	Não	Pertence ao setor público empresarial
Caixa Crédito Agrícola Mútuo de Ovar	501293191	C.R.L.	64190	10 968 940	500,00	0,005	500,00	Sim	É uma Cooperativa
Fundo de Apoio Municipal	513319182	Outras Pessoas Coletivas de Direito Público	84114	650 000 000	1 440 474,39	0,222	411 564,00	Não	Lei nº 7 - A/2016, de 30/03 - Orçamento do Estado para 2016 (nº 5 do artº 55º)

PARTICIPAÇÃO DA CÂMARA EM ENTIDADES NÃO SOCIETÁRIAS

(euros)

Entidades Participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital estatutário	Contribuição		Inclusão no limite da Dívida Total
Denominação	N.I.P.C.				Quota	% afetação	
CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	508771935	Comunidade Intermunicipal	94995	N/A*	49 862	14,61%	Sim, na proporção da quota do município nas despesas de funcionamento
ANMP-Associação Nacional Municípios Portugueses	501627413	Associação Municípios	91333	N/A*	5 854	0,394%	Sim, na proporção da quota do município nas despesas de funcionamento
Associação Portuguesa Munic. Centro Histórico	502131047	Associação Municípios	91331	N/A*	548,68	1,156%	Sim, na proporção da quota do município nas despesas de funcionamento
Fundação de Serralves	502266643	Fundação	91020	N/A*	15 000	0,76% **	Sim, proporcional à participação direta ou indireta do município

*N/A - Não Aplicável

** Na data de realização do presente relatório, a Fundação de Serralves não apresenta contas encerradas, podendo a afetação desta % ser diferente.

Nestes termos, o Limite da Dívida Total do Município de Ovar, apurado pela Direção Geral das Autarquias Locais - DGAL, ascendeu em 2016 a 34.986.917,00 euros.

5.5.2. Dívida Total em 2016

No que diz respeito ao cálculo da **Dívida Total** do Município para o ano de 2016, é de referir que o montante atribuído à contribuição das entidades participadas corresponde a um valor provisório. Apesar de terem sido efetuadas diligências no sentido da obtenção das Demonstrações Financeiras definitivas destas entidades, à data da elaboração deste relatório, aguardamos ainda os valores da Lusitânia Gás e da Fundação Serralves, reportados a 31 de dezembro de 2016.

No quadro seguinte é apresentado o valor da contribuição de cada entidade no cálculo da dívida total do Município de Ovar,

Entidade Participada	(euros)	
	€ a imputar ao Município de Ovar	Notas
Lusitâniagás-Companhia de Gás do Centro	0,00	1
Caixa Crédito Agrícola Mútuo da Costa Verde	5 832,37	2
CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	1 140 806,98	3
ANMP-Associação Nacional Municípios Portugueses	324,77	4
Associação Portuguesa Munic.Centro Histórico	0,00	5
Fundação de Serralves	0,00	6
TOTAL	1 147 964,13	

*N/A - Não Aplicável

** Valor da quota

1. A Lusitaniagás à data deste relatório, não apresentou as contas encerradas nem valores provisórios.
2. No que se refere à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Costa Verde, foi possível obter as suas Demonstrações Financeiras a 31.12.2016.
3. A contribuição mais significativa para a dívida do Município é dada pela CIRA, sendo estes valores ainda provisórios.
4. O valor do contributo para a dívida municipal comunicado pela ANMP é definitivo, conforme Ofício Circular 2/2017.
5. A APMCH, à data deste relatório, apresentou os seus valores definitivos, sendo a dívida zero.
6. A Fundação de Serralves, à data deste relatório, não apresenta as contas encerradas, nem valores provisórios. Contudo, atendendo à reduzida % de participação, não é espetável uma contribuição significativa para a Dívida Total do Município.

Do exposto e, ressalvando as limitações decorrentes da informação obtida pelas entidades participadas, o Município de Ovar apresenta, no exercício de 2016, uma Dívida Total espectável de 8.228.459,40 euros, o que se traduz numa margem positiva de 29.093.488,07 euros, em relação ao limite estabelecido nos termos legais que é de 34.986.917,00 euros.

		2016	2015
Limite da dívida total artº 52º da Lei nº 73/2013	(1)	34 986 917,00	33 992 585,00
Total da dívida a terceiros incluindo dívidas não orçamentais	(2)	7 080 495,27	6 698 523,85
Entidades participadas	(3)	1 147 964,13	1 147 448,92
Dívida Total	(4)=(2)+(3)	8 228 459,40	7 845 972,77
Dívidas não orçamentais	(5)	1 306 120,08	1 241 386,28
FAM	(6)	1 028 910,39	1 234 692,39
Dívida Total Excluindo Dívidas não Orçamentais e FAM	(7)=(4)-(5)-(6)	5 893 428,93	5 369 894,10
Margem em excesso	(8)=(1)-(7)	29 093 488,07	28 622 690,90

5.5.3. Redução do Endividamento

No ano de 2016 continuaram em vigor as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, preconizadas na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso-LCPA), alterada pela Lei nº 20/2012 de 14 de maio, Lei nº 64/2012, de 20 de dezembro, Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro e Lei nº 22/2015, de 17 de março, e operacionalizadas através do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, alterado pela Lei nº 64/2012, de 20 de dezembro.

A Lei nº 7-A/20016, de 30 de março, que aprova o Orçamento do Estado para 2016, estabelece no nº 1, do artigo 55º, que “até ao final do ano de 2016, as entidades incluídas no subsector da administração local reduzem, para além das já previstas no Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), criado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, no mínimo, 10 % dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados, em setembro de 2015, no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL)”.

Por seu lado, o nº 2 do referido artigo estipula que, “sem prejuízo do disposto no número anterior, os municípios reduzem, até ao final do primeiro semestre de 2016, e em acumulação com os já previstos no PAEL, criado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, no mínimo, 5 % dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no SIIAL em setembro de 2014”.

No que diz respeito a esta redução não é aplicável ao Município de Ovar, uma vez que esta autarquia não apresenta pagamentos em atraso em setembro de 2015, nem no final de dezembro desse ano.

Be
M.A.
G.M.

O nº 5 do referido artigo menciona que *“o montante referente à contribuição de cada município para o FAM não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada pelas Leis n.os 82 -D/2014, de 31 de dezembro, 69/2015, de 16 de julho e 132/2015, de 4 de setembro”*.

[Handwritten signatures in blue ink]

6. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício 2016

Nos termos do ponto 2.7.3.1 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, tendo-se apurado para o ano contabilístico de 2016 um resultado líquido negativo de -4.798.145,96 euros, propõe-se a aplicação de:

- 59 - Resultados transitados: -4.798.145,96 euros.

Ovar, 31 de Março de 2017

Órgão Executivo

Saldador M. M. L. d. L.

[Handwritten Signature]

[Handwritten Signature]

prosser.
Vitor Fomara

[Handwritten Signature]
[Handwritten Signature]

Órgão Deliberativo

João Pedro Tamyjo de Alencar da Graça da Cruz

Alexandra Angélica Leite Oliveira Pachão

[Handwritten Signature]

7. Balanço e Demonstração de Resultados

Ano: 2016

BALANÇO

Código das Contas POCAL	ATIVO	Exercício			
		2016		2015	
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público:				
451	Terrenos e recursos naturais	7 749 718,13		7 749 718,13	7 598 399,09
452	Edifícios	26 694,52	7 375,72	19 318,80	21 631,86
453	Outras construções e infra-estruturas	98 351 031,88	26 855 587,45	71 495 444,43	77 064 278,73
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	824 248,67	56 942,94	767 305,73	774 092,81
459	Outros bens de domínio público	14 176,18	16 616,83	125 148,35	126 407,93
445	Imobilizações em curso de domínio público	3 984 603,18		3 984 603,18	3 674 053,39
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		111 078 061,56	26 936 522,94	84 141 538,62	89 258 863,81
	Imobilizações Incorpóreas:				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	475 020,27	373 616,05	101 404,22	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	97 550,78	97 550,78	0,00	0,00
443	Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas	0,00		0,00	350 801,29
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00		0,00	2 616,00
		572 571,05	471 166,83	101 404,22	353 417,29
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	16 626 586,57		16 626 586,57	16 486 887,77
422	Edifícios e outras construções	56 162 027,86	7 527 611,25	48 634 416,61	47 496 453,86
423	Equipamento básico	2 691 043,84	2 138 160,69	552 883,15	624 174,13
424	Equipamento de transporte	1206 617,33	1085 704,09	120 913,24	105 583,07
425	Ferramentas e utensílios	562 086,21	503 812,31	58 273,90	71 720,97
426	Equipamento administrativo	3 559 356,48	2 964 245,17	595 111,31	575 256,46
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	2 723 074,69	230 221,68	2 492 853,01	2 362 863,31
442	Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	3 373 652,48		3 373 652,48	3 419 444,67
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
		86 904 445,46	14 449 755,19	72 454 690,27	71 122 384,24
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	2 287 055,00		2 287 055,00	2 287 055,00
412	Obrigações e títulos de participação	1440 474,39		1440 474,39	1440 474,39
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras	0,00		0,00	86,30
441	Imobilizações em curso de investimentos financeiros				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		3 727 529,39		3 727 529,39	3 727 615,69
	Circulante:				
	Existências				
36	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	79 989,64		79 989,64	89 979,58
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
		79 989,64		79 989,64	89 979,58
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes, c/c	1 802,18		1 802,18	1 512,50
212	Contribuintes, c/c	9 838,98		9 838,98	
213	Utentes c/c	150 171,18		150 171,18	134 469,37
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	522 045,53	503 181,68	18 863,85	16 867,78
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamento a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos				
264	Administração autárquica				
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores	1 485 129,05		1 485 129,05	2 287 279,20
		2 468 986,92	503 181,68	1 665 805,24	2 440 128,85
	Títulos negociáveis:				
151	Ações				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos da dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Depósitos em instituições financeiras e caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	6 879 620,34		6 879 620,34	8 236 540,13
11	Caixa	1061,89		1061,89	1204,95
		6 880 682,23		6 880 682,23	8 237 745,08
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos e proveitos	365 391,14		365 391,14	100 877,81
272	Custos diferidos	41823,29		41823,29	46 150,98
		407 214,43		407 214,43	147 028,79
	Total de amortizações.....		41857 444,96		
	Total de provisões.....		503 181,68		
	Total do ativo.....	211 819 480,68	42 360 626,64	169 458 854,04	175 377 163,33

Ano: 2016

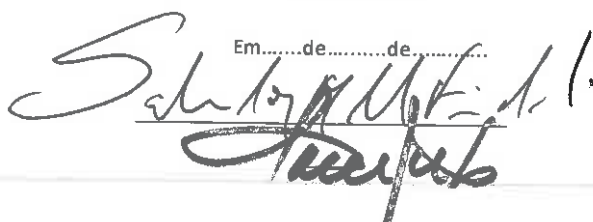
BALANÇO

(euros)

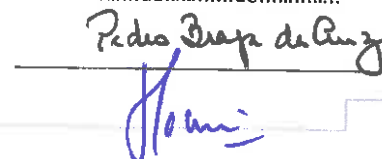
Codigo das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercício	
		2016	2015
	Fundo próprio		
51	Património	47 844 362,90	47 844 362,90
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	101 160,00	101 160,00
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais	2 294 649,35	2 294 649,36
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres	2 162 410,71	2 162 410,71
575	Subsídios	675 660,22	675 660,22
576	Doações	380 780,74	143 866,94
577	Reservas decorrentes da transferência de activos	-7 659 478,89	-7 659 478,89
59	Resultados transitados	87 898 928,69	92 612 383,67
88	Resultado líquido do exercício	-4 798 145,96	-4 114 386,28
		128 900 327,76	134 060 628,62
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	180 000,00	180 000,00
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
2312	Dívidas a instituições de crédito	1 325 459,82	1 595 069,59
268126	Fundo de Apoio Municipal	823 128,39	1 028 910,39
		2 148 588,21	2 623 979,98
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2311	Dívidas a instituições de crédito	291 947,11	313 911,58
268126	Fundo de Apoio Municipal	205 782,00	205 782,00
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	84 895,47	
228	Fornecedores - Faturas em recepção e conferência	271 070,39	33 616,22
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Clientes e utentes c/ cauções		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	172 182,77	21 756,53
2618	Fornecedores de imobilizado - Faturas em rec conf.	190 960,97	
24	Estado e outros entes públicos	119 163,68	105 240,72
264	Administração autárquica		
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	3 595 904,67	3 394 236,82
		4 931 907,06	4 074 543,87
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	1 536 637,58	1 512 079,82
274	Proveitos diferidos	31 761 393,43	32 925 931,04
		33 298 031,01	34 438 010,86
	Total dos fundos próprios e do passivo.....	169 458 854,04	175 377 163,33

Orgão Executivo

Orgão Deliberativo

Em.....de.....de.....


Em 7 de 4 de 2017

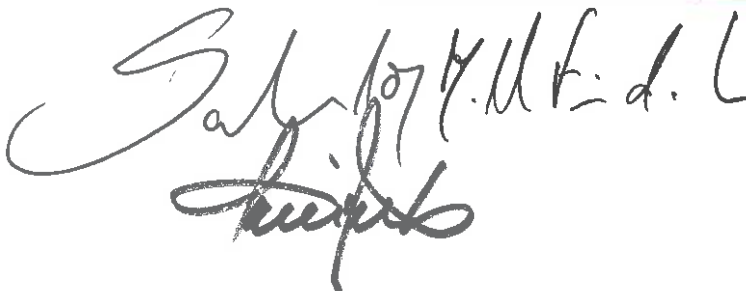


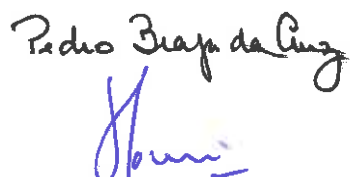
Ano: 2016

Demonstração de Resultados

(euros)

Custos e Perdas		Exercício			
		2016		2015	
61	Custo das merc. vend. e das mat. cons.				
	Mercadorias				
	Matérias	107 721,69	107 721,69	126 660,24	126 660,24
62	Fornecimentos e serviços externos	9 310 684,00		8 793 481,18	
	Custos com o pessoal :				
641+642	Remunerações	5 808 209,20		5 458 913,05	
643 a 648	Encargos Sociais:	1 633 340,78	16 752 233,98	1 473 901,22	15 726 295,45
63	Transferências correntes e prestações sociais	3 510 722,33	3 510 722,33	3 644 840,12	3 644 840,12
66	Amortizações do imob. corp. e incorp.	9 213 682,06		8 993 211,27	
67	Provisões do exercício	2 003,49	9 215 685,55	2 163,32	8 995 374,59
65	Outros custos operacionais	161 313,28	161 313,28	105 418,04	105 418,04
68	Custos e perdas financeiras (A).....	36 710,55	29 747 676,83	78 257,27	28 598 588,44
69	Custos e perdas extraordinários (C).....	1 484 077,27	29 784 387,38	1 954 696,77	28 676 845,71
88	Resultado líquido do exercício (E).....		31 268 464,65		30 631 542,48
			-4 798 145,96		-4 114 386,28
			26 470 318,69		26 517 156,20
Proveitos e Ganhos					
71	Vendas e prestação de serviços				
7111	Vendas de mercadorias				
7112+7113	Vendas de produtos	3 078,38		3 397,59	
712	Prestações de serviços	2 020 440,80	2 023 519,18	1 929 519,50	1 932 917,09
72	Impostos e taxas	12 268 276,17		12 139 935,47	
	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares				
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:	8 784 248,73		8 146 630,93	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	1 637 000,13	22 689 525,03	1 494 303,28	21 780 869,68
78	Proveitos e ganhos financeiros (B).....	279 318,82	24 713 044,21	357 828,66	23 713 786,77
79	Proveitos e ganhos extraordinários (D).....	1 477 955,66	24 992 363,03	2 445 540,77	24 071 615,43
	(F).....		1 477 955,66		2 445 540,77
			26 470 318,69		26 517 156,20


 António M. U. d. L.


 Pedro Braga da Cruz

8. Contabilidade de Custos

Atendendo ao disposto no ponto **2.8.3.1. do POCAL** (DL n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro), a **Contabilidade de Custos é obrigatória** no apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços. No mesmo sentido, a alínea c) do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro (Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais – RGTA), ao prever a exigibilidade das Autarquias Locais procederem a uma fundamentação económico-financeira das taxas praticadas, reforça, ainda que indiretamente, a necessidade da presença da Contabilidade de Custos entre os subsistemas contabilísticos.

À Contabilidade de Custos cumpre clarificar a aplicação dos recursos públicos numa perspetiva de economia, eficiência e eficácia, possibilitando um controlo de gestão sobre aspetos concretos da atividade Municipal. Distingue-se da Contabilidade Patrimonial na medida em que, ao invés de ter por objeto as relações da Autarquia com o exterior, **focaliza-se no registo e controlo de todos os movimentos internos**, permitindo a elaboração de informação indicativa do alcance dos objetivos planeados. É por isso um instrumento de gestão, capaz de facultar ao Executivo Municipal informação fiável, para uma eficaz e rápida tomada de decisão, no que à determinação de custos e rendimentos dos serviços públicos diz respeito.

A informação que agora se apresenta, foi elaborada numa ótica de complementaridade face à Contabilidade Orçamental, pelo que, a sua leitura deve ser interpretada nesta perspetiva e não como confronto/validação de valores. Uma das diferenças substanciais, é o facto da Contabilidade Orçamental seguir uma ótica de caixa, (recebimentos vs pagamentos), enquanto que a Contabilidade de Custos tem por base os **Custos e Proveitos do exercício, seguindo o Princípio do Acréscimo**.

Outro aspeto a relevar, é a presença de Custos Indiretos na Contabilidade de Custos, que, segundo o POCAL, devem ser apurados por coeficientes de imputação de cada função, bem ou serviço, correspondendo à percentagem do total dos respetivos custos diretos no total geral dos custos diretos apurados em todas as funções, bens ou serviços.

Com o propósito de prestar informação agregada numa ótica CBA – Custo Baseado nas Atividades, apresenta-se o quadro seguinte:

Quadro 1 - Distribuição dos Custos e Proveitos por Atividades no ano de 2016

ATIVIDADES		CUSTOS	PROVEITOS	RESULTADOS
PROTEÇÃO CIVIL	(a)	401 781,54	0,00	-401 781,54
ENSINO NÃO SUPERIOR	(b)	1 507 859,08	341 771,51	-1 166 087,57
SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	(c)	604 081,80	1 924 580,96	1 320 499,16
SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	(d)	18 881,43	2 550,00	-16 331,43
AÇÃO SOCIAL	(e)	729 893,21	15 461,70	-714 431,51
HABITAÇÃO	(f)	397 642,60	9 498 932,52	9 101 289,92
RESÍDUOS SÓLIDOS	(g)	2 357 650,00	1 112 394,15	-1 245 255,85
PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	(h)	1 923 318,15	701,78	-1 922 616,37
CULTURA	(i)	2 946 691,72	174 545,01	-2 772 146,71
DESPORTO, RECREIO E LAZER	(j)	1 831 493,55	311 186,13	-1 520 307,42
OUTRAS ATIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	(k)	69 077,16	3 728,64	-65 348,52
AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	(l)	0,00	31 805,33	31 805,33
INDÚSTRIA E ENERGIA	(m)	1 193 612,15	2 778 951,24	1 585 339,09
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	(n)	6 946 236,47	1 350 980,27	-5 595 256,20
COMÉRCIO E TURISMO	(o)	0,00	4 270,00	4 270,00
MERCADOS E FEIRAS	(p)	243 869,07	146 698,41	-97 170,66
TURISMO	(q)	64 887,11	0,00	-64 887,11
OPERAÇÕES DA DÍVIDA AUTÁRQUICA	(r)	36 710,55	0,00	-36 710,55
TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	(s)	1 365 949,46	8 295,22	-1 357 654,24
OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS	(t)	8 628 829,60	8 763 465,82	134 636,22
TOTAL		31 268 464,65	26 470 318,69	-4 798 145,96

(a) Custos com Proteção Civil e Bombeiros Voluntários.

(b) Custos com ensino pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico; Proveitos com cantinas escolares, prolongamento de horário e atividades de animação e apoio à família.

(c) Custos com transportes escolares, associação de pais, agrupamento de escolas, Ação Social Escolar, Manuais Escolares; Proveitos com Fundo Social Municipal e DGEST – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares.

(d) Custos com Unidades de Saúde Familiar, Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho, Canídeos e Gatídeos; Proveitos com Canídeos e Gatídeos.

(e) Custos com transferências para Associações do Concelho de cariz Social e iniciativas do Município neste âmbito como o RASMO- Regulamento de Ação Social do Município de Ovar, Passeio Sénior e o Cartão do Idoso; Proveitos com transferências do Instituto de Segurança Social.

(f) Custos com habitação social; Proveitos com IMI, IMT, rendas da habitação social, inspeção de ascensores, loteamentos e obras, plantas topográficas, vistorias a habitações.

(g) Custos com a recolha e tratamento de Resíduos Urbanos (RU), limpeza viária, casas de banho públicas; Proveitos com RU.

(h) Custos com jardins municipais, limpeza de praias, horto municipal, rede de águas pluviais, manutenção do Parque Urbano de Ovar e Buçaquinho, preservação florestal; Proveitos com a venda de árvores;

- (i) Custos com Centro de Arte, Biblioteca Municipal e Polos, Museus, Atelier de Conservação e Restauro de Azulejos (ACRA), Carnaval de Ovar, transferências para Associações culturais e iniciativas do âmbito cultural promovidas pelo Município; Proveitos com Centro de Arte, Biblioteca Municipal, Museu Júlio Dinis, Carnaval de Ovar, ACRA;*
- (j) Custos com a Piscina Municipal, Gimnodesportivos, Associações desportivas e iniciativas do Município de apoio ao desporto, recreio e lazer; Proveitos com a Piscina Municipal, Parques de Campismo, licenças para espetáculos desportivos e divertimento público.*
- (k) Custos com cemitérios igrejas e capelas; Proveitos com o cemitério.*
- (l) Proveitos com Fundo Florestal Permanente (IFAP - Instituto Financiamento agricultura e pescas), licenças de caça e produtos agrícolas.*
- (m) Custos com eletricidade e zona industrial de Ovar; Proveitos com Derrama e Concessões à EDP.*
- (n) Custos com vias públicas (com um peso significativo de amortizações), rotundas, controlo de tráfego, parques de estacionamento; Proveitos com IUC, licenças para ocupação da via pública, licença de táxi, parcómetros.*
- (o) Proveitos com Publicidade.*
- (p) Custos e Proveitos com mercados municipais.*
- (q) Custos com Postos de Turismo.*
- (r) Custos Financeiros.*
- (s) Custos com Juntas de Freguesia e CIRA; Proveitos com transferência proveniente da CIRA.*
- (t) Custos e Proveitos não imputáveis a uma única atividade especificada nas alíneas anteriores.*

9. Certificação Legal de Contas

[Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including the number 94]

32
94
Ar.
Vita
AMW

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Município de Ovar, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016 (que evidencia um total de 169.459 milhares de euros e um total de fundos próprios de 128.900 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 4.798 milhares de euros), a demonstração de resultados, o mapa de fluxos de caixa, o mapa da situação financeira e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de 27.332 milhares de euros de despesa paga e um total de 32.838 milhares de euros de receita cobrada, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município de Ovar em 31 de Dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro, os fluxos de caixa e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme referido no ponto 8.2.3. das Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados e, mais pormenorizadamente, no relatório anexo aos documentos de prestação de contas, no decurso do exercício de 2016 foram concluídos os procedimentos de verificação, validação e conciliação dos registos relativos ao Património Imóvel do Município, facto que nos permitiu ultrapassar a reserva por limitação ao âmbito reportada na Certificação Legal das Contas do exercício anterior relativamente às rubricas de "Bens do Domínio Público", "Imobilizações Corpóreas" e "Amortizações do Exercício".

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria (i.e., "opinião sem reservas").

Telefone: +351 213 182 720 | Email: ssa.sroc@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados-SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha | Praça Duque de Saldanha, 1-4º Piso, Letras H e O | 1050-094 Lisboa, Portugal | Contribuinte n.º504 046 683 | Capital Social €50 000 | Inscrita na OROC sob o n.º152 e na CMVM sob o n.º20161462

A PKF & Associados - SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, e não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the letters 'SA', 'A', and 'VH'.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro, os fluxos de caixa e a execução orçamental da Entidade de acordo com o POCAL;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 31 de Março de 2017

Célia Maria Pedro Custódio

PKF & Associados, SROC, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por Célia Maria Pedro Custódio

(ROC n.º 1286 | CMVM n.º 20160897)